Índice

Motivos da Reapresentação	3
Convite do Presidente do Conselho de Administração	4
Esclarecimentos para participação da Assembleia	6
Proposta da Administração	7
Comentários dos Diretores (Item 10 - Instrução CVM nº 480)	8
Assembleia e Administração (Item 12.5 a 12.10 - Instrução CVM nº 480)	57
Proposta de Remuneração dos Administradores	71
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480)	71
Destinação do Lucro Líquido (anexo 9 - Instrução CVM nº 481)	108

Motivos da Reapresentação

- Reapresentação por exigência, devido ao recebimento do Ofício nº Ofício nº 120/2016-CVM/SEP/GEA-2.

.

Convite do Presidente do Conselho de Administração

Prezados Acionistas,

Temos o prazer de convidá-los para participarem da Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 26 de abril de 2015, às 15h00min, na sede social da Companhia, localizada na cidade do Rio de Janeiro, RJ, na Avenida João XXIII, nº 6777, Santa Cruz, CEP 23560-900.

Este documento contempla os itens referidos nos art. 9º, 10 e 12º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada, e outras informações adicionais sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia, bem como esclarecimentos para participação na Assembleia Geral da Companhia.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Claudio Johannpeter
Presidente do Conselho de Administração

Esclarecimentos para participação na Assembleia Geral

Nos termos do art. 5º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, para serem admitidos na Assembleia Geral, os Acionistas, titulares de ações escriturais ou em custódia, deverão depositar na sede da Companhia, com antecedência mínima de 48 horas, os seguintes documentos:

Acionista Pessoa Física:

(i) Documento de identidade do Acionista; e
(ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Itaú Corretora de Valores S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária.

Acionista Pessoa Jurídica:

(i) Documento de identidade do representante legal ou procurador presente;
(ii) Comprovante, expedido pela instituição financeira depositária Itaú Corretora de Valores S.A. ou CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, das ações da Companhia, contendo a respectiva participação acionária;
(iii) Estatuto ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente;
(iv) Documento que comprove poderes de representação: ata de eleição do representante legal presente, registrada no órgão competente, ou da pessoa que assinou a procuração, se for o caso; e
(v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados no item (iv) acima.

Acionistas representados por procurador:

(i) Procuração, com firma reconhecida, emitida há menos de um ano da data de realização da Assembleia, conforme exigência legal (art. 126, § 1º da Lei 6.404/76). O procurador deverá ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, sendo que, na companhia aberta, o procurador poderá, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos; e
(ii) Documento de identidade do Procurador.

Procurações outorgadas fora do Brasil deverão ser notarizadas por tabelião público devidamente habilitado para este fim, consularizadas em consulado brasileiro e traduzidas para o português por um tradutor juramentado.

A Companhia, visando facilitar a organização dos trabalhos, solicita que a documentação acima seja enviada com até 48 horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, por portador, correio ou e-mail dirigidos aos endereços abaixo:

Envio de Documentos Físicos:
A/C: Departamento Jurídico
Av. João XXIII, nº 6777, Santa Cruz
Rio de Janeiro/RJ, CEP: 23560-900

Envio de Documentos por e-mail:

Favor colocar no assunto: Documentos Assembleia Gerdau S.A. [Nome do Acionista/Procurador]
E-mail: ag2016@gerdau.com.br

A Companhia ressalta, entretanto, que o envio prévio de documentos por meio eletrônico ou cópias visa somente dar agilidade ao processo, sendo obrigatória a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas no dia, para participação na Assembleia Geral.

Por fim, a Companhia esclarece ainda que esta proposta da Administração encontra-se disponível nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA (www.bmfbovespa.com.br) e de Relações com Investidores da Companhia (www.gerdau.com).

GERDAU S.A.
CNPJ nº 33.611.500/0001-19
NIRE nº 33300032266
Companhia Aberta

Proposta da Administração

Rio de Janeiro, 24 de março de 2016.

Senhores Acionistas:

A Administração da Gerdau S.A., nos termos do que dispõe a legislação pertinente e o Estatuto Social, objetivando atender aos interesses da Companhia, vem propor a V.Sas. o seguinte:

a) Em razão de prejuízos verificados no exercício, aprovar a absorção integral dos prejuízos pela Reserva para Investimentos e Capital de Giro e aprovar a distribuição de dividendos, intercalares e intermediários, no valor de R$ 67.465.276,52 e de juros sobre o capital próprio no valor de R$ 185.511.967,47, totalizando R$ 252.977.243,99, por conta de Reservas para Investimentos e Capital de Giro e de Reservas de Lucros pré-existente. Os pagamentos dos valores devidos a título de juros sobre o capital e dividendos foram efetuados antecipadamente e correspondem ao total devido, consoante disposição estatutária, inexistindo, portanto, distribuição complementar a ser realizada.

b) Fixar que o custo da remuneração média individual do conjunto de administradores, que percebem remuneração da Companhia não poderá ultrapassar, no período compreendido entre a Assembleia Geral Ordinária de 2016 e a Assembleia Geral Ordinária de 2017, o montante mensal de R$ 65.000,00, representando honorários mensais (componente fixo), bônus anuais (componente variável de curto prazo), Programa de Incentivo de Longo Prazo outorgado pela Companhia, encargos, benefícios e contribuições para seguridade social, conforme determinado no Ofício nº 146/2015/CVM/SEP/GEA-2.

A Administração.

Claudio Johannpeter
Presidente do Conselho de Administração

Em atendimento ao disposto no artigo 9º inciso III, no artigo 10º e no artigo 12º inciso II da Instrução CVM nº. 481, apresentamos a seguir os itens 10, 12.5 a 12.10 e 13 do Formulário de Referência (anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480) da Gerdau S.A. do ano base de 2015.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) e as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (Controladora e Consolidado) do exercício de 2015 foram arquivadas na CVM no dia 15 de março de 2016. Todos os documentos mencionados encontram-se disponíveis para consulta no *website* da Gerdau.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR SOBRE:

Os comentários descritos a seguir, têm como base as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia, apresentadas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, plenamente convergentes com as normas de contabilidade emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para fazer frente à sua estratégia de crescimento e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo, conforme informações apresentadas a seguir:

No exercício de 2015, a Gerdau priorizou a geração de caixa livre positiva que totalizou R$ 3,0 bilhões comparado com R$ 1,9 bilhão em 2014, por meio da gestão de capital de giro, redução de custos, restrição de novos investimentos e controle da alavancagem financeira nas suas diferentes Operações de Negócios, mesmo diante de um cenário global de aço desafiador. O efeito caixa da redução do capital de giro de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015 foi de R$ 2,4 bilhões. Os investimentos realizados em manutenção, atualização tecnológica e expansão de capacidades totalizaram R$ 2,3 bilhões em 2015, inflacionados pela desvalorização do real, uma vez que parte dos investimentos são atrelados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um ativo circulante de R$ 22,2 bilhões, sendo R$ 6,9 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e um passivo circulante de R$ 7,9 bilhões, o que resultou em um índice de liquidez corrente de 2,8x, demonstrando a boa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia. O aumento da dívida bruta em R$ 6,9 bilhões de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47,0% em 2015). O indicador dívida líquida (dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA ajustado em 31 de dezembro de 2015, calculado em reais, foi de 4,2x,

apresentando aumento em relação a 31 de dezembro de 2014. Cabe salientar que, como a maior parte do EBITDA dos últimos 12 meses foi gerado pelas operações de negócio do exterior, principalmente em dólares norte-americanos, e que mais de 80% da dívida líquida consolidada de 31 de dezembro de 2015 está denominada também em dólares norte-americanos, o indicador "dívida líquida / EBITDA ajustado", calculado nessa moeda, apresentou o resultado de 3,6 vezes. No exercício de 2015, a Companhia destinou R$ 253,0 milhões (R$ 0,15 por ação) para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, distribuídos por conta de lucros obtidos no primeiro semestre de 2015 e por reservas de lucros pré-existentes, mesmo com o cenário desafiador do setor do aço. Esses dividendos, que foram destinados nos primeiros nove meses de 2015, representaram 36% do lucro líquido do exercício, ajustado pelos eventos extraordinários, portanto acima dos 30% estabelecido no estatuto social da Companhia.

No exercício de 2014, a Gerdau manteve sua geração de caixa, por meio da gestão de suas diferentes Operações de Negócios, mesmo diante de um cenário global de aço desafiador. Essa manutenção foi possível com o aproveitamento da diversificação geográfica, otimização de ativos, desinvestimento em ativos não *core*, seletividade de novos investimentos e controle da alavancagem financeira. Os investimentos realizados em manutenção, atualização tecnológica e expansão de capacidades totalizaram R$ 2,3 bilhões em 2014. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía um ativo circulante de R$ 20,7 bilhões, sendo R$ 5,8 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e um passivo circulante de R$ 7,8 bilhões, o que resultou em um índice de liquidez corrente de 2,7x, demonstrando a boa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia. A dívida bruta em 31 de dezembro de 2014 apresentou aumento de 16,4% em relação a 2013, principalmente, devido ao efeito da variação cambial do período (R$ 2,3 bilhões), além da assunção de novas dívidas em reais. O indicador dívida líquida sobre o EBITDA ajustado, calculado em reais, passou de 2,5 vezes em 31 de dezembro de 2013 para 2,4 vezes em 31 de dezembro de 2014, mantendo relativa estabilidade. Esse mesmo indicador, calculado em dólares norte-americanos, passou de 2,3 vezes em 31 de dezembro de 2013 para 2,1 vezes em 31 de dezembro de 2014.

O exercício de 2013 representou para a Gerdau um período de consolidação de várias iniciativas tomadas visando a ampliar a rentabilidade para seus acionistas e melhorar a sua estrutura de capital. Nesse contexto, podem ser citados os projetos de desdobramento do EBITDA, que consiste no alinhamento de metas e na identificação oportunidades de ganhos que impactam a geração de caixa operacional da Empresa, o esforço para otimização do capital de giro, a integração da gestão das operações de aços longos no Brasil, bem como os projetos estratégicos de mineração, de entrada em aços planos e de início da operação de aços especiais na Índia. Os investimentos realizados em manutenção, atualização tecnológica e expansão de capacidades totalizaram R$ 2,6 bilhões em 2013. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía um ativo circulante de R$ 18,2 bilhões, sendo R$ 4,2 bilhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras e um passivo circulante de R$ 7,2 bilhões, o que resultou em um índice de liquidez corrente de 2,5x, demonstrando a boa capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo da Companhia. A dívida bruta em 31 de dezembro de 2013 apresentou aumento de 13,9% em relação a 2012, principalmente, pelo efeito da variação cambial sobre os financiamentos contratados em moedas diferentes do real nos períodos comparados. O indicador dívida líquida sobre o EBITDA ajustado foi de 2,5 vezes em 31 de dezembro de 2013, apresentando redução em relação à 2012, reflexo dos esforços da Companhia em reduzir capital de giro e da melhorara na geração de caixa dos seus negócios. O indicador dívida líquida sobre o EBITDA ajustado, calculado em dólar norte-americano, foi de 2,3 vezes em 31 de dezembro de 2013.

O quadro abaixo apresenta os indicadores de Dívida Líquida/EBITDA ajustado, calculado em reais e dólar norte-americano, e Liquidez Corrente dos três últimos exercícios sociais:

Indicadores	**2015**	**2014**	**2013**
Dívida líquida (R$) / EBITDA ajustado (R$)	4,2x	2,4x	2,5x
Dívida líquida (US$) / EBITDA ajustado (US$)	3,6x	2,1x	2,3x
Liquidez Corrente	2,8x	2,7x	2,5x

B. Estrutura de capital:

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta totalizava R$ 26.461 milhões, dos quais 9,0% era de curto prazo (R$ 2.387 milhões) e 91,0% de longo prazo (R$ 24.074 milhões). A dívida bruta era composta por 13,1% em reais, 81,8% em dólar norte-americano e 5,1% em outras moedas. O aumento da dívida bruta em R$ 6,9 bilhões de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47,0% em 2015). O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2015, era de 6,8%, sendo que 11,8% para o montante denominado em reais, de 6,0% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,0% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2015, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 6,5 anos, sendo que mais de 70% com vencimento somente a partir de 2018. A estrutura de capital da Companhia medida pelo indicador Dívida bruta (empréstimos e financiamentos mais debêntures) em relação à Capitalização total (dívida bruta mais patrimônio líquido) em 31 de dezembro de 2015 era de 45%, a qual é considerada adequada no entendimento da Administração.

Em 31 de dezembro de 2014, a dívida bruta totalizava R$ 19.522 milhões, dos quais 10,4% eram de curto prazo (R$ 2.038 milhão) e 89,6% de longo prazo (R$ 17.484 milhões). A exposição da dívida bruta em moeda estrangeira era de 80,4% em 31 de dezembro de 2014. O aumento da dívida bruta em R$ 2,8 bilhões de dezembro de 2013 para dezembro de 2014 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial do período (R$ 2,3 bilhões), além da assunção de novas dívidas em reais. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2014, era de 6,5%, sendo que 9,4% para o montante denominado em reais, de 5,9% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 5,9% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. Em 31 de dezembro de 2014, o prazo médio de pagamento da dívida bruta era de 7,1 anos.

A dívida bruta totalizava R$ 16.707 milhões em 31 de dezembro de 2013, dos quais 11,0% eram de curto prazo (R$ 1.838 milhões) e 89,0% de longo prazo (R$ 14.869 milhões). A exposição da dívida bruta em moeda estrangeira apresentou uma leve redução, passando de 80,3%, em 31 de dezembro de 2012, para 79,5%, em 31 de dezembro de 2013, apesar da desvalorização do real em 14,6% frente ao dólar norte-americano no período. Essa menor exposição da dívida bruta em moeda estrangeira é resultante das iniciativas de gestão financeira da Companhia para minimizar o risco cambial em um período de volatilidade do real. Neste contexto, a Companhia emitiu, em abril de 2013, um Bond no valor de US$ 750,0 milhões, com objetivo de alongar o prazo médio de pagamento da dívida que em 31 de dezembro de 2013 era de 5,3 anos. O custo médio nominal ponderado da dívida bruta, em 31 de dezembro de 2013, era de 6,5%, sendo que 8,6% para o montante denominado em reais, de 5,9% mais variação cambial para o total denominado em dólares tomados a partir do Brasil e de 6,1% para a parcela tomada pelas subsidiárias no exterior. A dívida bruta, em 31 de dezembro de 2013 apresentou aumento de 13,9% em relação a 2012, principalmente, pelo efeito da variação cambial sobre os financiamentos contratados em moedas diferentes do real nos períodos comparados.

O indicador de dívida bruta, em relação à capitalização total da Companhia para os exercícios de 2015, 2014 e 2013 foi de 45%, 36% e 34% respectivamente, o que demonstra a sólida estrutura de capital da empresa.

O padrão de financiamento das operações da Companhia obedece às seguintes premissas:

a) O capital de giro deve ser suportado por financiamentos de curto prazo enquanto que os investimentos em ativo imobilizado (manutenção e melhoria) devem ser suportados por financiamentos de longo prazo ou capital próprio;

b) As Operações de Negócio devem, preferencialmente, captar financiamentos na mesma moeda em que suas receitas são geradas;

c) As Operações de Negócio podem acessar recursos captados de forma global pela Companhia, com o objetivo de reduzir o custo de financiamentos.

d) Em 31 de dezembro de 2015, a estrutura de capital da Companhia que servia de suporte para o financiamento das operações era de R$ 26,0 bilhões de capital de terceiros e R$ 32,0 bilhões de capital próprio.

C. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

No quadro abaixo estão listados os principais indicadores de capacidade de pagamento de dívida utilizados pela Companhia: o nível de cobertura da despesa financeira, que mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA (EBITDA / Despesa Financeira Líquida), e o nível de cobertura da dívida, que mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA (Dívida Líquida / EBITDA).

	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
Dívida Líquida / EBITDA ajustado em R$	4,2	2,4	2,5
Dívida Líquida / EBITDA ajustado em USD	3,6	2,1	2,3
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida em R$	3,4	5,2	6,4
EBITDA ajustado / Despesa Financeira Líquida em USD	3,5	5,1	6,3

Considerando o perfil do endividamento e a posição de liquidez da Companhia, conclui-se que esta tem plena capacidade de honrar todos os compromissos financeiros assumidos para os próximos anos.

Para maiores detalhes sobre o perfil da dívida vide alínea (F) deste item 10.1.

D. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Além do caixa gerado por suas operações e pelas operações de suas subsidiárias, a Gerdau S.A., como forma de diversificar suas fontes de captação de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes, acessa diversos mercados. As captações são realizadas por meio de contratos financeiros junto a bancos comerciais, governamentais e agências multilaterais, bem como oriundas do mercado de capitais brasileiro e externo.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (F) deste item 10.1.

E. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Linhas de crédito pré-aprovadas no programa FINEM junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico num valor total de R$ 2,3 bilhões para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade.

Linha de Crédito Global, uma linha de crédito revolver *multi-currency* no valor de US$ 1,0 bilhão que objetiva prover liquidez às subsidiarias da Companhia ao redor do mundo. A linha é dividida em

duas tranches, uma destinada às subsidiárias da América do Norte e a outra às subsidiárias da América Latina e Espanha, e conta com a participação de 9 bancos de relacionamento.

Linhas de capital de giro em moeda local em diversos países como Índia, Colômbia, México, Estados Unidos e Espanha.

F. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

A dívida bruta totalizava R$ 26,5 bilhões em 31 de dezembro de 2015, dos quais 9% eram de curto prazo e 91% de longo prazo. No quadro resumo abaixo estão os valores da dívida bruta de curto e longo prazo.

	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
Circulante	2.387	2.038	1.838
Não circulante	24.074	17.484	14.868
Dívida Bruta	**26.461**	**19.522**	**16.706**

O aumento da dívida bruta de 31/12/2014 para 31/12/2015 ocorreu, principalmente, pelo efeito da variação cambial do período.

No quadro resumo abaixo estão os percentuais das dívidas em reais, moeda estrangeira contratadas pelas empresas do Brasil e em diferentes moedas contratadas pelas empresas subsidiárias no exterior.

	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
em R$	12%	18%	18%
em US$	83%	77%	76%
em diferentes moedas	5%	5%	5%

Todos os indicadores descritos abaixo, calculados com base nas Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS da Gerdau S.A, referem-se aos contratos com o BNDES. Estes, possuem características distintas às que constavam nos contratos com bancos comerciais. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Gerdau entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*.

I) *Net Interest Coverage Ratio* (nível de cobertura da despesa financeira) – mede a capacidade de pagamento das despesas financeiras líquidas em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do *impairment*). O índice contratual indica que o EBITDA dos últimos 12 meses deve representar, no mínimo, 3 vezes a despesa financeira líquida do mesmo período. Em 31/12/2015 este índice era de 3,5 vezes em USD e 3,4 vezes em R$.

II) *Net Leverage Ratio* (nível de cobertura da dívida líquida) – mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação, amortização e efeito do *impairment*). O índice contratual indica que o nível de endividamento líquido não pode ultrapassar 4 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Em 31/12/2015 este índice era de 3,6 vezes em USD e 4,2 vezes em R$.

III) *Current Ratio* (índice de liquidez corrente) – mede a capacidade em atender as obrigações de curto prazo. O índice contratual indica que a razão entre o Ativo Circulante e o Passivo

Circulante deve ser superior a 0,8 vezes. Em 31/12/2015 este índice era de 2,8 vezes em USD e R$.

Empréstimos e Financiamentos:

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

	Encargos anuais (*)	2015	2014
Capital de giro	10,47%	3.814.454	4.062.436
Financiamento de imobilizado e outr	6,38%	3.996.409	2.064.487
Ten/Thirty Years Bonds	6,21%	18.403.132	13.059.526
Total dos financiamentos		26.213.995	19.186.449
Circulante		2.387.237	2.037.869
Não circulante		23.826.758	17.148.580
Valor do principal dos financiamentos		25.760.836	18.843.000
Valor dos juros dos financiamentos		453.159	343.449
Total dos financiamentos		26.213.995	19.186.449

(*) Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2015.

	Encargos anuais (*)	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões	2012 R$ milhões
Financiamentos de curto prazo denominados em reais				
Capital de giro	5,88%	75	422	394
Financiamento de investimento e outros	10,84%	4	42	-
Financiamentos de curto prazo denominados em moeda estrangeira				
Capital de giro (USD)	1,93%	607	514	944
Capital de giro (EUR)	2,26%	131	77	64
Capital de giro (CLP)	3,85%	-	10	2
Capital de giro (COP)	6,83%	160	91	172
Capital de giro (ARS)	18,55%	30	8	38
Capital de giro (MXN)	4,65%	-	27	154
Financiamento de imobilizado e outros (USD)	3,24%	2	5	7
Financiamento de imobilizado e outros (INR)	10,43%	150	125	5
Financiamento de imobilizado e outros (MXN)	4,65%	198	46	26
		1.356	1.367	1.806
Mais: parcela circulante dos financiamentos de longo prazo		681	443	518
Financiamentos de curto prazo mais parcela circulante		2.037	1.811	2.324
Financiamentos de longo prazo denominados em reais				
Capital de giro	6,93%	2.101	889	264
Financiamento de imobilizado	7,10%	1.241	1.023	1.616
Financiamento de investimento	12,15%	60	627	-
Financiamentos de longo prazo denominados em moeda estrangeira				
Capital de giro (USD)	1,87%	645	334	1.319
Capital de giro (EUR)	2,26%	38	40	56
Capital de giro (MXN)	5,66%	-	-	28
Capital de giro (COP)	6,84%	167	287	249
Capital de giro (ARS)	18,55%	106	14	1
Capital de giro (INR)	2,46%	2	11	-
Ten/Thirty Years Bonds (USD)	6,54%	13.060	10.844	8.274
Financiamento de investimento (USD)	4,75%	184	160	188
Financiamento de imobilizado e outros (INR)	10,43%	14	99	143
Financiamento de imobilizado e outros (USD)	2,40%	211	562	106
Financiamento de imobilizado e outros (MXN)	5,66%	-	34	-
		17.830	14.925	12.244
Menos: parcela circulante		(681)	(443)	(518)
Financiamentos de longo prazo menos parcela circulante		17.149	14.481	11.726
Total financiamentos		**19.186**	**16.292**	**14.050**
Valor do principal dos financiamentos		18.843	15.901	13.742
Valor dos juros dos financiamentos		343	391	308
Total dos financiamentos		19.186	16.292	14.050

(*) Custo médio ponderado efetivo de juros em 31/12/2014.

Os empréstimos e financiamentos denominados em reais são corrigidos por taxa fixa ou indexados conforme os seguintes indicadores: TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), CDI (Certificados de Depósito Interbancário), IGP-M (Índice Geral de Preços – Mercado), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

Moeda	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
Real (BRL)	3.225	3.481	3.004
Dólar Norte-Americano (USD)	21.637	14.709	12.420
Euro (EUR)	240	169	117
Peso Colombiano (COP)	259	327	378
Peso Argentino (ARS)	275	136	22
Peso Chileno (CLP)	24	-	10
Peso Mexicano (MXN)	224	198	107
Rúpias Indianas (INR)	331	166	235
Total	**26.214**	**19.186**	**16.292**

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

Cronograma de Pagamento			
Exercício	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
2015	-	-	959
2016	-	893	592
2017	4.637	3.152	4.058
2018	1.531	755	503
2019	969	671	432
2020	3.813	3.498	3.255
2021 em diante	12.877	8.180	4.683
Total	**23.827**	**17.149**	**14.482**

Debêntures:

Emissão	Assembléia Geral	Quantidade em 31/12/2015 Emitida	Em carteira	Vencimento	Encargos anuais	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
3ª - A e B	27/05/1982	144.000	131.436	01/06/2021	CDI	64	82	88
7ª	14/07/1982	68.400	61.764	01/07/2022	CDI	44	52	102
8ª	11/11/1982	179.964	162.608	02/05/2023	CDI	75	107	131
9ª	10/06/1983	125.640	123.542	01/09/2024	CDI	14	14	28
11ª - A e B	29/06/1990	150.000	142.064	01/06/2020	CDI	50	56	66
14ª	26/08/2014	20.000	11.916	30/08/2024		-	24	-
Total						**247**	**335**	**414**
Parcela do Não-circulante						247	335	414

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

	2015 R$ milhões	2014 R$ milhões	2013 R$ milhões
2020	50	56	66
2021 em diante	197	279	348
Total	**247**	**335**	**414**

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ECGD - Export Credits Guarantee Department

Ao longo de 2015, a subsidiária Gerdau Açominas S.A. captou US$ 23,5 milhões junto aos bancos Deutsche Bank AG, London Branch; HSBC Limited, Tokyo Branch; Citibank Europe plc e BNP Paribas. Esta operação tem como origem um financiamento de investimento iniciado em Junho de 2011 e conta com seguro de crédito pela ECGD (Export Credits Guarantee Department), agência de incentivo à exportação do Reino Unido. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 176 milhões (R$ 687,5 milhões em 31/12/2015).

Bonds

A Companhia, através de suas subsidiárias GTL Trade Finance Inc., Gerdau Holdings Inc. e Gerdau Trade Inc., concluiu nos anos de 2007, 2009, 2010, 2013 e 2014, emissões de bonds de 10 e 30 anos. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Aços Especiais S.A. prestam garantia e o saldo de principal nestas operações era de R$ 18,8 bilhões em 31/12/2015.

Tokyo Loan Agreement

Em setembro 2013 a subsidiária Gerdau Steel India concluiu operação financeira no valor de US$ 40 milhões, denominados em INR, com o Banco de Tokyo e prazo de vencimento de cinco anos. Em 31/12/2014, o saldo devedor era de US$ 40 milhões (R$ 156,2 milhões em 31/12/2015) e a Companhia garante a operação.

NCE Banco do Brasil (R$ 660 MM)

Em setembro de 2013 a subsidiária Gerdau Açominas captou um financiamento junto ao Banco do Brasil no montante de R$ 660 milhões e prazo de vencimento de seis anos. A Gerdau S.A. é avalista desta operação. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de R$ 610 milhões.

JPMorgan Loan Agreement

Em outubro de 2013, a subsidiária Diaco S.A. concluiu operação financeira no valor total de US$ 40 milhões, denominados em Pesos Colombianos (COP), com o banco JPMorgan Chase Bank. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 23,8 milhões (R$ 93,2 milhões em 31/12/2015).

HSBC Loan Agreement

Em dezembro de 2013 a subsidiária Gerdau Steel India concluiu operação financeira no valor de US$ 25 milhões com o HSBC e prazo de vencimento em cinco anos. Em 31/12/2015, o saldo devedor era de US$ 25 milhões (R$ 97,6 milhões em 31/12/2015) e a Companhia garante a operação.

EXIM PSI – BNDES

Em dezembro de 2013 a Companhia captou R$ 91,8 milhões através do Programa EXIM PSI do BNDES, com prazo de vencimento de três anos.

Em julho e agosto de 2014 a Companhia captou R$ 100 milhões através do Programa EXIM PSI do BNDES, com prazo de vencimento de três anos.

Em dezembro de 2015 a Companhia captou R$ 50 milhões através do Programa EXIM PSI do BNDES, com prazo de vencimento de três anos.

Sumitomo – Credit Agreement

Em março de 2014, a joint-venture Gerdau Corsa firmou um financiamento no montante de US$ 75 milhões, denominados em Pesos Mexicanos, com o banco Sumitomo, pelo prazo de cinco anos. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 57,6 milhões (R$ 224,8 milhões em 31/12/2015) e a Companhia garante a transação.

NCE Banco do Brasil (R$ 500 MM)

Em março de 2014, as subsidiárias Gerdau Açominas e Gerdau Aços Especiais emitiram uma Nota de Crédito à Exportação no valor de R$ 500 milhões, com vencimento em 16/02/2020, com o Banco do Brasil S.A. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de R$ 500 milhões.

Tender/Exchange Offer

Em abril e maio de 2014 a Gerdau S.A., através de sua subsidiária GTL Trade Finance Inc., concluiu a emissão de um Bond de 30 anos no montante de US$ 500 milhões com cupom de 7,25% ao ano, sendo que US$ 250 milhões foram utilizados para a oferta de compra à vista de parte dos Bonds com vencimento em 2017 (Tender Offer). A Companhia também efetuou uma oferta de troca (Exchange Offer) de parte dos Bonds com vencimento em 2017 e 2020 emitidos pela GTL Trade Finance Inc. e pela Gerdau Holdings Inc., respectivamente, pela nova emissão de Bonds de responsabilidade conjunta e solidária com vencimento em 2024 e cupom de 5,893% ao ano no valor de US$ 1,2 bilhão. A Companhia designou estas emissões como Hedge de Investimento Líquido e como consequência, o efeito da variação cambial desta parcela da dívida será reconhecida no Patrimônio Líquido e na Demonstração dos Resultados Abrangentes, conforme descrito na nota 15.g. das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Scotiabank – Credit Agreement

Em agosto de 2014, a joint-venture Gerdau Corsa firmou um financiamento no montante de US$ 110 milhões, denominados em Pesos Mexicanos, com o banco Scotiabank e prazo de vencimento de dezoito meses. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 83,1 milhões (R$ 324,5 milhões em 31/12/2015) e a Companhia garante esta operação.

HSBC – Loan Agreement

Em setembro de 2014, a joint-venture Gerdau Corsa firmou um financiamento no montante de US$ 100 milhões, denominados em Pesos Mexicanos, com o banco HSBC e prazo de vencimento de dezoito meses. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 76,7 milhões (R$ 299,6 milhões em 31/12/2015) e a Companhia garante a transação.

Tokyo Credit Agreement

Em março de 2015, a subsidiária Siderperú firmou a renovação de um empréstimo no valor de US$ 100 milhões, por um prazo de três anos e garantia Gerdau S.A., com o Banco de Tokyo. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 100 milhões (R$ 390,5 milhões em 31/12/2015).

Citi Loan Agreement

Em agosto de 2015, a subsidiária Diaco firmou um contrato de empréstimo no valor de US$ 40 milhões com o Citibank por um prazo de 3 anos, com garantia Gerdau S.A. Em 31/12/2015, o saldo devedor desta operação era de US$ 36,7 milhões (R$ 143,2 milhões em 31/12/2015).

4131 Citi

Em outubro de 2015, a subsidiária Gerdau Açominas firmou operação de financiamento 4131 no valor de US$ 170 milhões, denominados em reais, prazo de cinco anos e a Companhia garante esta operação.

BBVA — Credit Agreement

Em dezembro de 2015, a joint-venture Gerdau Corsa captou financiamento no valor de US$ 150 milhões, denominados em pesos mexicanos, com o BBVA e prazo de vencimento em cinco anos. O saldo devedor desta operação em 31/12/2015 era de US$ 145,3 milhões (R$ 567,3 milhões em 31/12/2015) e a Companhia garante esta operação.

NCE Compulsória

Em dezembro de 2015, a Companhia captou R$ 50 milhões com o Santander através de uma NCE e prazo de vencimento em cinco anos.

Debêntures emitidas pela Gerdau S.A.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro).

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui operações com derivativos que têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações e receitas realizadas em moeda estrangeira e contra variações de taxas de juros, sem fins especulativos. Estas operações estão contabilizadas pelo seu valor de mercado, de acordo com a metodologia de contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15 letra “e” das Demonstrações Financeiras de 2015.

Além das operações acima descritas, a Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos contratados pela Gerdau S.A. não são contratualmente ou legalmente subordinados. As garantias prestadas pela Companhia para determinadas obrigações financeiras de suas subsidiárias podem, em alguns casos, ser estruturalmente subordinadas às obrigações financeiras que possuem garantias reais. Este seria o caso, por exemplo, de obrigações financeiras de subsidiárias junto ao BNDES sob a modalidade de FINAME e o caso de contratos de Pré-Pagamentos de Exportação, os quais são segurados pelo fluxo de recebíveis de exportação.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação aos limites de endividamento com o BNDES - descritos no item 10.1.F deste Formulário de Referência – e à alienação de ativos, conforme detalhamento a seguir.

A Gerdau S.A. e suas controladas possuem uma política definida para negociação de contratos de empréstimos e financiamento, na qual, cláusulas restritivas são tratadas com alta relevância.

Em grande parte dos contratos de empréstimo e financiamento da Gerdau S.A. e suas controladas, é permitida a mudança de controle do tomador, no entanto, os credores têm o direito de, se não satisfeitos com o novo controlador de acordo com as condições previstas em tais contratos, solicitar o pagamento antecipado da dívida.

A Gerdau S.A. e suas controladas podem alienar ativos em garantia em contratos de financiamento desde que respeitem alguns critérios estipulados em contrato, tais como, substituição de bem alienado por outro bem desde que não aumente o valor das dívidas com garantia real; alienação de ativo para dívida tomada especificamente para financiá-lo; alienações existentes em empresas após a compra ou fusão pela Gerdau S.A. e suas controladas; alienações impostas por lei; alienações ou depósitos em garantia relacionados a exigências trabalhistas; alienações de ativos garantindo pagamentos de impostos ou taxas governamentais que estejam em discussão; alienação de ativos em financiamentos com bancos de desenvolvimento brasileiros e/ou estrangeiros, agência governamentais, agências de crédito à exportação e bancos oficiais de fomento à exportação/importação; alienação de estoques e recebíveis em estruturas de financiamentos de importação ou exportação e alienações segurando dívidas que não excedam 15% do ativo tangível líquido consolidado da Companhia.

G. Limites de utilização dos financiamentos já contratados:

Em junho de 2009, as empresas Gerdau Açominas S.A., Gerdau Aços Longos S.A., Gerdau Aços Especiais S.A. e, a então Aços Villares SA. obtiveram uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R$ 1,5 bilhão para reformas e modernizações em diversas áreas, ampliações de capacidade de produção de determinadas linhas de produtos, investimentos em logística e geração de energia, além de projetos ambientais e de sustentabilidade. Esses recursos são disponibilizados à medida que as controladas realizam seu plano próprio de investimentos e apresentem ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP + 2,16% a.a. Com base no montante desembolsado, o percentual aproximado de utilização desta operação em 31/12/2015 era de 65% e o saldo devedor era de R$ 881,8 milhões.

Em dezembro de 2012 a empresa Gerdau Açominas S.A. obteve uma linha de crédito pré-aprovada junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante total de R$ 776,6 milhões para o projeto de implantação de uma unidade laminação de aços planos. Esses recursos são disponibilizados à medida que a controlada realiza seu plano próprio de investimentos e apresenta ao BNDES a respectiva comprovação de realização. A taxa de juros para essa linha de crédito é determinada na ocasião de cada desembolso, e é composta por indexadores atrelados à TJLP e cesta de moedas + 2,16% a.a. Com base no montante desembolsado, o percentual aproximado de utilização desta operação em 31/12/2015 era de 50% e o saldo devedor era de R$ 449,8 milhões.

Em setembro de 2015, a Companhia liquidou e cancelou antecipadamente a Linha de Crédito Global, iniciando também o processo de renovação da operação pelo valor de US$ 1 bilhão e custo de Libor + 1,55% a.a. A nova linha está dividida em duas tranches, sendo US$ 250 milhões destinados às subsidiárias da América do Norte e US$ 750 milhões às subsidiárias da América Latina e Espanha. O montante desembolsado desta operação em 31/12/2015 era de US$ 365 milhões (R$ 1,4 bilhão em 31/12/2015), representando 36% de utilização.

H. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

Balanço Patrimonial - Consolidado

GERDAU S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2015	Análise Vertical 2015	31/12/2014	Análise Vertical 2014	31/12/2013	Análise Vertical 2013	Análise Horizontal 2015 X 2014	Análise Horizontal 2014 X 2013
ATIVO CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	5.648.080	8,1%	3.049.971	4,8%	2.099.224	3,6%	85,2%	45,3%
Aplicações financeiras								
Títulos para negociação	1.270.760	1,8%	2.798.834	4,4%	2.123.168	3,6%	-54,6%	31,8%
Contas a receber de clientes	4.587.426	6,5%	4.438.676	7,0%	4.078.806	7,0%	3,4%	8,8%
Estoques	8.781.113	12,5%	8.866.888	14,1%	8.499.691	14,6%	-1,0%	4,3%
Créditos tributários	673.155	1,0%	686.958	1,1%	716.806	1,2%	-2,0%	-4,2%
Imposto de renda/contribuição social a recuperar	724.843	1,0%	468.309	0,7%	367.963	0,6%	54,8%	27,3%
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	37.981	0,1%	41.751	0,1%	319	0,0%	-9,0%	12988,1%
Outros ativos circulantes	454.140	0,6%	331.352	0,5%	291.245	0,5%	37,1%	13,8%
	22.177.498	31,6%	20.682.739	32,8%	18.177.222	31,2%	7,2%	13,8%
ATIVO NÃO-CIRCULANTE								
Créditos tributários	77.990	0,1%	78.412	0,1%	103.469	0,2%	-0,5%	-24,2%
Imposto de renda/contribuição social diferidos	4.307.462	6,1%	2.567.189	4,1%	2.056.445	3,5%	67,8%	24,8%
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	5.620	0,0%	-		-		100,0%	-
Partes relacionadas	54.402	0,1%	80.920	0,1%	87.159	0,1%	-32,8%	-7,2%
Depósitos judiciais	1.703.367	2,4%	1.430.865	2,3%	1.155.407	2,0%	19,0%	23,8%
Outros ativos não-circulantes	490.583	0,7%	375.732	0,6%	220.085	0,4%	30,6%	70,7%
Gastos antecipados com plano de pensão	140.388	0,2%	196.799	0,3%	555.184	1,0%	-28,7%	-64,6%
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	1.392.882	2,0%	1.394.383	2,2%	1.590.031	2,7%	-0,1%	-12,3%
Ágios	14.653.026	20,9%	12.556.404	19,9%	11.353.045	19,5%	16,7%	10,6%
Outros intangíveis	1.835.761	2,6%	1.547.098	2,5%	1.497.919	2,6%	18,7%	3,3%
Imobilizado	23.255.730	33,2%	22.131.789	35,1%	21.419.074	36,8%	5,1%	3,3%
	47.917.211	68,4%	42.359.591	67,2%	40.037.818	68,8%	13,1%	5,8%
TOTAL DO ATIVO	70.094.709	100,0%	63.042.330	100,0%	58.215.040	100,0%	11,2%	8,3%

GERDAU S.A. BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de reais)	31/12/2015	Análise Vertical 2015	31/12/2014	Análise Vertical 2014	31/12/2013	Análise Vertical 2013	Análise Horizontal 2015 X 2014	Análise Horizontal 2014 X 2013
PASSIVO CIRCULANTE								
Fornecedores	3.629.788	5,2%	3.236.356	5,1%	3.271.419	5,6%	12,2%	-1,1%
Empréstimos e financiamentos	2.387.237	3,4%	2.037.869	3,2%	1.810.783	3,1%	17,1%	12,5%
Impostos e contribuições sociais a recolher	349.674	0,5%	405.490	0,6%	473.773	0,8%	-13,8%	-14,4%
Imposto de renda/contribuição social a recolher	140.449	0,2%	388.920	0,6%	177.434	0,3%	-63,9%	119,2%
Salários a pagar	480.430	0,7%	668.699	1,1%	655.962	1,1%	-28,2%	1,9%
Dividendos a pagar	-		119.318	0,2%	119.455	0,2%	-100,0%	-0,1%
Benefícios a empregados	18.535	0,0%	34.218	0,1%	50.036	0,1%	-45,8%	-31,6%
Provisão para passivos ambientais	27.736	0,0%	23.025	0,0%	15.149	0,0%	20,5%	52,0%
Outros passivos circulantes	829.182	1,2%	858.901	1,4%	634.761	1,1%	-3,5%	35,3%
	7.863.031	11,2%	7.772.796	12,3%	7.236.630	12,4%	1,2%	7,4%
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	23.826.758	34,0%	17.148.580	27,2%	14.481.497	24,9%	38,9%	18,4%
Debêntures	246.862	0,4%	335.036	0,5%	386.911	0,7%	-26,3%	-13,4%
Partes relacionadas	896	0,0%	-		43	0,0%	100,0%	-100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	914.475	1,3%	944.546	1,5%	1.187.252	2,0%	-3,2%	-20,4%
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-		8.999	0,0%	3.009	0,0%	-100,0%	199,1%
Provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas	1.904.730	2,7%	1.576.355	2,5%	1.294.598	2,2%	20,8%	21,8%
Provisão para passivos ambientais	136.070	0,2%	93.396	0,1%	90.514	0,2%	45,7%	3,2%
Benefícios a empregados	1.687.486	2,4%	1.272.631	2,0%	942.319	1,6%	32,6%	35,1%
Obrigações com FIDC	853.252	1,2%	-		-	-	100,0%	-
Outros passivos não-circulantes	690.766	1,0%	635.457	1,0%	571.510	1,0%	8,7%	11,2%
	30.261.295	43,2%	22.015.000	34,9%	18.957.653	32,6%	37,5%	16,1%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	19.249.181	27,5%	19.249.181	30,5%	19.249.181	33,1%	-	-
Ações em tesouraria	(383.363)	-0,5%	(233.142)	-0,4%	(238.971)	-0,4%	64,4%	-2,4%
Reserva de capital	11.597	0,0%	11.597	0,0%	11.597	0,0%	-	-
Reserva de lucros	6.908.059	9,9%	11.714.804	18,6%	10.738.782	18,4%	-41,0%	9,1%
Ajustes de avaliação patrimonial	5.900.327	8,4%	1.458.379	2,3%	578.490	1,0%	304,6%	152,1%
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	31.685.801	45,2%	32.200.819	51,1%	30.339.079	52,1%	-1,6%	6,1%
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	284.582	0,4%	1.053.715	1,7%	1.681.678	2,9%	-73,0%	-37,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.970.383	45,6%	33.254.534	52,7%	32.020.757	55,0%	-3,9%	3,9%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	70.094.709	100,0%	63.042.330	100,0%	58.215.040	100,0%	11,2%	8,3%

Seguem abaixo, alterações significativas nas linhas que representam mais de 10% do grupo ao qual pertencem e que tenham variado mais de 5% na comparação dos exercícios, ou que a Companhia julgue ser um ativo ou passivo relevante no contexto de seu patrimônio:

Análise Balanço Patrimonial - 2015 X 2014

Caixa e equivalentes de caixa

Esta conta é composta pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras de vencimento inferior a 90 dias. O aumento de 85,2% de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015 foi decorrente, principalmente, dos efeitos de liberação de capital de giro da Companhia, além dos efeitos de variação cambial na reconversão dos saldos das empresas controladas no exterior.

Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia mantinha R$ 1.271 milhões (R$ 2.799 milhões em 31 de dezembro de 2014) em títulos

para negociação. A redução no montante das aplicações financeiras de 2014 para 2015 foi reflexo, principalmente, das amortizações de linhas de capital de giro, bem como outros financiamentos de longo prazo.

Contas a Receber de Clientes

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 3,3% de 2014 para 2015, basicamente, em função da variação cambial sobre as contas a receber de clientes de controladas no exterior (47,0% de depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano), parcialmente compensada pelos esforços de redução de capital de giro, principalmente, nas Operações de Negócio Brasil e América do Norte.

Contas a receber de Clientes (R$ milhões)	**2015**	**2014**
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.152	1.514
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	504	248
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	3.116	2.776
(-) Provisão para risco de crédito	(185)	(99)
Total	**4.587**	**4.439**

Estoques

Os estoques reduziram 1,0% de 2014 para 2015 em função, principalmente, dos esforços de redução de capital de giro, parcialmente compensados pela variação cambial do período sobre os estoques das subsidiárias do exterior.

Estoques (R$ milhões)	**2015**	**2014**
Produtos prontos	4.313	4.040
Produtos em elaboração	1.777	1.799
Matérias-primas	1.866	1.873
Materiais de almoxarifado	560	657
Adiantamento a fornecedores	112	285
Importações em andamento	254	279
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(101)	(66)
Total	**8.781**	**8.867**

Imposto de Renda/Contribuição Social diferidos

O Ativo Fiscal Diferido (IRPJ e CSLL) refere-se a créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social sobre o lucro e de diferenças temporárias, representado substancialmente pela variação cambial diferida sobre financiamentos vinculados as exportações, que estão sendo realizados quando da liquidação de ditos financiamentos.

O aumento de 67,8% no saldo de imposto de renda/contribuição social diferido do exercício de 2014 para 2015 ocorreu, substancialmente, devido ao efeito tributário sobre a forte variação cambial no exercício de 2015 (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47%).

Ágios

Comparando os exercícios de 2014 e 2015, verificou-se um aumento de 16,7% na linha de ágios, principalmente, pelo efeito da variação cambial do período em decorrência da desvalorização do

real frente ao dólar norte-americano, parcialmente compensado pelas perdas pela não recuperabilidade de ativos registradas nas Operações de Negócio América do Norte, América do Sul e Aços especiais.

Ágios (R$ milhões)	**2015**	**2014**
Saldo inicial	12.556	11.353
(+) Variação Cambial	5.097	1.203
(-) Perdas pela não recuperabilidade de ativos	-3.000	-
Saldo final	**14.653**	**12.556**

Outros intangíveis

O saldo de "outros intangíveis" do exercício de 2015 em relação ao de 2014 apresentou aumento de 18,7%, em função, principalmente, do efeito cambial sobre ativos intangíveis no exterior, basicamente de relacionamento com clientes.

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2014 e 2015, verificou-se um aumento de 5,1% na linha de imobilizado, basicamente, em virtude do efeito da variação cambial sobre os ativos imobilizados nas subsidiárias no exterior, parcialmente compensado por baixas de ativos na Operação de Negócio Brasil, e Aços Especiais, registradas nas linhas: "terrenos, prédios e construções", "máquinas, equipamentos e instalações" e "imobilizações em andamento".

Imobilizado (R$ milhões)	**2015**	**2014**
Terrenos, prédios e construções	6.455	5.465
Máquinas, equipamentos e instalações	11.673	11.609
Equipamentos eletrônicos de dados	112	91
Imobilizações em andamento	4.069	4.066
Outros	947	901
Total	**23.256**	**22.132**

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R$ 26.461 milhões em 31 de dezembro de 2015, dos quais 9,0% da dívida bruta era de curto prazo e 91,0% de longo prazo. No final do ano de 2015, a dívida bruta era composta por 13,1% em reais, 81,8% em dólar norte-americano e 5,1% em outras moedas. O aumento da dívida bruta em R$ 6,9 bilhões de dezembro de 2014 para dezembro de 2015 ocorreu, principalmente, devido ao efeito da variação cambial nos períodos comparados (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47,0% em 2015), parcialmente compensado por amortizações de linhas de capital de giro, bem como outros financiamentos de longo prazo. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível nos itens 10.1 letra f.

Composição da dívida (R$ milhões)	**2015**	**2014**
Circulante	2.387	2.038
Não circulante	24.074	17.484
Dívida Bruta	**26.461**	**19.522**
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	6.919	5.849
Dívida líquida	**19.542**	**13.673**

Obrigações com FIDC

Como parte do pagamento da aquisição de participações minoritárias em empresas operativas, ocorrida em julho de 2015, no valor total de R$ 1.986 milhões (conforme descrito no item 10.3 letra b), a Gerdau S.A. alienou permuta de cota de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cuja carteira detém apenas um único tipo de direito creditório de titularidade da controlada decorrentes de ações judiciais que tenham por objeto a cobrança das diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás, pelo valor de R$ 802 milhões. Como as ações judiciais terão julgamento futuro, a Gerdau S.A. constituiu R$ 853.252 em "Outros Passivos não circulantes".

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R$ 31.970 milhões em dezembro de 2015, comparado com R$ 33.255 milhões no final de 2014, o que representa uma redução de 3,9%. Esta queda refere-se, principalmente, ao prejuízo líquido do exercício de 2015, parcialmente compensado pelo efeito da variação cambial sobre investimentos no exterior.

Análise Balanço Patrimonial - 2014 X 2013

Caixa e equivalentes de caixa

Esta conta é composta pelos recursos de caixa, saldos em conta corrente e aplicações financeiras de vencimento inferior a 90 dias. A variação de 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2014 foi decorrente principalmente da venda da participação detida na empresa com controle compartilhado Gallatin Steel Company pelo valor de R$ 937,8 milhões. As demais movimentações de entrada e saída de caixa, bem como efeitos de variação cambial na reconversão dos saldos das empresas controladas no exterior praticamente se compensaram no exercício.

Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira. Em 31/12/2014 a Companhia mantinha R$ 2.799 milhões (R$ 2.123 milhões em 31/12/2013) em títulos para negociação. O aumento no montante das aplicações financeiras de 2013 para 2014 foi reflexo, principalmente, do recebimento dos recursos oriundos da venda da Gallatin Steel Company que ocorreu em outubro de 2014 e da emissão de Bonds em abril de 2014.

Contas a Receber de Clientes

A linha de Contas a Receber de Clientes apresentou um aumento de 8,8% de 2013 para 2014, principalmente, em função da variação cambial sobre as contas a receber de clientes de controladas no exterior (13,4% de depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano).

Contas a receber de Clientes (R$ milhões)	**2014**	**2013**
Contas a receber de Clientes - no Brasil	1.514	1.379
Contas a receber de Clientes - exportações a partir do Brasil	248	319
Contas a receber de Clientes - controladas no exterior	2.776	2.481
(-) Provisão para risco de crédito	(99)	(100)
Total	**4.439**	**4.079**

Estoques

Os estoques aumentaram em 4,3% de 2013 para 2014 em função, principalmente, da variação cambial do período sobre os estoques das subsidiárias do exterior, além dos menores volumes vendidos nos exercícios comparados (-3,5%).

Estoques (R$ milhões)	**2014**	**2013**
Produtos prontos	4.040	3.493
Produtos em elaboração	1.799	1.784
Matérias-primas	1.873	1.952
Materiais de almoxarifado	657	843
Adiantamento a fornecedores	285	176
Importações em andamento	279	325
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(66)	(73)
Total	**8.867**	**8.500**

Ágios

Comparando os exercícios de 2013 e 2014, verificou-se um aumento de 10,6% na linha de ágios, principalmente, pelo efeito da variação cambial do período em decorrência da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano.

Ágios (R$ milhões)	**2014**	**2013**
Saldo inicial	11.353	10.033
(+) Variação Cambial	1.203	1.293
(+) Adições	-	27
Saldo final	**12.556**	**11.353**

Imobilizado

Comparando os exercícios de 2013 e 2014, verificou-se um aumento de 3,3% na linha de imobilizado, basicamente, em virtude do efeito da variação cambial sobre os ativos imobilizados nas subsidiárias no exterior, parcialmente compensado por baixas de ativos na Operação de Negócio América do Sul.

Imobilizado (R$ milhões)	**2014**	**2013**
Terrenos, prédios e construções	5.465	5.213
Máquinas, equipamentos e instalações	11.609	11.535
Equipamentos eletrônicos de dados	91	86
Imobilizações em andamento	4.066	3.737
Outros	901	848
Total	**22.132**	**21.419**

OBS: o imobilizado refere-se ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e perdas pela não recuperabilidade.

Empréstimos e Financiamentos e Debêntures

A dívida bruta totalizava R$ 19.522 milhões em 31 de dezembro de 2014, dos quais 10,4% eram de curto prazo e 89,6% de longo prazo. No final do ano de 2014, a dívida bruta era composta por 19,6% em reais, 75,3% em dólar norte-americano e 5,1% em diferentes moedas contratadas pelas subsidiárias no exterior. Cabe mencionar que a dívida bruta, se comparada a 31 de dezembro de 2013,

apresentou aumento de 16,4%, principalmente pelo efeito da variação cambial do período (R$ 2,3 bilhões), além da assunção de novas dívidas em reais. O detalhamento sobre os principais contratos de financiamentos que compõe a dívida bruta está disponível nos itens 10.1 letra f.

Composição da dívida (R$ milhões)	**2014**	**2013**
Circulante	2.038	1.838
Não circulante	17.484	14.869
Dívida Bruta	**19.522**	**16.707**
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	5.849	4.222
Dívida líquida	**13.673**	**12.485**

Outros passivos circulantes

Esta linha contempla, adiantamento de clientes, demais valores de contas a pagar não relacionadas a fornecedores (comissões a representantes, indenizações trabalhistas, seguros a pagar e outros) e provisões com vencimento no curto prazo, as quais não possuem contas específicas dentro do passivo circulante. A variação do saldo de 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2014, refere-se substancialmente, à variação na taxa de câmbio pela reconversão dos saldos das empresas no exterior, o qual considera o efeito, por exemplo, da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano de aproximadamente 13,4% e acordo firmado para pagamento de sentença arbitral em discussão de obras de construção de hidrelétricas.

Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido totalizou R$ 33.255 milhões em dezembro de 2014, comparado com R$ 32.021 milhões no final de 2013, o que representa um aumento de 3,9%. Este crescimento refere-se, principalmente, ao resultado do ano de 2014 e ao efeito da variação cambial sobre investimentos no exterior.

Demonstração dos Resultados - Consolidado

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2015	Análise Vertical 2015	31/12/2014	Análise Vertical 2014	31/12/2013	Análise Vertical 2013	Análise Horizontal 2015 X 2014	Análise Horizontal 2014 X 2013
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	43.581.241	100,0%	42.546.339	100,0%	39.863.037	100,0%	2,4%	6,7%
Custo das vendas	(39.290.526)	-90,2%	(37.406.328)	-87,9%	(34.728.460)	-87,1%	5,0%	7,7%
LUCRO BRUTO	4.290.715	9,8%	5.140.011	12,1%	5.134.577	12,9%	-16,5%	0,1%
Despesas com vendas	(785.002)	-1,8%	(691.021)	-1,6%	(658.862)	-1,7%	13,6%	4,9%
Despesas gerais e administrativas	(1.797.483)	-4,1%	(2.036.926)	-4,8%	(1.953.014)	-4,9%	-11,8%	4,3%
Outras receitas operacionais	213.431	0,5%	238.435	0,6%	318.256	0,8%	-10,5%	-25,1%
Outras despesas operacionais	(116.431)	-0,3%	(150.542)	-0,4%	(140.535)	-0,4%	-22,7%	7,1%
Perdas pela não recuperabilidade de ativos	(4.996.240)	-11,5%	(339.374)	-0,8%	-	0,0%	1372,2%	100,0%
Resultado em operações com entidades de controle compartilhado	-	0,0%	636.528	1,5%	-	0,0%	-100,0%	100,0%
Resultado da equivalência patrimonial	(24.502)	-0,1%	101.875	0,2%	54.001	0,1%	-124,1%	88,7%
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	(3.215.512)	-7,4%	2.898.986	6,8%	2.754.423	6,9%	-210,9%	5,2%
Receitas financeiras	378.402	0,9%	276.249	0,6%	292.910	0,7%	37,0%	-5,7%
Despesas financeiras	(1.780.366)	-4,1%	(1.397.375)	-3,3%	(1.053.385)	-2,6%	27,4%	32,7%
Variação cambial, líquida	(1.564.017)	-3,6%	(476.367)	-1,1%	(544.156)	-1,4%	228,3%	-12,5%
(Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido	87.085	0,2%	36.491	0,1%	2.854	0,0%	138,6%	1178,6%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(6.094.408)	-14,0%	1.337.984	3,1%	1.452.646	3,6%	-555,5%	-7,9%
Imposto de renda e contribuição social								
Corrente	(158.450)	-0,4%	(571.926)	-1,3%	(318.422)	-0,8%	-72,3%	79,6%
Diferido	1.656.872	3,8%	722.315	1,7%	559.478	1,4%	129,4%	29,1%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(4.595.986)	-10,5%	1.488.373	3,5%	1.693.702	4,2%	-408,8%	-12,1%
		0,0%						
(+) Reversão das Perdas pela não recuperabilidade de ativos	4.996.240	11,5%	339.374	0,8%	-	0,0%	1372,2%	100,0%
(-) Resultado em operações com entidades de controle compartilhado	-	0,0%	(636.528)	-1,5%	-	0,0%	-100,0%	100,0%
(+) Reversão de baixas de ativos fiscais diferidos	284.014	0,7%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	-
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO *	684.268	1,6%	1.191.219	2,8%	1.693.702	4,2%	-42,6%	-29,7%

* O Lucro líquido ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelos eventos extraordinários que impactaram o resultado, porém sem produzir efeito caixa.

Análise Demonstração dos Resultados – 2015 X 2014

Receita Líquida de Vendas

Em 2015, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 2,4% em relação a 2014, em função, basicamente, do efeito da variação cambial na tradução da receita líquida das empresas do exterior para o real, principalmente em relação ao dólar norte-americano (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). Excluindo o efeito cambial, a receita líquida teria apresentado redução devido, principalmente, à queda de volumes de vendas (-5,0%).

Custo das Vendas e Lucro Bruto

No exercício de 2015, o custo das vendas apresentou um aumento de 5,0% em relação a 2014, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real. Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado redução. A margem bruta apresentou redução de 12,1% em 2014 para 9,8% em 2015 devido aos menores volumes de vendas no mercado doméstico brasileiro que historicamente possuem maiores margens, tanto na Operação de Negócio Brasil quanto na Operação de Negócio Aços Especiais, ainda que a Operação de Negócio América do Norte tenha apresentado evolução no lucro bruto e na margem bruta.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

O aumento de 13,6% nas despesas com vendas consolidadas foi decorrente da maior provisão para créditos de liquidação duvidosa no ano de 2015 em função da elevação dos níveis de inadimplência no Brasil, além do efeito da variação cambial sobre às operações da Companhia no exterior, parcialmente compensados pelos esforços de redução nessas despesas. As despesas gerais e administrativas consolidadas apresentaram redução de 11,8% de 2014 para 2015, apesar do efeito da variação cambial sobre as operações de negócio no exterior, o que demonstra os esforços da Companhia na racionalização dessas despesas. Como resultado, a participação das despesas com vendas, gerais e administrativas em relação à receita líquida de vendas passou de 6,4% em 2014 para 5,9% em 2015.

Perda na recuperabilidade de ativos e Ganho em operações com entidades de controle compartilhado

Na linha “perdas pela não recuperabilidade de ativos” foi registrado no exercício de 2015 um total de R$ 4.996,2 milhões, referente à falta de expectativa de utilização de certos ativos da Companhia, identificada por meio de testes de recuperabilidade. No terceiro trimestre de 2015, a Companhia concluiu pela antecipação do teste de recuperabilidade de ágio e outros ativos de vida longa, no qual foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ativos no montante de R$ 1.867,6 milhões, sendo R$ 1.161,7 milhões como resultado do teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa nas Operações de Negócio América do Norte e Aços Especiais, e R$ 705,9 milhões como resultado do teste de recuperabilidade do ágio nas Operações de Negócio América do Norte e América do Sul. Durante o quarto trimestre de 2015, em virtude da falta de expectativa de utilização futura de ativos na Operação de Negócio Brasil, a Companhia identificou perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa no montante de R$ 834,7 milhões. Também no quarto trimestre de 2015, devido ao agravamento das condições econômicas de mercado, a Companhia efetuou novamente o teste de recuperabilidade de ágio, no qual foi identificado perda pela não recuperabilidade de ágio no segmento de Aços Especiais no montante de R$ 1.125,0 e no segmento América do Norte no montante de R$ 1.169,0. Mais detalhes podem ser verificados no item 10.9.

O “ganho em operações com entidades de controle compartilhado” verificado no exercício de 2014 ocorreu em função da venda da participação de 50% detida na Gallatin Steel Company, em 08 de outubro de 2014. Com esta venda, a Companhia deixou de reconhecer o “Resultado de equivalência patrimonial” sobre a Gallatin Steeel Company a partir do 4T14.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro (prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos reduziu de R$ 2.899 milhões positivos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R$ 3.216 milhões negativos em 2015. Essa queda ocorreu, principalmente, pela perda na não recuperabilidade de ativos ocorrida em 2015, além do menor lucro bruto nos períodos comparativos.

Resultado Financeiro

No ano de 2015 quando comparado com o ano de 2014, o maior resultado financeiro negativo foi consequência, principalmente, da maior variação cambial líquida negativa sobre os passivos contratados em dólar norte-americano (depreciação da cotação final do real frente ao dólar norte-americano de 47,0% em 2015 contra uma depreciação de 13,4% em 2014), além das maiores despesas financeiras, também impactadas pelo efeito cambial, uma vez que 78,3% da dívida bruta da Companhia está atrelado ao dólar norte-americano.

Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como *hedge* de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US$ 2,9 bilhões (US$ 2,7 bilhões referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida no patrimônio líquido, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda ficou positiva em R$ 1.498 milhões em 2015 comparada a R$ 150 milhões também positivo em 2014. Essa variação foi decorrente do maior imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o *hedge* de investimento líquido.

Lucro Líquido

O lucro (prejuízo) líquido consolidado passou de R$ 1.488 milhões positivo em 2014 para R$ 4.596 negativo em 2015. Essa redução ocorreu, principalmente, em função da perda pela não recuperabilidade de ativos, do menor resultado operacional e das maiores despesas financeiras, impactadas pelo efeito cambial.

Análise Demonstração dos Resultados – 2014 X 2013

Receita Líquida de Vendas

Em 2014, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 6,7% em relação a 2013, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução destes valores das empresas do exterior para o real (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). Excluindo o efeito cambial, a receita liquida teria apresentado relativa estabilidade.

Custo das Vendas e Lucro Bruto

No exercício de 2014, o custo das vendas apresentou um aumento de 7,7% em relação a 2013, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado um leve aumento. A margem bruta apresentou redução de 12,9% em 2013 para 12,1% em 2014 em função do menor lucro bruto e margem bruta da Operação de Negócio Brasil, parcialmente compensados pelo melhor lucro bruto e margem bruta da Operação de Negócio América do Norte.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

O crescimento de 4,4% do valor absoluto das despesas com vendas, gerais e administrativas ocorreu, principalmente, pelo efeito da variação cambial sobre as despesas das operações no exterior, mantendo uma relativa estabilidade na participação dessas despesas em relação à receita líquida, resultado dos esforços de gestão da Companhia, especialmente em um ano de pressão de custos e desvalorização do real, o que impacta estas despesas nas nossas operações internacionais quando convertidas para reais.

Outras receitas (despesas) operacionais, Perdas pela não recuperabilidade de ativos, Ganho em operações com entidades de controle compartilhado e Resultado da Equivalência Patrimonial

A redução verificada na linha de “outras receitas (despesas) operacionais” em 2014 quando comparada com 2013, deveu-se ao resultado da venda de imóveis comerciais no Brasil no valor de R$ 98,6 milhões, registrado no quarto trimestre de 2013.

As “perdas pela não recuperabilidade de ativos” registradas no exercício de 2014, referem-se à falta de expectativa de utilização de certos ativos na Operação de Negócio América Latina, identificada por meio de testes de recuperabilidade.

O “resultado em operações com entidades de controle compartilhado” verificado no exercício de 2014 ocorreu em função da venda da participação de 50% detida na Gallatin Steel Company em 08 de outubro de 2014.

As empresas associadas e com controle compartilhado, cujos resultados são avaliados por equivalência patrimonial, comercializaram 1,1 milhão de toneladas de aço em 2014 considerando-se suas respectivas participações acionárias. Essas vendas resultaram em uma receita líquida de vendas

de R$ 2,2 bilhões, 12,4% acima de 2013. Com base na performance obtida por essas empresas, a equivalência patrimonial foi positiva em R$ 101,9 milhões em 2014, comparada a um valor positivo de R$ 54,0 milhões em 2013.

Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos

O Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos passou de R$ 2.754 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R$ 2.931 milhões em 2014, apesar da estabilidade do lucro bruto. Essa variação ocorreu principalmente, em função do ganho com a venda da Gallatin Stell Company, parcialmente impactada pela perda na não recuperabilidade de ativos.

Resultado Financeiro

No ano de 2014 quando comparado com o ano de 2013, o maior resultado financeiro negativo, que foi de R$ 1,3 bilhão em 2013 para R$ para 1,6 bilhão em 2014, foi consequência, principalmente, das maiores despesas financeiras decorrentes do aumento da dívida bruta que passou de R$ 16,7 bilhões em 31 dezembro de 2013 para R$ 19,5 bilhões em 31 de dezembro de 2014.

Cabe salientar que, com base em normas do IFRS, a Companhia designou a maior parte das dívidas em moeda estrangeira como *hedge* de parte dos investimentos em controladas fora do Brasil. Desta forma, a variação cambial sobre o montante de US$ 2,9 bilhões (US$ 2,7 bilhões referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida no patrimônio líquido, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para o imposto de renda e contribuição social (líquido entre corrente e diferido) ficou positiva em R$ 130 milhões em 2014, comparada a R$ 241 milhões em 2013. Esta variação deveu-se, principalmente, ao reconhecimento dos efeitos da adesão ao Refis sobre lucros gerados no exterior no valor líquido de R$ 87,8 milhões no ano de 2014, além da redução do benefício fiscal decorrente dos menores valores pagos a título de juros sobre capital próprio (R$ 119,8 milhões em 2013 e R$ 76,9 milhões em 2014).

Lucro Líquido

O lucro líquido consolidado apresentou um aumento de 12,1% em 2014 em relação a 2013, principalmente, em função das maiores despesas financeiras, apesar do melhor lucro operacional que contempla os eventos não recorrentes descritos em “Outras receitas (despesas) operacionais, Perda na recuperabilidade de ativos, Ganho em operações com entidades de controle compartilhado e Resultado da Equivalência Patrimonial”.

Fluxo de Caixa - Consolidado

GERDAU S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014	2013	Análise Horizontal 2015 X 2014	Análise Horizontal 2014 X 2013
Fluxo de caixa da atividade operacional					
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.595.986)	1.488.373	1.693.702	-408,8%	-12,1%
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	2.607.909	2.227.396	2.029.507	17,1%	9,8%
Perda pela não recuperabilidade de ativos	4.996.240	339.374	-	1372,2%	100,0%
Equivalência patrimonial	24.502	(101.875)	(54.001)	-124,1%	88,7%
Variação cambial, líquida	1.564.017	476.367	544.156	228,3%	-12,5%
Ganhos com instrumentos financeiros, líquido	(87.085)	(36.491)	(2.854)	138,6%	1178,6%
Benefícios pós-emprego	233.287	200.699	95.514	16,2%	110,1%
Remuneração baseada em ações	48.589	39.614	38.223	22,7%	3,6%
Imposto de renda e contribuição social	(1.498.422)	(150.389)	(241.056)	896,4%	-37,6%
Ganho na alienação de imobilizado e investimento	(3.971)	(48.639)	(133.593)	-91,8%	-63,6%
Resultado em operações com entidades de controle compartilhado	-	(636.528)	-	-100,0%	100,0%
Provisão para risco de crédito	127.701	49.890	47.345	156,0%	5,4%
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	323.314	281.876	205.167	14,7%	37,4%
Receita de juros de aplicações financeiras	(153.631)	(144.723)	(135.040)	6,2%	7,2%
Despesa de juros sobre dívidas financeiras	1.471.526	1.178.034	901.273	24,9%	30,7%
Juros sobre mútuos com empresas ligadas	(2.712)	(2.743)	(1.573)	-1,1%	74,4%
(Reversão) Provisão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	17.536	(6.062)	(4.701)	-389,3%	29,0%
	5.072.814	5.154.173	4.982.069	-1,6%	3,5%
Variação de ativos e passivos:					
Redução (Aumento) de contas a receber	1.219.605	(36.468)	(23.790)	-3444,3%	53,3%
Redução (Aumento) de estoques	1.977.361	(173.191)	1.018.398	-1241,7%	-117,0%
Redução de contas a pagar	(768.627)	(251.911)	(128.942)	205,1%	95,4%
Aumento de outros ativos	(270.391)	(701.550)	120.645	-61,5%	-681,5%
(Redução) Aumento de outros passivos	(509.227)	280.187	162.863	-281,7%	72,0%
Recebimento de dividendos/juros sobre o capital próprio	52.769	95.600	63.073	-44,8%	51,6%
Aplicações financeiras de títulos para negociação	(1.958.522)	(3.028.974)	(3.360.144)	-35,3%	-9,9%
Resgate de aplicações financeiras de títulos para negociação	3.929.971	2.544.895	2.481.935	54,4%	2,5%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	8.745.753	3.882.761	5.316.107	125,2%	-27,0%
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(946.041)	(859.821)	(810.362)	10,0%	6,1%
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(637.394)	(452.079)	(407.333)	41,0%	11,0%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	7.162.318	2.570.861	4.098.412	178,6%	-37,3%
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Adições de imobilizado	(2.324.718)	(2.266.702)	(2.598.265)	2,6%	-12,8%
Recebimento pela venda de imobilizado, investimento e íntangíveis	90.942	1.067.938	237.203	-91,5%	350,2%
Adições de outros ativos intangíveis	(126.428)	(141.956)	(158.395)	-10,9%	-10,4%
em entidade contabilizada pelo método de equvalência patrimonial	-	-	(77.103)	-	-100,0%
Pagamento na aquisição de controle de empresa	(20.929)	-	(55.622)	100,0%	-100,0%
Aquisição de participação adicional em empresa associada	-	-	(51.383)	-	-100,0%
Aumento de capital em empresa com controle compartilhado	(40.524)	-	-	100,0%	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.421.657)	(1.340.720)	(2.703.565)	80,6%	-50,4%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Redução de capital de não controladores em controlada	-	(550.000)	383.788	-100,0%	-243,3%
Compras de ações em tesouraria	(189.071)	-	-	100,0%	-
Caixa recebido no período de opções de ações	-	5.483	35.465	-100,0%	-84,5%
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(358.226)	(455.139)	(426.988)	-21,3%	6,6%
Empréstimos e financiamentos obtidos	3.042.783	2.771.048	5.011.654	9,8%	-44,7%
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(5.028.386)	(2.173.555)	(5.223.100)	131,3%	-58,4%
Financiamentos com empresas ligadas, líquido	30.126	8.939	46.933	237,0%	-81,0%
Pagamentos na aquisição de participação adicional em controladas	(339.068)	(130.199)	(33.090)	160,4%	293,5%
Pagamento de opção de ações	-	-	(599.195)	-	-100,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.841.842)	(523.423)	(804.533)	442,9%	-34,9%
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	699.290	244.029	71.675	186,6%	240,5%
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.598.109	950.747	661.989	173,3%	43,6%
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.049.971	2.099.224	1.437.235	45,3%	46,1%
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.648.080	3.049.971	2.099.224	85,2%	45,3%

Análise Fluxo de Caixa – 2015 X 2014 X 2013

Caixa e equivalentes de caixa totalizaram R$ 5.648 milhões, R$ 3.050 milhões e R$ 2.099 milhões em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 respectivamente, conforme análise a seguir:

Caixa líquido das atividades operacionais

O caixa líquido das atividades operacionais totalizou R$ 7.162 milhões, R$ 2.571 milhões e R$ 4.098 milhões nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 respectivamente.

Em 2015, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais aumentou 178,6% em comparação a 2014, substancialmente pela redução do capital de giro e pelo aumento no resgate de aplicações financeiras. No capital giro, o líquido entre a redução de R$ 1.220 milhões em clientes, a redução de R$ 1.977 milhões em estoques e a redução de R$ 729 milhões em contas a pagar, impactou positivamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R$ 2.428 milhões em 2015. Em 2014, esse impacto foi negativo no caixa em R$ 461 milhões, resultado do aumento de R$ 36 milhões em clientes, do aumento de R$ 173 milhões em estoques e da redução de R$ 252 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto positivo de R$ 2.428 milhões no caixa operacional da Companhia em 2015 foi a redução de estoques, especialmente na Operação de Negócio América do Norte, resultado da readequação dos níveis de estoques aos menores volumes de vendas que foram impactados pela continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com a manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial. O caixa gerado a partir do maior resgate de aplicações financeiras foi utilizado para amortizações de dívidas de curto e longo prazo da Companhia.

Em 2014, o caixa líquido proveniente das atividades operacionais diminuiu 37,3% em comparação a 2013, substancialmente pelo aumento do capital de giro e pelo "Aumento de outros ativos". No capital giro, o aumento de R$ 36 milhões em clientes, o aumento de R$ 173 milhões em estoques e a redução de R$ 252 milhões em contas a pagar, impactaram negativamente o caixa das atividades operacionais da Companhia em R$ 461 milhões em 2014. Em 2013, esse impacto foi positivo em R$ 865 milhões, resultado do aumento de R$ 24 milhões em clientes, da redução de R$ 1.018 milhões em estoques e da redução de R$ 129 milhões em contas a pagar. O principal fator para o impacto negativo de R$ 461 milhões no caixa operacional da Companhia em 2014 foi o aumento de estoques, especialmente na Operação de Negócio América do Norte, resultado da readequação dos níveis de estoques para melhor atendimento dos clientes, em função da manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial e da indústria. Com relação ao "Aumento de outros ativos", referem-se, substancialmente, a maiores depósitos judiciais e adiantamento a fornecedores em 2014.

Ciclo Financeiro

Em 2015, como resultado da redução do capital de giro[1] (-3,3%), comparado com a queda da receita líquida (-3,6%) nos últimos três meses de 2015 em relação aos últimos três meses de 2014, o ciclo financeiro[2] ficou estável em 84 dias (de 37 dias de contas a receber de clientes em 2014 para 40 dias em 2015, 74 dias de estoques em 2014 para 76 em 2015 e de 27 dias de fornecedores em 2014 para 32 dias em 2015), apresentando compensações entre as movimentações dos prazos de realização/exigibilidade do capital de giro.

Em 2014, como resultado do aumento do capital de giro (+8,2%), comparado com o aumento da receita líquida (+5,1%) nos últimos três meses de 2014 em relação aos últimos três meses de 2013, o ciclo financeiro aumentou três dias, passando de 81 dias em 31 de dezembro de 2013 (36 dias de contas a receber de clientes, 74 dias de estoques e 29 dias de fornecedores), para 84 dias em 31 de

[1] *Capital de giro*: contas a receber de clientes, mais estoques, menos fornecedores (considerando todas as contas ao final do período).
[2] *Ciclo financeiro*: capital de giro, dividido pela receita líquida (nos últimos três meses), multiplicado por 90.

dezembro de 2014 (37 dias de contas a receber de clientes, 74 dias de estoques e 27 dias de fornecedores).

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento aumentou em 80,6%, de R$ 1.341 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2014 para R$ 2.422 milhões em 2015, substancialmente, pelo fato de que, no exercício de 2014, ocorreu o recebimento de caixa pela alienação de investimentos, principalmente pela venda da participação de 50% da Gallatin Steel Company.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento reduziu em 50,4%, de R$ 2.704 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2013 para R$ 1.341 milhões em 2014, substancialmente, pelo recebimento de caixa na alienação de investimentos (principalmente a venda da participação de 50% da Gallatin Steel Company), além da redução de investimentos em imobilizado no ano de 2014.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R$ 523 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2014 para uma aplicação de R$ 2.842 milhões em 2015. Esta variação ocorreu, basicamente pelo líquido entre aportes e amortizações de empréstimos e financiamentos, que em 2014 apresentou o valor de R$ 597 milhões de aportes e em 2015 um total de R$ 1.986 milhões de amortizações. As amortizações ocorridas no ano de 2015 foram basicamente, liquidações de linhas de capital de giro, bem como outros financiamentos de curto e longo prazo.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento passou de uma aplicação de R$ 805 milhões no ano findo em 31 de dezembro de 2013 para uma aplicação de R$ 523 milhões em 2014. Esta variação ocorreu em função dos seguintes fatores: em 2014, a Companhia efetuou uma redução de capital de não controladores aplicado em fundo de investimento de renda fixa no valor de R$ 550 milhões; em 2014, ocorreu uma captação líquida de empréstimos e financiamentos de R$ 597 milhões contra um pagamento líquido de R$ 211 milhões em 2013; e em 2013, a Companhia liquidou uma obrigação por compra de ações de R$ 599 milhões, referente à aquisição de 40% de participação na Sidenor detida pelo Grupo Santander.

10.2. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Resultados das operações do emissor:

A partir do 3º trimestre de 2015, a Companhia estabeleceu uma nova segmentação de negócios, contemplando ON Brasil, ON América do Norte, ON América do Sul e ON Aços Especiais, com a operação de minério de ferro passando a ser reportada junto à operação de negócio Brasil e as operações no México integrando a operação de Negócio América do Norte. Essa alteração visou a obtenção de maiores sinergias estratégicas e operacionais no atendimento aos mercados da América do Sul, da América do Norte e do Brasil, conforme segue:

- **ON Brasil** (Operação de Negócio Brasil) – inclui as operações no Brasil (exceto aços especiais), a operação de carvão metalúrgico e coque na Colômbia e a operação de minério de ferro no Brasil;

- **ON América do Norte** (Operação de Negócio América do Norte) – inclui todas as operações na América do Norte (Canadá, Estados Unidos e México), exceto aços especiais;

- **ON América do Sul** (Operação de Negócio América do Sul) – inclui todas as operações na América do Sul (Argentina, Chile, Colômbia, Peru, Uruguai e Venezuela), exceto as operações do Brasil, a operação de carvão metalúrgico e de coque na Colômbia e a operação de minério de ferro no Brasil;

- **ON Aços Especiais** (Operação de Negócio Aços Especiais) – inclui as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos Estados Unidos e Índia.

Para efeito de análise comparativa os anos de 2014 e 2013 foram reclassificados de acordo com esta nova segmentação de negócio.

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Vendas

O volume consolidado de vendas no ano de 2015 em relação ao ano de 2014 apresentou redução, em função dos menores volumes vendidos em todas as operações de negócio, principalmente no mercado doméstico da ON Brasil.

Na Operação de Negócio Brasil, as vendas de aço no ano de 2015 apresentaram leve redução em relação ao ano de 2014, devido, principalmente, à queda de demanda no mercado interno em função do menor nível de atividade da construção e da indústria, ocasionado pelas incertezas econômicas no Brasil. Por outro lado, os volumes exportados mais que duplicaram em relação à 2014, devido às oportunidades no mercado internacional, aliadas a um câmbio favorável ao longo de 2015.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas de 2015 em relação a 2014 apresentaram redução em função da continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial.

Na Operação de Negócio América do Sul, as vendas em 2015 apresentaram relativa estabilidade em relação a 2014, mesmo com os elevados níveis de importações na região.

As vendas das unidades da Operação de Negócio Aços Especiais apresentaram redução no ano de 2015 se comparadas com o ano de 2014, devido à forte queda da demanda do setor automotivo no Brasil e, em menor grau, do setor de óleo e gás nos Estados Unidos.

Vendas consolidadas[1] (1.000 toneladas)	**Exercício de 2015**	**Exercício de 2014**	**Variação 2015/2014**
Brasil	6.457	6.583	-1,9%
Mercado Interno	4.284	5.540	-22,7%
Exportações[2]	2.173	1.043	108,3%
América do Norte	6.232	6.500	-4,1%
América do Sul	2.222	2.278	-2,5%
Aços Especiais	2.621	2.894	-9,4%
Eliminações e ajustes	(562)	(386)	45,6%
Total	**16.970**	**17.869**	**-5,0%**

[1] As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

[2] Não considera vendas de carvão e coque.

Receita Líquida

Em 2015, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 2,4% em relação a 2014, em função, basicamente, do efeito da variação cambial na tradução da receita líquida das empresas do exterior para o real, principalmente em relação ao dólar norte-americano (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2015). Excluindo o efeito cambial, a receita líquida teria apresentado redução devido, principalmente, à queda de volumes de vendas (-5,0%).

Na Operação de Negócio Brasil, a queda da receita líquida em 12,4% em 2015 se comparada com 2014 foi resultante, principalmente, do pior mix de mercados, com redução das vendas no mercado interno (passando de 5.540 mil toneladas em 2014 para 4.284 mil toneladas em 2015), parcialmente compensada pelos maiores volumes vendidos nas exportações (passando de 1.043 mil toneladas em 2014 para 2.173 mil toneladas em 2015). Além disso, a queda dos preços internacionais (-38,2% conforme Metal Bulletin e Steel Business Briefing) ocasionou uma menor receita líquida por tonelada vendida nas exportações (-22,9%), ainda que tenham sido beneficiadas pelo câmbio. No mercado interno, a redução dos volumes vendidos ocorreu pelo menor nível de atividade da construção e da indústria, refletindo a queda do PIB brasileiro de 3,8% em 2015.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2015 foi 18,3% superior à de 2014 em função do efeito da variação cambial (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2015), compensando a menor receita líquida por tonelada vendida em dólar (-11,3%) e os menores volumes vendidos (-4,1%), ocasionados pela continuada pressão de produtos importados na região, mesmo com manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial.

Na Operação de Negócio América do Sul Latina, a receita líquida no ano de 2015 apresentou aumento de 7,9% em relação ao ano de 2014, em função do efeito cambial pela depreciação da cotação média do real frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações, mesmo com a redução de 2,4% do volume vendido, que era de 2.277 mil toneladas em 2014 para 2.222 mil toneladas em 2015.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o aumento da receita líquida de 2,8% em 2015 em relação a 2014 ocorreu, principalmente, pela variação cambial (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2015) sobre as vendas nas unidades do exterior. Desconsiderando este efeito, a receita líquida teria apresentado uma redução de 14,0%, principalmente, pela redução de 9,4% nos volumes vendidos (2.894 mil toneladas em 2014 para 2.621 mil toneladas em 2015), devido à forte queda da demanda do setor automotivo no Brasil e, em menor grau, do setor de óleo e gás nos Estados Unidos.

Receita líquida[1] (R$ milhões)	**Exercício de 2015**	**Exercício de 2014**	**Variação 2015/2014**
Brasil[2]	12.977	14.813	-12,4%
Mercado Interno	9.802	12.837	-23,6%
Exportações	3.175	1.976	60,7%
América do Norte	17.312	14.640	18,3%
América do Sul	5.477	5.078	7,9%
Aços Especiais	8.882	8.644	2,8%
Eliminações e ajustes	(1.067)	(629)	-
Total	**43.581**	**42.546**	**2,4%**

[1] As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

[2] Inclui receita líquida de carvão, coque e minério de ferro .

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Vendas

As vendas consolidadas de aço no exercício de 2014 apresentaram uma redução de 3,5% em relação a 2013, principalmente, pelas menores vendas da Operação de Negócio Brasil.

Na Operação de Negócio Brasil, houve redução em relação ao ano de 2013, devido à queda de demanda no mercado interno ocasionada pela redução do nível de atividade da construção e da indústria no mercado brasileiro, refletindo o baixo crescimento do PIB. Além disso, as menores exportações no período ocorreram devido aos menores preços internacionais e a sobre oferta de aço global.

Na Operação de Negócio América do Norte, as vendas apresentaram relativa estabilidade, em função da manutenção da boa demanda para o setor de construção não residencial e da indústria. Por outro lado, o mercado norte americano foi impactado pela maior oferta de produtos importados na região.

As operações da Operação de Negócio Aços Especiais apresentaram leve aumento em relação ao ano de 2013, pela maior demanda verificada na Espanha e na América do Norte, além de uma maior contribuição das vendas da operação na Índia. Por outro lado, a operação no Brasil apresentou queda nas vendas em função do menor nível de atividade do setor automotivo.

Na Operação de Negócio América do Sul, as vendas apresentaram redução, em função do aumento das importações e do menor ritmo de crescimento econômico na região.

Vendas consolidadas[1] (1.000 toneladas)	**Exercício de 2014**	**Exercício de 2013**	**Variação 2014/2013**
Brasil	6.583	7.281	-9,6%
Mercado Interno	5.540	5.883	-5,8%
Exportações[2]	1.043	1.398	-25,4%
América do Norte	6.500	6.547	-0,7%
América do Sul	2.278	2.405	-5,3%
Aços Especiais	2.894	2.857	1,3%
Eliminações e ajustes	(386)	(571)	-32,4%
Total	**17.869**	**18.519**	**-3,5%**

[1] As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

[2] Não considera vendas de carvão e coque.

Receita Líquida

Em 2014, a receita líquida consolidada apresentou um aumento de 6,7% em relação a 2013, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução da receita líquida das empresas do exterior para o real (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2014). Excluindo o efeito cambial, a receita líquida teria apresentado relativa estabilidade.

Na Operação de Negócio Brasil, a queda da receita líquida em 2,0% em 2014 se comparada com 2013 foi resultante, principalmente, da redução de 5,8% dos volumes vendidos no mercado interno, passando de 5.883 mil toneladas em 2013 para 5.540 mil toneladas em 2014, e da redução de 25,4% nas exportações, passando de 1.398 mil toneladas em 2013 para 1.043 mil toneladas em 2014. Esses menores volumes vendidos foram parcialmente compensados pela maior receita líquida por tonelada vendida no mercado interno (+5,5%). No mercado interno, a redução dos volumes vendidos ocorreu pelo menor nível de atividade da construção e da indústria, refletindo o baixo desempenho do PIB brasileiro de 2014. As menores exportações no período ocorreram devido aos menores preços internacionais e à sobre oferta de aço global.

Na Operação de Negócio América do Norte, a receita líquida de 2014 foi 11,2% superior a de 2013 em função do efeito da variação cambial (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2014) e, em menor grau, da maior receita líquida por tonelada vendida, a qual cresceu 3,0% em dólares norte-americanos.

Na Operação de Negócio América do Sul, a receita líquida no ano de 2014 apresentou aumento de 5,9 % em relação ao ano de 2013, em função do efeito cambial pela depreciação da cotação média do real frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações, mesmo com a redução de 5,3% do volume vendido, que era de 2.405 mil toneladas em 2013 para 2.278 mil toneladas em 2014.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o aumento da receita líquida de 7,7% em 2014 em relação a 2013 ocorreu, principalmente, pela variação cambial (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2014) sobre as vendas nas unidades do exterior. Desconsiderando este efeito, a receita líquida teria apresentado um crescimento similar ao aumento de 1,3% dos volumes vendidos (2.857 mil toneladas em 2013 para 2.894 mil toneladas em 2014).

Receita líquida[1] (R$ milhões)	**Exercício de 2014**	**Exercício de 2013**	**Variação 2014/2013**
Brasil[2]	14.813	15.111	-2,0%
Mercado Interno	12.837	12.921	-0,7%
Exportações	1.976	2.190	-9,8%
América do Norte	14.640	13.164	11,2%
América do Sul	5.078	4.797	5,9%
Aços Especiais	8.644	8.023	7,7%
Eliminações e ajustes	(629)	(1.232)	-
Total	**42.546**	**39.863**	**6,7%**

[1] As informações acima não contemplam dados das empresas com controle compartilhado e associadas.

[2] Inclui receita líquida de carvão, coque e minério de ferro .

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2015, o custo das vendas apresentou um aumento de 5,0% em relação a 2014, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real, ainda que os volumes vendidos tenham apresentado redução de 5%. Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado uma redução de 7,0%. A margem bruta apresentou redução de 12,1% em 2014 para 9,8% em 2015 devido aos menores volumes de vendas no mercado doméstico brasileiro que historicamente possuem maiores margens, tanto na Operação de Negócio Brasil quanto na Operação de Negócio Aços Especiais, ainda que a Operação de Negócio América do Norte tenha apresentado evolução no lucro bruto e na margem bruta.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas, em 2015 comparado com 2014, apresentou redução de 4,7% em função dos menores volumes vendidos (-1,9%), mesmo com os custos das paradas de produção que totalizaram R$ 229,8 milhões em 2015. A redução na margem bruta, que passou de 19,0% em 2014 para 11,9% em 2015, ocorreu em função da queda da receita líquida (-12,4%) ter sido superior a queda do custo das vendas (-4,7%), devido ao pior mix de produtos vendidos, ou seja, menores vendas no mercado doméstico e maiores exportações que apresentaram receita líquida por tonelada menor.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2015 foi 15,4% superior à de 2014 pelo efeito cambial, porém em menor grau em relação ao aumento da receita líquida, em função dos esforços de redução de custos nessa operação de negócio e dos menores preços de sucata nos períodos comparados (-32,8% de acordo com os valores de *Scrap / Shredded FOB US East Coast* da Steel Business Briefing). O aumento da receita líquida em maior grau em relação ao aumento do custo das vendas resultou em uma maior margem bruta, passando de 6,5% em 2014 para 8,7% em 2015.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2015 em relação a 2014 apresentou um aumento de 8,5% em função do efeito cambial pela depreciação da cotação média do real frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações, mesmo com a redução dos volumes vendidos (-2,4%). A margem bruta, apresentou relativa estabilidade, passando de 12,9% em 2014 para 12,4% em 2015, com crescimentos semelhantes na receita líquida e no custo das vendas.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o aumento de 5,2% no custo das vendas ocorreu pela variação cambial (depreciação da cotação média do real frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações) sobre os custos nas unidades do exterior, além dos custos das paradas de produção nas unidades do Brasil, decorrentes do menor nível de utilização da capacidade nos períodos comparados (de 71% em 2014 para 54% em 2015). Esses efeitos fizeram com que o aumento do custo das vendas tenha sido superior ao aumento da receita líquida, ocasionando redução da margem bruta, que foi de 8,4% em 2014 para 6,2% em 2015.

Receita, custo e margem		**Exercício de 2015**	**Exercício de 2014**	**Variação 2015/2014**
Brasil	Receita líquida (R$ milhões)	12.977	14.813	-12,4%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(11.433)	(12.003)	-4,7%
	Lucro bruto (R$ milhões)	1.544	2.810	-45,1%
	Margem bruta (%)	*11,9%*	*19,0%*	
América do Norte	Receita líquida (R$ milhões)	17.312	14.640	18,3%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(15.800)	(13.693)	15,4%
	Lucro bruto (R$ milhões)	1.512	947	59,7%
	Margem bruta (%)	*8,7%*	*6,5%*	
América Latina	Receita líquida (R$ milhões)	5.477	5.078	7,9%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(4.800)	(4.423)	8,5%
	Lucro bruto (R$ milhões)	677	655	3,4%
	Margem bruta (%)	*12,4%*	*12,9%*	
Aços Especiais	Receita líquida (R$ milhões)	8.882	8.644	2,8%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(8.333)	(7.922)	5,2%
	Lucro bruto (R$ milhões)	549	722	-24,0%
	Margem bruta (%)	*6,2%*	*8,4%*	
Eliminações e ajustes	Receita líquida (R$ milhões)	(1.067)	(629)	
	Custo das vendas (R$ milhões)	1.076	635	
	Lucro bruto (R$ milhões)	9	6	
Consolidado	**Receita líquida (R$ milhões)**	**43.581**	**42.546**	**2,4%**
	Custo das vendas (R$ milhões)	(39.290)	(37.406)	**5,0%**
	Lucro bruto (R$ milhões)	**4.291**	**5.140**	**-16,5%**
	Margem bruta (%)	***9,8%***	***12,1%***	

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado e margem EBITDA ajustada apresentaram redução no ano de 2015, se comparados com o ano de 2014, em virtude do menor desempenho das Operações de

Negócio Brasil e Aços Especiais, parcialmente compensado pela melhor performance da Operação de Negócio América do Norte.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 36,8% do EBITDA consolidado ajustado de 2015, houve redução em linha com o menor lucro bruto e margem bruta no período. Na Operação de Negócio América do Norte que contribuiu com 36,0% do EBITDA consolidado ajustado, a melhora no EBITDA e na margem EBITDA ajustados no exercício ocorreu em função da melhora no lucro bruto, além das menores despesas com vendas e administrativas quando comparadas em dólares norte-americanos. Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 12,4% do EBITDA consolidado ajustado de 2015, o EBITDA e a margem EBITDA ajustados apresentaram aumento superior ao lucro bruto e a margem bruta, devido à redução das despesas gerais e administrativas, mesmo considerando o efeito da variação cambial sobre tais despesas. Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 18,9% do EBITDA consolidado ajustado, as reduções do EBITDA e da margem EBITDA ajustados de 2015 em relação a 2014 foram suavizadas em relação a queda do lucro bruto e margem bruta que foram impactados pela maior depreciação em 2015.

EBITDA ajustado por Operação de Negócio [1]		**Exercício de 2015**	**Exercício de 2014**	**Variação 2015/2014**
Brasil	EBITDA ajustado (R$ milhões)	1.656	2.815	-41,2%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*12,8%*	*19,0%*	
América do Norte	EBITDA ajustado (R$ milhões)	1.619	995	62,7%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*9,4%*	*6,5%*	
América do Sul	EBITDA ajustado (R$ milhões)	557	476	17,0%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*10,2%*	*9,4%*	
Aços Especiais	EBITDA ajustado (R$ milhões)	850	918	-7,4%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*9,6%*	*10,6%*	
Eliminações e ajustes	EBITDA ajustado (R$ milhões)	(181)	(298)	
Consolidado	**EBITDA ajustado (R$ milhões)**	**4.501**	**4.906**	**-8,3%**
	Margem EBITDA ajustada (%)	***10,3%***	***11,5%***	

[1] EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

Exercício findo em 31 de dezembro de 2014 comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Custo das Vendas e Margem Bruta

No exercício de 2014, o custo das vendas apresentou um aumento de 7,7% em relação a 2013, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real. Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado um leve aumento. A margem bruta apresentou redução de 12,9% em 2013 para 12,1% em 2014 em função do menor lucro bruto e margem bruta da Operação de Negócio Brasil, parcialmente compensados pelo melhor lucro bruto e margem bruta da Operação de Negócio América do Norte.

Na Operação de Negócio Brasil, o custo das vendas, em 2014 comparado com 2013, apresentou aumento de 0,9% em função dos maiores custos de matéria-prima (custo de sucata aumentou 4% nos períodos comparados), mesmo com os menores volumes vendidos (-9,6%). A queda da receita líquida (-2,0%) combinada com uma menor diluição de custo fixos (pessoal mais manutenção representaram 24,9% do custo de produção dessa operação em 2013 e 27,5% em 2014), resultou na redução na margem bruta, que passou de 21,3% em 2013 para 19,0% em 2014.

Na Operação de Negócio América do Norte, o custo das vendas de 2014 foi 9,4% superior a de 2013 em função do efeito da variação cambial (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano). O aumento da receita líquida em maior grau em relação ao aumento do custo das vendas resultou em uma maior margem bruta, passando de 4,9% em 2013 para 6,5% em 2014.

Na Operação de Negócio América do Sul, o custo das vendas em 2014 em relação a 2013 apresentou um aumento de 4,5% em função do efeito cambial pela depreciação da cotação média do real frente às moedas dos países onde a Gerdau tem operações, mesmo com a redução dos volumes vendidos (-6,6%). A melhora na margem bruta, de 11,7% em 2013 para 12,9% em 2014, foi decorrente da receita líquida ter um crescimento superior ao custo das vendas, em função da melhor margem bruta nas unidades da Colômbia e do Peru.

Na Operação de Negócio Aços Especiais, o aumento de 8,4% no custo das vendas ocorreu pela variação cambial (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano) sobre os custos nas unidades do exterior e pelos maiores custos por tonelada nas unidades do Brasil, decorrentes do menor nível de utilização nos períodos comparados (reduzindo de 77% em 2013 para 71% em 2014), com consequente menor diluição de custos fixos. Esses efeitos resultaram uma leve redução da margem bruta que foi de 8,9% em 2013 para 8,4% em 2014.

Receita, custo e margem		**Exercício de 2014**	**Exercício de 2013**	**Variação 2014/2013**
Brasil	Receita líquida (R$ milhões)	14.813	15.111	-2,0%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(12.003)	(11.894)	0,9%
	Lucro bruto (R$ milhões)	2.810	3.217	-12,7%
	Margem bruta (%)	*19,0%*	*21,3%*	
América do Norte	Receita líquida (R$ milhões)	14.640	13.163	11,2%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(13.693)	(12.517)	9,4%
	Lucro bruto (R$ milhões)	947	646	46,6%
	Margem bruta (%)	*6,5%*	*4,9%*	
América Latina	Receita líquida (R$ milhões)	5.078	4.797	5,9%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(4.423)	(4.234)	4,5%
	Lucro bruto (R$ milhões)	655	563	16,3%
	Margem bruta (%)	*12,9%*	*11,7%*	
Aços Especiais	Receita líquida (R$ milhões)	8.644	8.023	7,7%
	Custo das vendas (R$ milhões)	(7.922)	(7.309)	8,4%
	Lucro bruto (R$ milhões)	722	714	1,1%
	Margem bruta (%)	*8,4%*	*8,9%*	
Eliminações e ajustes	Receita líquida (R$ milhões)	(629)	(1.232)	
	Custo das vendas (R$ milhões)	635	1.226	
	Lucro bruto (R$ milhões)	6	(6)	
Consolidado	**Receita líquida (R$ milhões)**	**42.546**	**39.863**	**6,7%**
	Custo das vendas (R$ milhões)	(37.406)	(34.728)	**7,7%**
	Lucro bruto (R$ milhões)	**5.140**	**5.135**	**0,1%**
	Margem bruta (%)	***12,1%***	***12,9%***	

EBITDA

O EBITDA consolidado ajustado (LAJIDA – Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) apresentou relativa estabilidade no ano de 2014 em relação ao de 2013, tal como a margem EBITDA ajustada. Essa estabilidade pode ser explicada, em virtude da diversificação

geográfica da Companhia, onde se observou uma compensação do menor desempenho da Operação de Negócio Brasil pelo melhor desempenho da Operação de Negócio América do Norte.

Na Operação de Negócio Brasil, que representou 57,4% do EBITDA consolidado ajustado de 2014, houve redução em linha com o menor lucro bruto e margem bruta no período. Na Operação de Negócio América do Norte contribuiu com 20,3% do EBITDA consolidado ajustado, a melhora na margem EBITDA ajustada no exercício ocorreu em função da melhora no lucro bruto. Na Operação de Negócio América do Sul, que representou 9,7% do EBITDA consolidado ajustado de 2014, o EBITDA e a margem EBITDA ajustada apresentaram aumento, porém inferior à elevação no lucro bruto e na margem bruta, devido ao aumento nas despesas operacionais. Na Operação de Negócio Aços Especiais, que representou 18,7% do EBITDA consolidado ajustado do ano, a redução da margem EBITDA ajustada de 2014 em relação a 2013 acompanhou o comportamento da margem bruta, ainda que o EBITDA em valor absoluto tenha apresentado leve aumento pelo efeito da variação cambial.

EBITDA ajustado por Operação de Negócio [1]		**Exercício de 2014**	**Exercício de 2013**	**Variação 2014/2013**
Brasil	EBITDA ajustado (R$ milhões)	2.815	3.228	-12,8%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*19,0%*	*21,4%*	
América do Norte	EBITDA ajustado (R$ milhões)	995	625	59,2%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*6,5%*	*4,7%*	
América do Sul	EBITDA ajustado (R$ milhões)	476	441	7,9%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*9,4%*	*9,2%*	
Aços Especiais	EBITDA ajustado (R$ milhões)	918	909	1,0%
	Margem EBITDA ajustada (%)	*10,6%*	*11,3%*	
Eliminações e ajustes	EBITDA ajustado (R$ milhões)	(298)	(346)	
Consolidado	**EBITDA ajustado (R$ milhões)**	**4.906**	**4.857**	**1,0%**
	Margem EBITDA ajustada (%)	***11,5%***	***12,2%***	

[1] EBITDA ajustado = EBITDA da Instrução CVM nº 527 - resultado de equivalência patrimonial + EBITDA proporcional de empresas associadas e com controle compartilhado + perdas pela não recuperabilidade de ativos.

Obs.: O EBITDA (LAJIDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortizações) não é uma medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez.

B. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Os resultados operacionais da Companhia são impactados pelas variações cambiais entre o real, moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia e as moedas dos países onde opera.

Em 2015, a receita líquida consolidada atingiu R$ 43.581 milhões, 2,4% superior à do exercício de 2014, em função, basicamente, do efeito da variação cambial na tradução destes valores das empresas do exterior para o real, principalmente em relação ao dólar norte-americano (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano).

Em 2014, a receita líquida consolidada atingiu R$ 42.546 milhões, 6,7% superior à do exercício de 2013, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução destes valores das empresas do exterior para o real, principalmente em relação ao dólar norte-americano (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano).

Em 2013, a receita líquida consolidada cresceu 5,0% em relação a 2012 em virtude, principalmente, da maior receita líquida por tonelada vendida em todas as operações de negócio (5,4% no consolidado), mesmo com a redução de 0,4% nos volumes vendidos. Cabe salientar que, em 2013,

a receita líquida contemplava também as vendas de minério de ferro para terceiros, tento em vista que a Companhia iniciou a comercialização deste produto no final de 2012.

Demais impactos na receita líquida da Companhia, em função de alterações de preços e volumes, nos períodos analisados, estão descritos no item 10.2 letra A desta Formulário de Referência.

C. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A sucata de aço é o principal insumo metálico para as *mini-mills* (usinas semi-integradas) da Companhia, usinas estas que correspondiam a 78,0% da capacidade total de aço bruto em 2015. Apesar de os preços internacionais da sucata de aço serem determinados essencialmente pelos preços da sucata nos Estados Unidos, principal exportador mundial, os preços da sucata no mercado brasileiro são estabelecidos pela oferta e demanda internas. O preço da sucata de aço no Brasil varia de região para região e reflete a demanda e os custos de transporte. Se os preços dos produtos de aço acabado não acompanharem os aumentos de preço da sucata de aço, os lucros e as margens da Companhia poderão ser reduzidos. Um aumento nos preços da sucata de aço ou a escassez na oferta para as unidades da Companhia afetariam os custos de produção e potencialmente reduziriam as margens operacionais.

No exercício de 2015, o custo das vendas consolidado apresentou um aumento de 5,0% em relação a 2014, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real (41,8% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2015). Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado queda de 7,0%, principalmente, pelos menores volumes vendidos (-5,0%). A margem bruta apresentou redução de 12,1% em 2014 para 9,8% em 2015 em função, principalmente, dos menores volumes de vendas no mercado doméstico brasileiro, tanto na Operação de Negócio Brasil quanto na Operação de Negócio Aços Especiais, ainda que a Operação de Negócio América do Norte tenha apresentado evolução no lucro bruto e na margem bruta.

No exercício de 2014, o custo das vendas apresentou um aumento de 7,7% em relação a 2013, em função, principalmente, do efeito da variação cambial na tradução do custo das vendas das empresas do exterior para o real (9,0% de depreciação da cotação média do real frente ao dólar norte-americano em 2014). Excluindo o efeito cambial, o custo das vendas teria apresentado um leve aumento. A margem bruta apresentou redução de 12,9% em 2013 para 12,1% em 2014 em função do menor lucro bruto e margem bruta da Operação de Negócio Brasil, parcialmente compensados pelo melhor lucro bruto e margem bruta da Operação de Negócio América do Norte.

Como parte da dívida consolidada é contratada em moeda estrangeira a partir das empresas do Brasil, qualquer flutuação cambial pode impactar o resultado financeiro da Companhia. Com base em normas do IFRS, a Companhia tem designado a maior parte das dívidas em moeda estrangeira contratadas pelas empresas no Brasil como *hedge* de parte dos investimentos em controladas no exterior. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido integralmente no patrimônio líquido, enquanto que o efeito fiscal (imposto de renda e contribuição social) é reconhecido no resultado. A partir do segundo trimestre de 2012, com o objetivo de neutralizar a volatilidade no lucro líquido, uma vez que o imposto de renda incide sobre o total da variação cambial das dívidas a partir do Brasil, a Companhia optou por alterar o valor da designação do *hedge* dessas dívidas. Desta forma, em 2015, a variação cambial sobre o montante de US$ 2,9 bilhões (US$ 2,7 bilhões referente ao *Ten/Thirty Years Bonds*, mais US$ 0,2 bilhão referente a outras operações de financiamentos) foi reconhecida no patrimônio líquido, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US$ 1,0 bilhão foi reconhecida no resultado financeiro e teve seu efeito neutralizado na linha de “Imposto de renda”.

10.3. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR OS EFEITOS RELEVANTES QUE OS EVENTOS ABAIXO TENHAM CAUSADO OU SE ESPERA QUE VENHAM A CAUSAR NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR E EM SEUS RESULTADOS:

A. Introdução ou alienação de segmento operacional:

A partir do 3º trimestre de 2015, a Companhia estabeleceu uma nova segmentação de negócios, contemplando Operação de Negócio Brasil, Operação de Negócio América do Norte, Operação de Negócio América do Sul e Operação de Negócio Aços Especiais, com a operação de minério de ferro passando a ser reportada junto à operação de negócio Brasil e as operações no México integrando a operação de Negócio América do Norte. Essa alteração visou a obtenção de maiores sinergias estratégicas e operacionais no atendimento aos mercados da América do Sul, da América do Norte e do Brasil. Para efeito de análise comparativa os anos de 2013 e 2014 foram reclassificados de acordo com esta nova segmentação de negócio.

B. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

A tabela abaixo apresenta as aquisições e alienações de participações societárias realizadas durante os três últimos exercícios sociais:

Aquisições e alienações do exercício	Participação Adquirida	País	Segmento de Negócio	Conclusão	Valor R$ milhões	Sociedades Envolvidas
Gerdau Steel India Ltd.	4,14%	Índia	Aços Especiais	Jan/13	18	Gerdau Holding Europa S.A. y CÍA
Aquisição da Cycle Systems Inc.	100,00%	EUA	América do Norte	Jan/13	27	Gerdau Ameristeel Corporation
Aquisição adicional Gerdau Hungria LLC	1,00%	Hungria	Aços Especiais	Mar/13	15	Gerdau Aços Especiais S.A.
Aquisição da Cyrgo S.A.	100,00%	Colômbia	América do Sul	Set/13	29	Diaco S.A.
Aquisição adicional Multisteel Business Holdings Corp.	30,97%	EUA	América do Sul	Dez/13	51	Cerney Holdings Ltda.
Alienação de participação Gallatin Steel Company	50,00%	EUA	América do Norte	Out/14	938	Gerdau S.A., Nucor Corporation e ArcelorMittal
Baixa de participação Multisteel Business Holdings Corp.	79,97%	EUA	América do Sul	Out/14	-	Gerdau S.A. e Multisteel Business Holdings Corp.
Aumento de participação decorrente de fusão Gerdau Metaldom Corp.	45,00%	Republica Dominicana	América do Sul	Out/14	-	Gerdau S.A. e Industias Nacionales S.A. e Complejo Metalurgico Dominicano S.A.
Aquisição de participações de Metalúrgica Gerdau S.A. em empresas controladas operativas	-	Brasil	Brasil	Nov/14	130	Metalúrgica Gerdau S.A., Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. (0,86%), Gerdau Aços Especiais S.A. (0,43%) e Gerdau Açominas S.A. (0,63%)
Aquisição de participação na Armacero Industrial y Comercial S.A.	50,00%	Chile	América do Sul	Mai/15	4	Armacero Industrial y Comercial S.A. e Gerdau S.A.
Aquisição pela Gerdau S.A. de participações em empresas controladas operativas	-	Brasil	Brasil	Jul/15	1.986	Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau Açominas S.A. (3,50%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%).

Em 8 de outubro de 2014, a Gerdau concluiu a venda da participação de 50% detida na entidade com controle compartilhado Gallatin Steel Company (Gallatin) para a Nucor Corporation pelo valor de R$ 937,8 milhões. O ganho na venda desta participação, bruto de impostos, reconhecida no quarto trimestre de 2014 foi de R$ 636,5 milhões.

Em 14 de novembro de 2014, a Gerdau S.A. adquiriu de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A. uma participação adicional de 0,63% na Gerdau Açominas S.A., 0,43% na Gerdau Aços Especiais S.A. e 0,86% na Gerdau Aços Longos S.A. O valor pago na operação foi de R$ 130,2 milhões, o objetivo desta operação foi concentrar a participação das empresas operativas na Gerdau S.A.

Com o objetivo de viabilizar a simplificação e unificar as participações societárias de controladas do Brasil, o Conselho de Administração da Gerdau S.A. aprovou a aquisição das participações minoritárias a seguir descritas, nas seguintes sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) e ArcelorMittal Netherlands BV (“Arcelor”). Essas aquisições de participações acionárias, no valor total de R$ 1.986 milhões, permitirão a controlada Gerdau S.A. deter mais de 99% do capital total de cada uma das controladas.

Em atendimento ao disposto no Ofício nº 084/2016-CVM/SEP/GEA-4, a Companhia apresenta detalhamento das informações relativas às aquisições. Cumpre salientar que, conforme já manifestado em oportunidades anteriores, a avaliação e posterior aprovação dessas aquisições foi realizada em conjunto e como um todo, considerando o preço pago pelo somatório do valor das aquisições e o momento oportuno de efetivá-las.

Neste sentido, esclarece que o pagamento devido ao Itaú corresponde a seguinte forma: (a) parcela à vista, no valor R$ 250.000.000,00, com recursos imediatamente disponíveis; (b) permuta de cota de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente

autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"), cuja carteira detém apenas um único tipo de direito creditório de titularidade da Companhia decorrentes de ações judiciais que tenham por objeto a cobrança das diferenças de correção monetária de principal, juros remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás, pelo valor de R$ 802.329.988,83, conforme descrito na Nota nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia de 31/12/2015; e (c) pagamentos parcelados no valor total de R$ 638.835.706,47. O pagamento devido à Arcelor corresponde a seguinte forma: (a) parcela à vista, no valor R$ 89.180.000,00 em dinheiro à vista; e (b) cessão e transferência de 30 milhões de ações preferenciais da Gerdau S.A. (GGBR4), mantidas em tesouraria, no valor de R$ 205.800.000,00.

A quantidade e percentual de ações de cada Sociedade objeto das aquisições, dividida por vendedor, consta dos quadros abaixo:

Itaú

Companhia	Quantidade de Ações Adquiridas	Percentual do Capital Social da Controlada adquirido
Gerdau Açominas S.A.	5.648.201	2,24%
Gerdau Aços Longos S.A	6.138.085	3,06%
Gerdau Aços Especiais S.A.	5.648.201	1,53%
Gerdau América Latina Participações S.A.	5.648.201	3,14%

Arcelor

Companhia	Quantidade de Ações Adquiridas	Percentual do Capital Social da Controlada adquirido
Gerdau Açominas S.A.	3.157.259	1,25%
Gerdau Aços Longos S.A	3.431.097	1,71%
Gerdau Aços Especiais S.A.	3.157.259	0,86%
Gerdau América Latina Participações S.A.	3.157.259	1,76%

No que diz respeito ao preço pago por cada ação das empresas adquiridas, cabe esclarecer que as duas negociações tiveram dinâmicas próprias, e o preço de aquisição foi negociado pelo lote de participações nas companhias em conjunto e não por participações individuais. Como a Companhia deve individualizar em sua contabilidade o valor atribuído para cada uma das aquisições, para fins do desdobramento dos respectivos custos de aquisição, a Companhia utilizou a proporcionalização dos valores patrimoniais de cada uma das investidas como parâmetro para definição do valor implícito, informado nas tabelas abaixo:

Itaú

Companhia	Número de ações	Valor Implícito Total	Preço por ação
Gerdau Açominas S.A.	5.648.201	R$ 416.147.913,61	R$ 73,68
Gerdau Aços Longos S.A	6.138.085	R$ 899.767.327,60	R$ 146,59
Gerdau Aços Especiais S.A.	5.648.201	R$ 135.683.093,33	R$ 24,02
Gerdau América Latina Participações S.A.	5.648.201	R$ 239.567.360,76	R$ 42,41

Arcelor

Companhia	Número de ações	Valor Implícito Total	Preço por ação
Gerdau Açominas S.A.	3.157.259	R$ 72.586.209,14	R$ 22,99
Gerdau Aços Longos S.A	3.431.097	R$ 156.941.082,70	R$ 45,74
Gerdau Aços Especiais S.A.	3.157.259	R$ 23.666.396,17	R$ 7,50
Gerdau América Latina Participações S.A.	3.157.259	R$ 41.786.311,99	R$ 13,23

Com relação aos objetivos e aos efeitos econômicos esperados da operação, considerando inclusive os valores pagos, a Companhia esclarece que a operação viabiliza a simplificação e unificação das participações societárias nas companhias operacionais fechadas do Brasil na Gerdau S.A., com vistas à possível transformação dessas companhias, no futuro, em subsidiárias integrais e/ou à sua incorporação.

Adicionalmente, consolida o recebimento de dividendos; e proporciona maior facilidade de acesso ao mercado de capitais.

A operação foi aprovada considerando a oportunidade de mercado e que os objetivos acima expostos seriam viáveis, tendo em vista os preços pagos. Na avaliação da adequação dos preços, foram consideradas avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Companhia.

Como já informado pela Companhia à CVM, o Itaú tinha opção em face da Indac - Indústria, Administração e Comércio S.A. (“Indac”), controladora da Metalúrgica Gerdau S.A. (“Metalúrgica Gerdau”), para vender participações por determinado preço. A Metalúrgica Gerdau era garantidora da Indac em tal opção. A Gerdau não estava vinculada a tais contratos, e realizou a operação por considerar que atendia o interesse da Companhia.

As demais operações constantes na tabela acima, não produziram efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

C. Eventos ou operações não usuais:

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que afetassem significativamente os negócios da Companhia.

10.4. OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Mudanças significativas nas práticas contábeis:

As Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31/12/2015, 31/12/2014 e 31/12/2013 foram preparadas de acordo com International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e estão aderentes as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2015, 2014 e 2013 a Companhia informa que não houve alterações de práticas contábeis relevantes. Com a adoção do CPC, as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) passaram a ser convergentes à norma contábil internacional, e dessa forma, não existe nenhuma diferença entre o Patrimônio Líquido e lucro líquido apresentados entre BRGAAP e IFRS.

Em 14/07/2015, a Companhia divulgou fato relevante abordando mudanças na composição de seus segmentos, com alterações vigentes a partir da divulgação dos resultados do 3° trimestre de 2015, com o objetivo de obter maiores sinergias estratégicas e operacionais no atendimento aos mercados

da América do Sul, da América do Norte e do Brasil: (a) As operações no México e as Joint Ventures na República Dominicana, na Guatemala e no México passam a integrar a Operação de Negócio América do Norte, atualmente composta pelas operações de aços longos no Canadá e nos Estados Unidos; (b) É criada a Operação de Negócio América do Sul, que será integrada pelas operações de aços longos na Argentina, no Chile, na Colômbia, no Peru, na Venezuela e no Uruguai; (c) A operação de Minério de Ferro passa a integrar a Operação de Negócio Brasil, atualmente composta pelas operações de aços longos e planos no Brasil e de carvão e coque metalúrgico na Colômbia; (d) A Operação de Negócio Aços Especiais se mantém inalterada, integrando as operações de aços especiais no Brasil, na Espanha, nos Estados Unidos e na Índia.

B. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Para as Demonstrações Financeiras apresentadas em 2015, a Companhia informa que não houve alterações significativas de práticas contábeis.

C. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

A Companhia não possui ressalva em suas Demonstrações Financeiras.

Em dezembro de 2015, o parecer dos auditores apresenta a seguinte ênfase: “Conforme mencionado na nota explicativa n. 31 às demonstrações financeiras, encontra-se em curso investigação das autoridades competentes envolvendo a Companhia e suas controladas relacionada à operação "Zelotes", bem como investigação sendo conduzida por assessores externos conforme deliberação do Conselho de Administração da Companhia. A referida nota explicativa descreve ainda não ser possível prever a duração e os resultados dessas investigações e que não há informações suficientes para avaliar quais as possíveis consequências decorrentes dessas investigações, incluindo a necessidade de reconhecimento de provisão e/ou divulgações adicionais, se houver. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.”

O auditor faz referência ao evento descrito na nota explicativa n. 31 onde são detalhadas considerações a respeito do envolvimento do nome da Gerdau na Operação Zelotes, devido a relevância do assunto e sem ressalvar sua opinião. A administração divulgou esclarecimentos a respeito dessa Operação em Comunicados ao mercado, bem como reiterou estes esclarecimentos no seu Relatório da Administração referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Com base nestas informações apresentadas e os detalhes constantes das notas explicativas 31 e 17 de suas demonstrações financeiras, a Administração entende que na data de aprovação da suas demonstrações financeiras não é possível prever sobre a duração ou o resultado da Operação da Polícia Federal ou de sua Investigação Interna. Adicionalmente, a Companhia acredita que até a data das Demonstrações Financeiras não existe informação suficiente para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou divulgar qualquer contingência.

Em relação às demonstrações da controladora, o parecer dos auditores de 2013 apresentava ênfase devido ao fato das práticas contábeis adotadas no Brasil estabelecerem que à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto deveria ser feita pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Destaca-se que as referidas demonstrações financeiras não estão ressalvadas em virtude desse assunto. A partir de 2014 a norma IFRS passou a permitir que a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto seja feita pelo método de equivalência patrimonial, fato que alinhou o tratamento contábil previsto pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas IFRS.

10.5. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS ADOTADAS PELO EMISSOR, EXPLORANDO, EM ESPECIAL, ESTIMATIVAS CONTÁBEIS FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO SOBRE QUESTÕES INCERTAS E RELEVANTES PARA A DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS, QUE EXIJAM JULGAMENTOS SUBJETIVOS OU COMPLEXOS, TAIS COMO: PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS, RECONHECIMENTO DA

RECEITA, CRÉDITOS FISCAIS, ATIVOS DE LONGA DURAÇÃO, VIDA ÚTIL DE ATIVOS NÃO-CIRCULANTES, PLANOS DE PENSÃO, AJUSTES DE CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA, CUSTOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL, CRITÉRIOS PARA TESTE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários, e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas

Práticas contábeis críticas são aquelas que são tanto (a) importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados das operações e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, freqüentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. À medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações freqüentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir:

- imposto de renda diferido;
- benefícios de pensão e pós-emprego;
- passivos ambientais;
- valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios,
- combinações de negócios, e
- teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida.

a) Imposto de renda diferido

O método do passivo (conforme o conceito descrito no IAS 12 - liability method) de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das Demonstrações Financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou

menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

A realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social está suportada por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Benefícios de pensão e pós-emprego

As remensurações atuariais são reconhecidas no período em que eles ocorrem e são registrados na demonstração dos resultados abrangentes.

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

i) O custo de pensão e de outros benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados é determinado atuarialmente usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da Administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados e custos esperados com tratamento de saúde. A taxa de desconto usada para determinar a obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros corrente na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações;

ii) Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor justo;

iii) Ganhos e perdas referentes a redução (curtailment) e liquidação (settlement) nos planos de benefícios definidos são reconhecidos quando a redução ou liquidação ocorre e são embasados em avaliação atuarial feita por atuários independentes.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

c) Passivos ambientais

A Companhia registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos potenciais de limpeza e de reparação de áreas impactadas. A Companhia possui uma equipe de profissionais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais. Esses profissionais desenvolvem estimativas de passivos potenciais nestes locais com base em custos de

reparação projetados e conhecidos. Esta análise demanda da Companhia significativas estimativas e mudanças nos fatos e circunstâncias podem resultar em variações materiais na provisão ambiental.

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra como passivo circulante e passivo não-circulante na conta "Provisão para passivos ambientais", com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. A Companhia utilizou premissas e estimativas para determinar os montantes envolvidos, que podem variar no futuro, em decorrência da finalização da investigação e determinação do real impacto ambiental.

A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações.

d) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, conforme descrito na nota 3 de nossas Demonstrações Financeiras, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3, aplicado para as aquisições ocorridas após a data de transição para o IFRS, a Companhia deve alocar o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos é registrada como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, avaliando tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas. O uso das premissas utilizadas para avaliação inclui estimativa de fluxo de caixa descontado ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

A Companhia não acredita que exista uma probabilidade razoável de existir uma alteração material nas estimativas futuras ou premissas adotadas para completar o preço de compra alocado e a estimativa de valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os valores reais não forem consistentes com as estimativas e premissas consideradas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

e) Combinações de negócios

Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições de controladas e de negócios são contabilizadas pelo método de compra. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos pelos seus valores justos na data da aquisição. A participação dos acionistas não-controladores na

adquirida é inicialmente medido na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos.

De acordo com a versão anterior da norma, o preço contingente era reconhecido na data de aquisição apenas se o pagamento era provável e podia ser mensurado com confiabilidade; quaisquer ajustes posteriores no preço contingente eram reconhecidos contra o ágio. Nos termos da norma revisada, o preço contingente é medido pelo valor justo na data da aquisição; ajustes posteriores são reconhecidos contra o ágio apenas na medida em que eles surgem de uma melhor informação sobre o valor justo na data da aquisição, e que ocorrem dentro do "período de alocação" (um máximo de 12 meses a contar da data de aquisição). Todos os outros ajustes subsequentes são reconhecidos no resultado.

Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Em anos anteriores, na ausência de requerimentos específicos em IFRS, aumentos de participações em subsidiárias eram tratados da mesma forma que aquisições, com o ágio sendo reconhecido conforme apropriado.

O impacto da redução de participação em subsidiárias que não envolve perda de controle (sendo a diferença entre o preço recebido e o montante da parcela dos ativos líquidos baixados/alienados) era reconhecido no resultado. De acordo com a norma revisada, todos os aumentos ou reduções nessas participações são registrados no patrimônio líquido, sem impacto no ágio ou no resultado.

Aquisições subsequentes, após a Companhia obter o controle, são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

Perda de controle de uma subsidiária

Quando o controle de uma subsidiária é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a revisão da norma requer que a Companhia reverta todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na subsidiária é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas para completar a alocação do preço de compra e estimar o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. Entretanto, se os atuais resultados não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

f) Teste de recuperabilidade de ativos com vida útil definida e indefinida

Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos

de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil.

Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos do ágio oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, em dezembro.

Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livros destes ativos.

Para os ativos registrados ao custo, a redução no montante recuperável pode ser registrada no resultado do ano. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócio para o qual o ativo pertence é analisado.

Exceto para uma perda de recuperabilidade do ágio, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo depreciado do ativo, determinado ao se considerar que a perda por recuperabilidade não tivesse sido registrada.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ágio de um investimento anualmente e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados para unidades com ágio alocado e comparando o valor contábil com o valor recuperável dos ativos.

A recuperabilidade do ágio é avaliada na data base de cada Demonstração Financeira com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ágio está afetada, então o teste é antecipado.

No terceiro trimestre de 2015, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos seus segmentos. As análises efetuadas identificaram uma perda pela não recuperabilidade do ágio no montante de R$ 351.430 para o segmento América do Norte e R$ 354.468 para o segmento América do Sul que representa a totalidade do ágio deste segmento. Os segmentos Brasil e Aços Especiais não apresentaram perda pela não recuperabilidade de ágio no teste efetuado.

No quarto trimestre de 2015, a Companhia avaliou a recuperabilidade do ágio dos segmentos América do Norte, Aços Especiais e Brasil. As análises efetuadas identificaram perdas pela não recuperabilidade do ágio nos montantes de R$ 1.169.023 para o segmento América do Norte e R$ 1.124.966 para o segmento de Aços Especiais. O segmento Brasil não apresentou perda pela não recuperabilidade de ágio no exercício.

Considerando os testes realizados no terceiro e quarto trimestre de 2015, as perdas pela não recuperabilidade de ágio foram de R$ 2.999.887 em 2015 (R$ 0 em 2014).

A Companhia efetua testes de perdas pela não recuperabilidade do ágio para todos os seus sementos de negócio, que representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo.

No terceiro trimestre de 2015, em virtude da revisão do plano de investimentos de plantas industriais e da paralisação de certas atividades devido a mudanças relevantes na economia da região onde estão situadas estas unidades, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram

perdas pela não recuperabilidade conforme demonstrado a seguir: a) no imobilizado em certas plantas industriais no segmento de Aços Especiais decorrente de valor recuperável abaixo do valor contábil no montante de R$ 799.902. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R$ 1.930.813 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso); b) no investimento avaliado por equivalência patrimonial da empresa associada Corporación Centroamericana del Acero S.A., pertencente ao segmento América do Norte, decorrente de valor recuperável abaixo do valor contábil no montante de R$ 361.786. Estas perdas foram determinadas com base na diferença entre o valor contábil e o valor recuperável destes ativos no montante de R$ 215.808 que representa o seu valor em uso (maior entre o valor justo líquido de despesa de alienação ou seu valor em uso).

Adicionalmente, no quarto trimestre de 2015, decorrente da deterioração das condições econômicas numa intensidade maior do que aquela contemplada nos cenários dos testes de recuperabilidade realizados no trimestre anterior e, associadas à falta de expectativa de utilização futura de alguns ativos de certas plantas industriais no segmento Brasil, os testes realizados em outros ativos de vida longa identificaram perdas pela não recuperabilidade no imobilizado no montante de R$ 834.665.

Considerando os testes realizados no terceiro e quarto trimestre de 2015, as perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa foram de R$ 1.996.353 em 2015 (R$ 339.364 em 2014).

Em relação a perda pela não recuperabilidade de ativos reconhecida em 2014 no montante de R$ 339.364, a perda foi reconhecida no nível individual de ativo e é relacionado ao encerramento das atividades de uma planta de suas subsidiárias na América Latina, devido a racionalização de operações na região. O valor da perda foi determinado pelo valor contábil e o valor de sucata destes ativos.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimentos da perpetuidade utilizadas para os testes do terceiro e do quarto trimestre de 2015 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2014; b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2014); c) América do Sul: 2,2% (3% em dezembro de 2014); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2014).

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 12,3% no quarto trimestre de 2015 e 11,7% no terceiro trimestre de 2015 (11,4% em dezembro de 2014; b) Aços Especiais: 12,8% no quarto trimestre de 2015 e 12,4% no terceiro trimestre de 2015 (12,5% em dezembro de 2014); c) América do Sul: 13,7% no terceiro trimestre de 2015 (11,9% em dezembro de 2014); e d) Brasil: 15,5% no quarto trimestre de 2015 e 14,2% no terceiro trimestre de 2015 (13,9% em dezembro de 2014).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R$ 1.169 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 1.699 milhões em 2014); b) América do Sul: abaixo do valor contábil em R$ 354 milhões (excedeu em R$ 668 milhões em 2014); c) Aços

Especiais: abaixo do valor contábil em R$ 1.125 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 1.591 milhões em 2014); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R$ 43 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 3.103 milhões em 2014).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 pontos percentuais na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R$ 1.452 milhões (excedeu o valor contábil em 394 milhões em 2014), b) Aços Especiais: abaixo do valor contábil em R$ 582 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 785 milhões em 2014), c) América do Sul: abaixo do valor contábil em R$ 354 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 186 milhões em 2014); e d) Brasil: abaixo do valor contábil em R$ 765 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 2.073 milhões em 2014).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 pontos percentuais da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável abaixo do valor contábil e/ou que excedeu o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: abaixo do valor contábil em R$ 1.076 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 678 milhões em 2014); b) Aços Especiais: abaixo do valor contábil em R$ 428 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 976 milhões em 2014); c) América do Sul: abaixo do valor contábil em R$ 253 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 310 milhões em 2014); e d) Brasil: abaixo do valor contábil em R$ 514 milhões (excedeu o valor contábil em R$ 2.365 milhões em 2014).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

O ágio que forma parte de um investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado não é reconhecido separadamente e não é testado quanto a perdas pela não recuperabilidade separadamente. Em vez disso, a quantia total registrada do investimento numa associada ou numa entidade com controle compartilhado é testada quanto a perdas pela não recuperabilidade como um único ativo, comparando a sua quantia recuperável (o mais elevado do valor de uso e o valor justo menos os custos de vendas) com o montante total registrado. Uma perda pela não recuperabilidade registrada nessas circunstâncias não é atribuída a nenhum ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento na associada ou entidade conjuntamente controlada. Assim, qualquer reversão dessa perda por impairment é reconhecida na medida em que a quantia recuperável do investimento aumente subsequentemente.

O ágio originado a partir de combinações de negócios tem a sua recuperabilidade avaliada anualmente, sendo antecipada se os eventos ou circunstâncias indicarem a necessidade de antecipação do teste, e utiliza práticas de mercado geralmente aceitas, incluindo fluxo de caixa descontado e compara o valor de livros com o valor recuperável dos ativos. A reversão das perdas pela não recuperabilidade anteriormente contabilizadas no ágio originado da combinação de negócios não é permitido.

O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A determinação do valor justo dos segmentos de negócio da

Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação mundial da economia acontecer em uma velocidade inferior a prevista por ocasião da preparação das Demonstrações Financeiras para dezembro de 2015.

Estas e outras informações relacionadas à recuperabilidade do ágio e outros ativos de vida longa são apresentadas na nota 28 das Demonstrações Financeiras.

10.6. OS DIRETORES DEVEM DESCREVER OS ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EMISSOR, INDICANDO:

A. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. Contratos de construção não terminada

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Gerdau S.A. e suas controladas ("A Companhia") não possuem operações relevantes, tais como contratos, obrigações ou outros tipos de compromissos além das operações já refletidas nas suas Demonstrações Financeiras conforme a seguir:

A Companhia é avalista da empresa com controle compartilhado Gerdau Corsa SAPI de C.V. em financiamentos de capital de giro, no valor de até US$ 870 milhões (montante tomado de R$ 2.880 milhões em 31/12/2015).

B. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras.

10.7. EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDICADOS NO ITEM 10.6, OS DIRETORES DEVEM COMENTAR:

A. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável.

B. Natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

C. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

10.8. OS DIRETORES DEVEM INDICAR E COMENTAR OS PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PLANO DE NEGÓCIOS DO EMISSOR, EXPLORANDO ESPECIFICAMENTE OS SEGUINTES TÓPICOS:

A. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os desembolsos em ativos imobilizados planejados para 2016 estão estimados em R$ 1,5 bilhão, e incluem os investimentos estratégicos e de manutenção. A tabela abaixo apresenta os principais projetos para os próximos anos:

Plano de Investimentos - Principais Projetos	Localização	Capacidade adicional de produção (1.000 t)	Início operação*
ON Brasil			
Laminadores de chapas grossas na usina Ouro Branco - MG	Brasil	1100	2016
ON América do Sul			
Nova aciaria na unisa da Argentina	Argentina	650	2016

* As datas estimadas para início de operação podem ser alteradas devido a condições gerais econômicas, políticas e comerciais nos mercados onde atuamos.

Obs,: A efetiva realização destes investimentos projetados está sujeita a diversos fatores, razão pela qual os investimentos, datas e valores descritos neste item são meramente indicativos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos:

Por política de captação, a Gerdau procura financiar seus investimentos utilizando normalmente recursos de bancos locais de fomento de cada país onde opera e de bancos internacionais com o apoio de agências governamentais de crédito de exportação para fornecimento de equipamentos de outros países.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos:

A administração da Companhia, com frequência, avalia oportunidades de otimização de seus ativos com a visão estratégica de gerar maior retorno aos seus negócios e objetivando adequar suas capacidades de produção aos novos patamares de demanda nos mercados onde atua. Esse processo inclui, por vezes, a assessoria de bancos de investimentos e empresas especializadas na identificação e avaliação de tais oportunidades. Contudo, até o momento, não há previsão de desinvestimentos.

B. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

No exercício de 2015, os investimentos no ativo imobilizado somaram R$ 2.324,7 milhões. Desse total, 46,9% foram alocados para unidades da Operação de Negócio Brasil, com os demais 53,1% alocados para outras operações de negócio entre os países em que a Gerdau atua.

Operação de Negócio Brasil – um total de R$ 1.091,2 milhões foi investido nesta operação para expansão de capacidade. O principal destaque foi a obra de instalação de um laminador de chapas grossas na usina Ouro Branco, que entrará em produção até julho de 2016.

Operação de Negócio América do Norte – esta operação de negócios desembolsou R$ 346,9 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

Operação de Negócio América do Sul – em 2015, as unidades da América Latina desembolsaram R$ 443,6 milhões para investimentos em ativo imobilizado distribuído entre os países os quais a unidades desta operação de negócio estão localizados. Parte deste investimento está sendo

utilizado para construir uma nova aciaria na Argentina, que terá capacidade de 650 mil toneladas de aço por ano, que entrará em produção até o fim do ano de 2016.

Operação de Negócio Aços Especiais – as unidades de aços especiais desembolsaram R$ 442,9 milhões em investimentos para ativo imobilizado igualmente distribuído por todas as unidades que compõem esta operação de negócios. Este valor foi utilizado, principalmente, para a manutenção das unidades de produção.

C. Novos produtos e serviços, indicando:

A Companhia não contempla no seu plano de investimento, valores destinados a produtos ou serviços que não estejam no seu portfólio de vendas.

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os itens *i, ii, iii e iv* não se aplicam conforme indicado acima.

10.9. COMENTAR SOBRE OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTE O DESEMPENHO OPERACIONAL E QUE NÃO TENHAM SIDO IDENTIFICADOS OU COMENTADOS NOS DEMAIS ITENS DESTA SEÇÃO:

A Gerdau apresenta suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o padrão contábil internacional estabelecido pelo International Accounting Standards Board – IASB (conhecido como International Financial Reporting Standards – IFRS). Esse padrão determina que sejam realizados testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia. Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado de cada segmento.

Os testes de recuperabilidade de ágio e de outros ativos de vida longa da Companhia realizados ao longo de 2015 e de 2014 identificaram perdas classificadas da seguinte forma:

Perdas pela não recuperabilidade de ativos por operação de negócio (R$ milhões)	Exercício 2015					Exercício 2014	
	ON Brasil	ON América do Norte	ON América do Sul	ON Aços Especiais	Consolidado	ON América do Sul	Consolidado
Ágio	-	1.520	354	1.125	2.999	-	-
Imobilizado	835	-	-	800	1.635	339	339
Investimento	-	362	-	-	362	-	-
Total	**835**	**1.882**	**354**	**1.925**	**4.996**	**339**	**339**

As perdas pela não recuperabilidade de ativos afetaram de forma relevante os resultados da Companhia, sendo o principal item que resultou em um prejuízo líquido de R$ 4,6 bilhões em 2015. Cabe ressaltar que, apesar do efeito negativo no resultado da Companhia, essas perdas não produziram efeito caixa.

12. ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO

12.5 EM RELAÇÃO A CADA UM DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL DO EMISSOR, INDICAR, EM FORMA DE TABELA:

Conselho de Administração

Segue abaixo a lista dos candidatos ao Conselho de Administração da Companhia a serem indicados pelo acionista controlador:

Membros do Conselho de Administração						
Nome	André Bier Gerdau Johannpeter	Claudio Johannpeter	Richard Chagas Gerdau Johannpeter	Affonso Celso Pastore	Expedito Luz	Fernando Fontes Iunes
Data de nascimento	17/03/1963	25/08/1963	16/10/1974	19/06/1939	29/09/1951	22/09/1962
Profissão	Administrador de empresas	Engenheiro	Advogado	Economista	Advogado	Engenheiro
CPF / Passaporte	404.841.220-53	404.840.330-34	481.718.240-72	011.327.848-91	148.672.220-20	077.518.888-30
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro de Administração	Conselheiro Presidente	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração
Data de eleição	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Diretor Presidente, Membro do Comitê Executivo, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê Executivo, Coordenador do Comitê de Governança Corporativa, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Membro do Comitê de Governança Corporativa	Membro do Comitê de Governança Corporativa e Coordenador do Comitê de Remuneração e Sucessão	Membro do Comitê de Governança Corporativa	Membro do Comitê de Governança Corporativa e Membro do Comitê de Riscos
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não integra o grupo de controle	Não integra o grupo de controle	Não integra o grupo de controle
Mandatos consecutivos	9	1	1	14	1	1
Outras informações	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1963) - CPF:404.841.220-53

- Formação acadêmica: Graduado em Administração de Empresas pela Pontifica Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), completou sua formação acadêmica com os cursos General Business Administration, na Universidade de Toronto (Canadá), Marketing, na Ashridge Business School (Inglaterra) e Advanced Management Program na Wharton School – Universidade da Pensilvânia (Estados Unidos).
- Experiência profissional: Possui mais de 30 anos de experiência na Gerdau. Desde janeiro 2007 é (i) CEO (Chief Executive Officer), membro do Conselho de Administração, membro do Comitê Executivo, membro do comitê de Riscos, membro do Comitê de Governança Corporativa e membro do comitê de Remuneração e Sucessão da Gerdau SA. (ii) é Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do grupo econômico da Gerdau (iii) Presidente do Conselho de Administração (Chairman) da Metalúrgica Gerdau SA , companhia de capital aberto, holding controladora da Gerdau SA (iv) é conselheiro do Instituto Aço Brasil, Diretor do Comitê Executivo da Associação Latino-Americana de Aço (Alacero) e do Worldsteel Association.

CLAUDIO JOHANNPETER (nascido em 1963) - CPF: 404.840.330-34

- Formação escolar: Formado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. No exterior, realizou os cursos Operations Management na University of London (Canadá), Executive Development na Penn State (Estados Unidos) e de Advanced Management Program em Harvard (Estados Unidos).

- Experiência Profissional: Atua na Gerdau desde 1982. Em 2007, foi eleito Diretor Geral de Operações (Chief Operating Officer), posição que ocupou até agosto de 2012. Foi Diretor da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. e que tem como principal atividade a participação no capital social de outras empresas, até agosto de 2012. Atualmente é (i) Presidente do Conselho de Administração, membro do Comitê Executivo, membro do Comitê de Risco, Coordenador do Comitê de Governança Corporativa, membro do Comitê de Remuneração de Sucessão e membro do Comitê de Riscos da Gerdau S.A., companhia aberta cuja principal atividade é

a produção e comercialização de produtos de aço; (ii) membro do Conselho de Administração e Diretor Vice-Presidente da Metalúrgica Gerdau S.A.; (iii) membro do Conselho de Administração de Seiva – Florestas e Indústrias S.A; e (iv) coordena no CEG a Operação de Negócio Aços Longos Brasil e os Processos Globais de Engenharia, Industrial e (SSMA) Segurança, Saúde e Meio Ambiente.

RICHARD CHAGAS GERDAU JOHANNPETER – 481.718.240-72

- Formação escolar: Richard é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS e possui MBA pela Stanford Graduate School of Business (Estados Unidos).

- Experiência Profissional: Iniciou sua careira como estagiário na Gerdau em 1993. Em 1995 foi admitido como vendedor da Gerdau Aços para Construção Civil, tendo sido promovido em 1996 para o cargo de Chefe de Administração, passando também pelas áreas de Vendas e Marketing dessa mesma área. Em 1997 assumiu o cargo de Assessor Técnico na área Financeira da Administração da Gerdau, sendo transferido posteriormente para São Paulo como Chefe de Compra de Metálicos. Em 2003 retornou a Porto Alegre para assumir o cargo de Assessor Técnico do Banco Gerdau. Em 2005 afastou-se para cursar o MBA nos Estados Unidos, retornando em 2007 como Gerente de Investimentos tanto no Brasil quanto no Exterior. Em 2010 assumiu a Diretoria da holding controladora da Metalúrgica Gerdau SA, posição que ocupa até o momento. Atualmente é membro do Conselho de Administração e membro do Comitê de Governança Corporativa da Gerdau S.A.

AFFONSO CELSO PASTORE (nascido em 1939) - CPF: 011.327.848-91

- Formação escolar: É formado em Economia pela Universidade de São Paulo e obteve o título de Doutor em Economia pela mesma Universidade.

- Experiência Profissional: Pastore foi Secretário da Fazenda do Estado de São Paulo e Presidente do Banco Central do Brasil. É (i) membro independente do Conselho de Administração da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral, desde 26 de fevereiro de 2002 e é membro do Comitê de Governança Corporativa e membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Gerdau SA ; e (ii) membro do Conselho de Administração da M. Dias Branco S.A. – Indústria e Comércio de Alimentos, companhia aberta cuja principal atividade consiste na industrialização e comércio de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, bolachas, massas e farinha de trigo, desde julho de 2010. Foi membro do Conselho de Administração da Even Construtora e Incorporadora S.A., companhia aberta cuja principal atividade consiste na construção de imóveis por conta própria ou de terceiros, loteamentos, incorporações, desde fevereiro de 2010 até abril de 2013; do Conselho de Administração de Klabin Segal S.A., companhia cuja principal atividade consiste na promoção, construção e administração de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, próprios ou de terceiros de 19 de maio de 2006 até maio de 2008 e da Engevix Engenharia S.A., companhia cuja principal atividade consiste em elaborar estudos, projetos e atuar na integração e no gerenciamento de empreendimentos nas áreas de energia, indústria e infraestrutura, de março de 2008 até agosto de 2009. Pastore é Sócio-Diretor da empresa A C Pastore & Associados SS Ltda., empresa de Consultoria de Macroeconomia aplicada, especializada em análise da economia brasileira e internacional. Além disto, nos últimos 5 anos trabalhou como economista, analista e consultor econômico, produzindo artigos, relatórios e estudos sobre temas ligados a área de seu conhecimento que é a economia. Participou de seminários nacionais e internacionais, proferiu palestras sobre temas relacionados à Economia Brasileira e Mundial.

EXPEDITO LUZ (nascido em 1951) - CPF: 148.672.220-20

- Formação escolar: Expedito Luz se formou em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1975. Em 1980, obteve o título de mestre em Direito pela Columbia Law School.

- Experiência Profissional: trabalha na Gerdau S.A. desde 1976 e desde 1989 é Diretor Executivo Jurídico e tornou-se Vice-Presidente Executivo Jurídico e de Compliance em 2009, passando a integrar

o Comitê Executivo da Companhia. Desde 2001 desempenha também a função de Secretário-Geral do Conselho de Administração. Desde 30 de abril de 2015, deixou as funções executivas ocupadas na Gerdau S.A. e Metalúrgica Gerdau S.A. e a partir de 01 de maio de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração das referidas empresas. É membro do comitê de Governança Corporativa e membro do Comitê de Riscos da Gerdau SA.

FERNANDO FONTES IUNES (nascido em 1962) – CPF: 077.518.888-30

- Formação escolar: Formado em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade Mackenzie e obteve o título de Mestre e Doutor pela Universidade de Londres.

- Experiência Profissional: Fernando foi Assessor Sênior, Sócio e Diretor Executivo responsável pela área global de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. de 2010 a 2015, período em que contribuiu para estabelecer uma plataforma lider de Investment Banking na América Latina, com atividades no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia, Peru e México. Anteriormente exerceu diversos cargos nos Bancos Itaú BBA S.A., onde foi Diretor responsável pelas áreas de Mercado de Capitais de 2003 a 2010, Itaú Banco de Investimento S.A., onde atuou como Diretor Executivo de 2001 a 2003, Banco BBA Creditantalt S.A. e Creditanstalt em Nova Iorque em 1994. Durante esse período, Fernando participou de algumas das principais transações de mercado de capitais, fusões, aquisições e reorganizações societárias realizadas na América Latina. Fernando trabalhou ainda na área de pesquisa em Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial em Washigton. Foi professor de Finanças Internacionais do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC (Insper). Atualmente, Fernando é um fellow da Universidade de Harvard no Programa 2016 Advanced Leaders Initiative em Cambridge, Estados Unidos e é Vice-Presidente do Conselho de Auto Regulação do Mercado de Capitais da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA). A partir de 28 de setembro de 2015, integra o quadro de Conselheiro de Administração da Gerdau S.A.

- Caso eleitos, os membros do Conselho de Administração deverão tomar posse na data informada. Após a eleição, quaisquer alterações nas informações relativas à data da posse serão atualizadas no Formulário de Referência.

Diretoria Estatutária

Segue abaixo a lista dos candidatos à Diretoria Estatutária da Companhia a serem indicados pelo acionista controlador:

Membros da Diretoria						
Nome	André Bier Gerdau Johannpeter	Claudio Johannpeter	Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	Francisco Deppermann Fortes	Harley Lorentz Scardoelli	Manoel Vitor de Mendonça Filho
Data de nascimento	17/03/1963	25/08/1963	14/08/1971	31/05/1963	09/06/1963	12/02/1957
Profissão	Administrador de empresas	Engenheiro	Advogado	Engenheiro	Engenheiro civil	Engenheiro
CPF / Passaporte	404.841.220-53	404.840.330-34	481.718.320-91	403.690.130-34	447.421.500-15	317.555.936-00
Cargo eletivo ocupado	Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente
Data de eleição	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Conselheiro de Administração, Membro do Comitê Executivo, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Conselheiro Presidente, Membro do Comitê Executivo, Coordenador do Comitê de Governança Corporativa, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Membro do Comitê Executivo, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Membro do Comitê Executivo	Membro do Comitê Executivo	Membro do Comitê Executivo
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	9	3	2	5	1	5
Outras informações	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

CLAUDIO JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1971) - CPF: 481.718.320-91

- Formação escolar: Guilherme é formado em Direito pela Unisinos em 1995 e possui MBA em Marketing e Finanças, pela Kellogg School of Management, Illinois, Estados Unidos.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em outubro de 1985, no cargo de Auxiliar Administrativo, foi promovido para o cargo de Comprador de Sucata da Gerdau Riograndense em 1992 e para Assistente Jurídico em Porto Alegre em 1994. Em 1996 foi promovido para o cargo de Chefe de Vendas da Filial São Paulo da Comercial Gerdau. Em 2000, com a conclusão de seu MBA e retorno ao Brasil, Guilherme foi promovido para o cargo de Gerente de Marketing e Planejamento da Comercial Gerdau, fixando base de trabalho em São Paulo. Em 2002 foi promovido para o cargo de Gerente Executivo da Área de Negócios Gerdau Produtos Metalúrgicos, em 2003 foi promovido para o cargo de Diretor Executivo da Área de Negócios Gerdau Indústria e para o cargo de Diretor Executivo da Área de Negócios Gerdau Construção Civil, em 2005. Em 2006, Guilherme foi designado para o cargo de Diretor de Marketing da Operação de Negócio Aços Longos América do Norte (GLN), então denominada Gerdau Ameristeel, transferindo sua base de trabalho para Tampa, Estados Unidos. Em 2007 foi promovido para o cargo de Diretor das Unidades Manitoba, Bright Bar e Duluth Grinding Balls desta mesma Operação, passando também a integrar o Comitê Executivo da GLN. Em 2009 Guilherme foi nomeado ao cargo de Diretor Regional para a Operação de Special Bar Quality e Fio Máquina da GLN incluindo as unidades de Manitoba, St. Paul, Beaumont, Perth Amboy, Joliet e Duluth Grinding Balls. Em 2010 Guilherme foi promovido a Diretor Executivo da Gerdau Aços Especiais América do Norte (GSN) e, em 2011, Guilherme foi promovido para posição de Líder da Operação de Negócio Aços Longos América do Norte, posição que ocupou até 04 de abril de 2014, data esta, que passou a integrar o Comitê Executivo Gerdau na posição de Vice-Presidente Executivo, coordenando a Operação de Negócio Aços Especiais e as Ações decorrentes do Projeto Gerdau 2022 – Estratégia, transferindo sua base para o escritório de São Paulo, no Brasil. Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter atualmente acumula as funções como (i) membro do Conselho de Administração, Diretor Vice Presitente e membro do Comitê Executivo da Metalúrgica Gerdau S.A.; (ii) membro do Comitê Executivo, membro do Comitê de Risco, membro do Comitê de Remuneração e Sucessão da Gerdau S.A. e (iii) membro do Conselho de Administração da SEIVA S.A..

FRANCISCO DEPPERMANN FORTES (nascido em 1963) - CPF: 403.690.130-34

- Formação escolar: Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1985 e Mestrado em Administração de Empresas pela mesma Universidade em 2001. Em 2008 completou o Gerdau Business Program e em 2010 cursou o Stanford Executive Program, na Universidade de Stanford nos Estados Unidos.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira em 1984, como Estagiário na área de Engenharia da Gerdau sendo, posteriormente, efetivado como Assessor Técnico nesta mesma área. Em 1992, após período de afastamento em que estudou e trabalhou na Alemanha, assumiu a responsabilidade pela coordenação da área de Sistemas de Gestão da Aços Especiais Piratini, até o ano de 2000, tendo acumulado ao final deste período a responsabilidade pela área de Recursos Humanos da unidade. Em 2001 atuou como Gerente do Sistema de Gestão das Unidades Integradas Regionais de Aços Longos Brasil. Em 2003 transferiu-se para Porto Alegre onde passou a coordenar a estruturação e implementação global do Gerdau Business System e do Sistema de Segurança Total, onde foi promovido a Diretor de Tecnologia de Gestão, em 2004. Em janeiro de 2006, foi promovido para o cargo de Diretor Executivo da UIR Gerdau Sul e, em 2007 foi promovido para o cargo corporativo de Diretor de Recursos Humanos ao qual agregou, ao longo do tempo, os processos de Desenvolvimento Organizacional, Tecnologia de Gestão, Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Tecnologia da Informação. Desde 2011 ocupa o cargo Diretor Vice-Presidente e integrante do Comitê Executivo da Gerdau S.A., respondendo pelas áreas de Recursos Humanos, TI, Gestão e Inovação, Serviços Compartilhados e Segurança Empresarial. A partir de 30 de abril de 2015, é membro do Comitê Executivo da Gerdau SA, da Metalúrgica Gerdau S.A. e da empresa SEIVA S.A.

MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO (nascido em 1957) - CPF: 317.555.936-00

- Formação escolar: Engenheiro Metalúrgico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1982. Participou do Total Quality Management, pela Union of Japanese Scientist and Engineers, em 1997, possui MBA em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas, em 1999, e MBA em Gestão Avançada, pela Fundação Dom Cabral e INSEAD - European Institute of Business Administration, em 2001.

- Experiência Profissional: Trabalha na Gerdau desde 1983. Já atuou como diretor em diversas unidades brasileiras da Gerdau. Integrou até 30 de abril de 2015 o Comitê Executivo da Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja principal atividade consiste na manufatura de produtos siderúrgicos em geral, contribuindo para a condução dos seus negócios no Mundo. É Vice-Presidente Executivo de Suprimentos Global, Gerdau América Latina Sul, Colômbia e Venezuela, integra o Comitê Executivo da Gerdau S.A. .É membro do Conselho Estratégico da FIEMG– Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, atua no Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil e também integra o Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM.

HARLEY LORENTZ SCARDOELLI - CPF: 447.421.500-15

- Formação Escolar: Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e detém a certificação CFA.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em Maio de 1988, trabalhou para companhia nas operações da Gerdau no Canadá, Estados Unidos, Espanha e Brasil. Em Julho de 2015 passou a integrar o Comitê Executivo da Gerdau e em Setembro de 2015 foi eleito de Vice-Presidente Executivo de Finanças, sendo responsável pelas áreas de Finanças, Planejamento, Contabilidade, Tributário, Relações com Investidores e Jurídico da Gerdau, acumulando a função de Diretor de Relações com Investidores nas empresas Gerdau S.A., Metalúrgica Gerdau S.A. e Seiva S.A. – Florestas e Indústrias. É também, membro do Conselho Diretor da Abrasca.

- Caso eleitos, os membros da Diretoria deverão tomar posse na data informada. Após a eleição, quaisquer alterações nas informações relativas à data da posse serão atualizadas no Formulário de Referência.

Conselho Fiscal

Segue abaixo a lista dos candidatos ao Conselho Fiscal da Companhia a serem indicados pelo acionista controlador:

Membros do Conselho Fiscal						
Nome	Bolívar Charneski	Geraldo Toffanello	Carlos Roberto Schroder	Artur Cesar Brenner Peixoto	Pedro Floriano Hoerde	Ruben Rohde
Data de nascimento	22/08/1950	12/10/1950	19/02/1940	29/09/1942	16/07/1937	12/10/1935
Profissão	Contador	Contador	Contador	Engenheiro	Economista	Contador
CPF / Passaporte	052.964.980-20	078.257.060-72	006.145.800-72	021.490.871-20	000.718.970-20	000.377.290-04
Cargo eletivo ocupado	Conselheiro Fiscal Efetivo	Conselheiro Fiscal Efetivo	Conselheiro Fiscal Efetivo	Conselheiro Fiscal Suplente	Conselheiro Fiscal Suplente	Conselheiro Fiscal Suplente
Data de eleição	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016	26/04/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	5	2	1	2	1	1
Outras informações	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo	Vide abaixo
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não

BOLÍVAR CHARNESKI (nascido em 1950) - CPF: 052.964.980-20

- Formação escolar: Bacharel em Ciências Contábeis em 1974 e participante do programa de intercâmbio profissional em Atlanta, Geórgia - EUA.

- Experiência profissional: Fundador e Sócio da Charneski – Contadores Associados desde 1988, empresa sediada em Porto Alegre (RS), na qual foi o responsável técnico; desde 2009 dedica-se a Assessorar e aconselhar empresas e organizações, nas áreas de Governança, Conselhos, Gestão, Contabilidade e Tributos. Conselheiro Fiscal (designado como Financial Expert para fins de SOX) da Gerdau S.A. desde 2011; Conselheiro Fiscal de Grendene S.A. de 2011 a 2013 ; foi Membro da Coordenação do Capítulo Sul do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa; Conselheiro Fiscal no período de 1998 a 2007 da Forjas Taurus S.A., Conselheiro Fiscal de Plascar Participações Industriais S.A. no período de abril a setembro de 2009, é Conselheiro de Administração, certificado pelo IBGC; foi Acting Partner (1º eleito no Brasil) de Price Waterhouse (1971-1988) e na mesma empresa foi, também, um dos fundadores da Comissão de Contabilidade e Auditoria; foi Diretor em várias gestões do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, tendo sido Presidente de 6ª Seção Regional e Diretor por 2 vezes do Ibracon - nacional.; e Conselheiro Consultivo de empresas familiares. Autor de artigos sobre temas relacionados a conjuntura empresarial e econômica.

GERALDO TOFFANELLO (nascido em 1950) - CPF: 078.257.060-72

- Formação escolar: é graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas e possui Pós Graduação em Ciências Contábeis pela UFRGS.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em 1970, como auxiliar de escrituração fiscal, sendo promovido posteriormente ao cargo de Chefe da Área de Contabilidade Fiscal. Atuou também como Chefe da Contabilidade Escrituração em Sapucaia do Sul. Em 1980 foi transferido para a Gerdau Açonorte, no cargo de Contador responsável pelas empresas da Regional Nordeste, sendo promovido ao cargo de Gerente Contábil desta mesma Regional no ano de 1981. Em 1983, retornou à Gerdau de Porto Alegre/RS, atuando junto à Contabilidade e também à Holding. Em 1984 foi promovido a Gerente Geral Contábil e Auditoria Interna, passando a atuar corporativamente nestes dois Processos. Em 1988 Toffanello foi promovido a Diretor de Contabilidade e, posteriormente, passou a exercer a função de Process Owner de Contabilidade, posição que ocupou até 2012 quando se aposentou. A partir de 2013 passou a integrar como membro do Conselho Fiscal da Dimed SA, como membro do Conselho de Administração da Puras FO e é Sócio Fundador da Empresa Luzes do Mundo Ltda. É membro do efetivo do Conselho Fiscal da Gerdau SA e da Metalúrgica Gerdau SA..

CARLOS ROBERTO SCHRODER (nascido em 1940) - CPF: 006.145.800-72

- Formação escolar: É formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1968.

- Experiência profissional: Atuou nas seguintes companhias: (i) Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, companhia aberta cuja principal atividade consiste na pesquisa, lavra, refinação, processamento, comércio e transporte de petróleo proveniente de poço, de xisto ou de outras rochas, de seus derivados, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, de 1966 a 1971, como Chefe Setor de Custos; (ii) Siderúrgica Riograndense S.A., de 1971 a 1973 como Assessor do Setor de Custos, e de 1973 a 1976 como Contador Geral; (iii) Metalúrgica Gerdau S.A., de 1973 a 1976 como Contador Geral; (iv) Companhia Siderúrgica da Guanabara – Cosigua, antiga denominação da Gerdau S.A. de 1977 a 1981 como Gerente Contábil; (v) Grupo Gerdau e Siderúrgica Laisa S.A. – Uruguai de 1981 a 1983 como Gerente Contábil; (vi) Siderúrgica Riograndense S.A. e Siderúrgica Guaira S.A., de.1983 a 1989, como Diretor Administrativo e Contábil; (vi) Usina Siderúrgica da Bahia S.A. – Usiba, de 1989 a 1996, como Diretor Executivo; (vii) Siderúrgica Açonorte S.A., Usina Siderúrgica da Bahia S.A. – Usiba e Siderúrgica Cearense S.A., de 1996 a 1998, como Diretor Executivo. É membro do efetivo do Conselho Fiscal da Gerdau SA e da Metalúrgica Gerdau S.A..

ARTUR CESAR BRENNER PEIXOTO (nascido em 1942) - CPF: 021.490.871-20

- Formação escolar: Graduação em Engenharia de Minas.

- Experiência profissional: Diretor da Cia de Telecomunicações Cotelgo, TeleGoiás, Goiania, Goiás (1969 –1970); Diretor da DHB – Direções Hidráulicas do Brasil AS (1971 – 1972); Assessor de Diversificações da Gerdau (1972 – 1974); Diretor do Grupo Arthur Lange (1975 – 1978); Diretor Superintendente da Effem Produtos Alimentícios Ltda – Grupo M&M Mars (1979 – 1984); Diretor Holdings da Gerdau (1984 – 2002). De 2003 a 2012, foi sócio da Adviser Asset Management, empresa que atua na gestão de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Gestão de Clubes de Investimento, onde atualmente, é responsável pela relação com clientes e investidores. Além disto, é Conselheiro Fiscal suplente da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A.

PEDRO FLORIANO HOERDE (nascido em 1937) - CPF: 000.718.970-20

- Formação escolar: Técnico em Contabilidade, formado em 1957 pela Escola Técnica de Comércio Farroupilha; Bacharel em Ciências Econômicas, formado em 1964 pela UFRGS.

- Experiência profissional: A. Knorr S.A.; Siderúrgica Riograndense S.A.; Siderúrgica Açonorte S.A.; Gerdau; Seiva S.A.; Terranova Brasil LTDA. e atualmente é Conselheiro Fiscal Suplente da Metalúrgica Gerdau S.A..

RUBEN ROHDE (nascido em 1935) - CPF: 000.377.290-04

- Formação escolar: Bacharel em Ciências Contábeis pela PUCRS em 1959.

- Experiência profissional: Acumuladores Hércules do Brasil S/A – período 1955 a 1959; Banco da Família Militar Coop. Ltda. – período 1959 a 1961; Auditoria Confidor Ltda. – período 1961 a 1964; Siderúrgica Riograndense S/A – período 1964 a 1971; Gerdau – período 1973 a 1996; Consultor – período 1996 a 1997 e atualmente é Conselheiro Fiscal Suplente da Metalúrgica Gerdau S.A..

- Caso eleitos, os membros do Conselho Fiscal deverão tomar posse na data informada. Após a eleição, quaisquer alterações nas informações relativas à data da posse serão atualizadas no Formulário de Referência.

12.6. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS PESSOAS QUE ATUARAM COMO MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO OU DO CONSELHO FISCAL NO ÚLTIMO EXERCÍCIO, INFORMAR, EM FORMATO DE TABELA, O PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO NAS REUNIÕES REALIZADAS PELO RESPECTIVO ÓRGÃO NO MESMO PERÍODO, QUE TENHAM OCORRIDO APÓS A POSSE NO CARGO

Membros do Conselho de Administração	
Nome	**Participação em reuniões**
André Bier Gerdau Johannpeter	100%
Claudio Johannpeter	100%
Richard Chagas Gerdau Johannpeter	100%
Affonso Celso Pastore	100%
Expedito Luz	100%
Fernando Fontes Iunes	100%

Membros do Conselho Fiscal	
Nome	**Participação em reuniões**
Bolívar Charneski	100%
Geraldo Toffanello	100%
Carlos Roberto Schroder	100%

12.7. FORNECER AS INFORMAÇÕES MENCIONADAS NO ITEM 12.5 EM RELAÇÃO AOS MEMBROS DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS

A Gerdau S.A. é possuí um Comitê Executivo, um Conselho Consultivo e outros comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, cujos membros estão relacionados abaixo.

Comitê Executivo

Membros do Comitê Executivo							
Nome	André Bier Gerdau Johannpeter	Claudio Johannpeter	Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	Francisco Deppermann Fortes	Harley Lorentz Scardoelli	Manoel Vitor de Mendonça Filho	Peter J. Campo
Data de nascimento	17/03/1963	25/08/1963	14/08/1971	31/05/1963	09/06/1963	12/02/1957	19/08/1962
Profissão	Administrador de empresas	Engenheiro	Advogado	Engenheiro	Engenheiro civil	Engenheiro	Administrador de empresas
CPF / Passaporte	404.841.220-53	404.840.330-34	481.718.320-91	403.690.130-34	447.421.500-15	317.555.936-00	436541901
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê
Data de eleição	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Conselheiro de Administração, Diretor Presidente, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Conselheiro Presidente, Diretor Vice-Presidente, Coordenador do Comitê de Governança Corporativa, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Não se aplica
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	9	3	2	5	1	5	0
Outras informações	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide abaixo
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

CLAUDIO JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas à Diretoria.

FRANCISCO DEPPERMANN FORTES
Vide informações relativas à Diretoria.

HARLEY LORENTZ SCARDOELLI

Vide informações relativas à Diretoria.

MANOEL VITOR DE MENDONÇA FILHO

Vide informações relativas à Diretoria.

PETER JOHN CAMPO (nascido em 1962)

- Formação Escolar: Bacharel em Ciências pela Rice University (Estados Unidos), possui Ph.D. em Engenharia Química pelo Instituto de Tecnologia da Califórnia e é certificado com o Six Sigma Master Black Belt.

- Experiência Profissional: Iniciou sua carreira na Gerdau em 2008. Foi designado como presidente da divisão de negócios de Aços Longos da América do Norte em Abril de 2014, e foi promovido para Vice-Presidente Executivo da América do Norte e a membro Comitê Executivo Gerdau (CEG) em 2015. Na divisão de negócios de Aços Longos da América do Norte, ocupou as posições de Vice-Presidente de Sales and Operations Planning, Vice-Presidente e Gerente Geral of downstream operations e Vice-Presidente de Supply Chain.

Conselho Consultivo

Membros do Conselho Consultivo				
Nome	Jorge Gerdau Johannpeter	Germano Hugo Gerdau Johannpeter	Klaus Gerdau Johannpeter	Frederico Carlos Gerdau Johannpeter
Data de nascimento	08/12/1936	30/05/1932	23/06/1935	08/10/1942
Profissão	Advogado	Industrial	Engenheiro	Administrador de empresas
CPF / Passaporte	000.924.790-49	000.924.010-15	000.924.520-00	000.915.530-91
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho Consultivo	Membro do Conselho Consultivo	Membro do Conselho Consultivo	Membro do Conselho Consultivo
Data de eleição	05/05/2015	05/05/2015	05/05/2015	05/05/2015
Data de posse	05/05/2015	05/05/2015	05/05/2015	05/05/2015
Prazo do mandato	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado	Indeterminado
Outros cargos exercidos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outras informações	Vide informações abaixo	Vide informações abaixo	Vide informações abaixo	Vide informações abaixo
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não

JORGE GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1936) - CPF: 000.924.790-49

- Formação: Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1961.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de Presidente do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A. Trabalha na Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e foi nomeado membro do Conselho de Administração em 1973. De 2002, após a implantação da nova estrutura de governança corporativa, até dezembro de 2006, Jorge Johannpeter exerceu também o cargo de Presidente do Comitê Executivo Gerdau (CEO). De 1983 a abril de 2015 exerceu a função de Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A, bem como de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja a principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral; e da Seiva S.A. - Florestas e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. e que tem como principal atividade a participação no capital social de outras empresas. Em 02 de janeiro de 2007, Jorge Gerdau Johannpeter retirou-se do Comitê Executivo Gerdau e, desde então e até abril 2015, exerceu exclusivamente a função de membro do Conselho de Administração, como seu Presidente.
- Outras atividades: Membro do Conselho do Instituto Aço Brasil e do Conselho Superior Estratégico da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo). Foi fundador do Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade e do Movimento Brasil Competitivo. É membro da Academia Internacional da Qualidade, da Academia Brasileira da Qualidade e integra o Conselho da Fundação Nacional da Qualidade. Nas áreas de educação e cultura, preside o Conselho de Governança do movimento Todos pela Educação e integra o Conselho da Parceiros Voluntários.

GERMANO HUGO GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1932) - CPF: 000.924.010-15

- Formação escolar: É formado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de membro do Conselho Consultivo da Gerdau S.A e da Metalúrgica Gerdau S.A. Trabalha na Gerdau desde 1951. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 exerceu a função como membro do Conselho de Administração. De 2002 até abril de 2015, exerceu a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A., bem como de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja a principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral; e da Seiva S.A. Florestal e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A..

KLAUS GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1935) - CPF: 000.924.520-00

- Formação escolar: É formado em Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, concluído em 1958.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de membro do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica Gerdau S.A.
Trabalha na Gerdau desde 1954. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 exerceu a função como membro do Conselho de Administração. Até sua saída do Comitê Executivo em 2007, foi o principal coordenador do desenvolvimento técnico das operações industriais da Gerdau. Desde 2002 até abril de 2015, exerceu a função de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A. , bem como de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., e da Seiva S.A. companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A.
Klaus Gerdau Johannpeter atualmente é membro do Conselho Consultivo da Metalurgica Gerdau S.A e da Gerdau S.A. Desde a sua fundação, em 2005, é Presidente do Conselho do Instituto Gerdau, órgão gestor dos projetos sociais da Gerdau.

FREDERICO CARLOS GERDAU JOHANNPETER (nascido em 1942) - CPF: 000.915.530-91

- Formação escolar: É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e tem pós-graduação em Negócios, Finanças, Custos e Investimentos pela Universidade de Colônia, na Alemanha.

- Experiência Profissional: a partir de maio de 2015 assume a função de membro do Conselho Consultivo da Gerdau S.A. e da Metalúrgica S.A. Trabalha na Gerdau desde 1961. Tornou-se Diretor Executivo em 1971 e desde 1973 até 2002 exerceu a função de membro do Conselho de Administração. Em 2002, sob a nova estrutura de governança corporativa, passou a ser também Vice-Presidente do Comitê Executivo da Gerdau S.A., cargo que ocupou até dezembro de 2006. De janeiro de 2007 até abril de 2015, exerceu a função como membro do Conselho de Administração no cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Gerdau S.A, de sua controladora Metalúrgica Gerdau S.A., companhia aberta, holding da Gerdau cuja a principal atividade consiste na manufatura de produtos de aço em geral; e da Seiva S.A. Florestal e Indústrias, companhia que faz parte do mesmo grupo econômico da Gerdau S.A. e que tem como principal atividade a participação no capital social de outras empresas.

Comitê de Governança Corporativa

Membros do Comitê de Governança Corporativa					
Nome	Claudio Johannpeter	Richard Chagas Gerdau Johannpeter	Affonso Celso Pastore	Expedito Luz	Fernando Fontes Iunes
Data de nascimento	25/08/1963	16/10/1974	19/06/1939	29/09/1951	22/09/1962
Profissão	Engenheiro	Advogado	Economista	Advogado	Engenheiro
CPF / Passaporte	404.840.330-34	481.718.240-72	011.327.848-91	148.672.220-20	077.518.888-30
Cargo eletivo ocupado	Coordenador do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê
Data de eleição	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Conselheiro Presidente, Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê Executivo, Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão e Membro do Comitê de Riscos	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração e Coordenador do Comitê de Remuneração e Sucessão	Conselheiro de Administração	Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Riscos
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	1	1	1	1	0
Outras informações	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não

CLAUDIO JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

RICHARD CHAGAS GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

AFFONSO CELSO PASTORE

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

EXPEDITO LUZ

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

FERNANDO FONTES IUNES

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

Comitê de Remuneração e Sucessão

Membros do Comitê de Remuneração e Sucessão					
Nome	André Bier Gerdau Johannpeter	Claudio Johannpeter	Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	Affonso Celso Pastore	Fernando Fontes Iunes
Data de nascimento	17/03/1963	25/08/1963	14/08/1971	19/06/1939	22/09/1962
Profissão	Administrador de empresas	Engenheiro	Advogado	Economista	Engenheiro
CPF / Passaporte	404.841.220-53	404.840.330-34	481.718.320-91	011.327.848-91	077.518.888-30
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Coordenador do Comitê	Membro do Comitê
Data de eleição	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Conselheiro de Administração, Diretor Presidente, Membro do Comitê Executivo e Membro do Comitê de Riscos	Conselheiro Presidente, Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê Executivo, Membro do Comitê de Governança Corporativa e Membro do Comitê de Riscos	Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê Executivo e Membro do Comitê de Riscos	Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Governança Corporativa	Conselheiro de Administração e Membro do Comitê de Riscos
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outras informações	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não	Não	Não

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

CLAUDIO JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas à Diretoria.

AFFONSO CELSO PASTORE

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

FERNANDO FONTES IUNES

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

Comitê de Riscos

Membros do Comitê de Riscos			
Nome	André Bier Gerdau Johannpeter	Claudio Johannpeter	Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter
Data de nascimento	17/03/1963	25/08/1963	14/08/1971
Profissão	Administrador de empresas	Engenheiro	Advogado
CPF / Passaporte	404.841.220-53	404.840.330-34	481.718.320-91
Cargo eletivo ocupado	Membro do Comitê	Membro do Comitê	Membro do Comitê
Data de eleição	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Data de posse	03/05/2016	03/05/2016	03/05/2016
Prazo do mandato	1 ano	1 ano	1 ano
Outros cargos exercidos	Conselheiro de Administração, Diretor Presidente, Membro do Comitê Executivo e Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão	Conselheiro Presidente, Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê Executivo, Membro do Comitê de Governança Corporativa e Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão	Diretor Vice-Presidente, Membro do Comitê Executivo e Membro do Comitê de Remuneração e Sucessão
Eleito pelo Controlador	Sim	Sim	Sim
Membro independente	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Critério de independência	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Mandatos consecutivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Outras informações	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5	Vide informações no item 12.5
Condenação criminal (5 anos)	Não	Não	Não
Condenação CVM (5 anos)	Não	Não	Não
Suspensão ou Inabilitação (5 anos)	Não	Não	Não

ANDRÉ BIER GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

CLAUDIO JOHANNPETER

Vide informações relativas ao Conselho de Administração.

GUILHERME CHAGAS GERDAU JOHANNPETER

Vide informações relativas à Diretoria.

A Gerdau possui, ainda, alguns comitês não estatuários, inclusive de apoio ao Comitê Executivo Gerdau, exemplificativamente, o Comitê de Divulgação, composto por cinco membros, conforme previsto no Código da Abrasca.

12.8. EM RELAÇÃO A CADA UMA DAS PESSOAS QUE ATUARAM COMO MEMBRO DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS, BEM COMO DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, AINDA QUE TAIS COMITÊS OU ESTRUTURAS NÃO SEJAM ESTATUTÁRIOS.

Membros do Comitê Executivo	
Nome	**Participação em reuniões**
André Bier Gerdau Johannpeter	100%
Claudio Johannpeter	100%
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	94%
Francisco Deppermann Fortes	94%
Harley Lorentz Scardoelli	100%
Manoel Vitor de Mendonça Filho	100%
Peter J. Campo	Não se aplica

12.9. INFORMAR A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONJUGAL, UNIÃO ESTÁVEL OU PARENTESCO ATÉ O SEGUNDO GRAU ENTRE:

a) Administradores do emissor;

Administrador do emissor ou controlada					
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	Diretor Vice-Presidente	481.718.320-91	Gerdau S.A.	33.611.500/0001-19	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade
Pessoa Relacionada					
Richard Chagas Gerdau Johannpeter	Conselheiro de Administração	481.718.240-72	Gerdau S.A.	33.611.500/0001-19	
Observação					
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e Richard Chagas Gerdau Johannpeter são irmãos.					

B) Administradores do emissor e Administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor;

Administrador do emissor ou controlada					
Richard Chagas Gerdau Johannpeter	Conselheiro de Administração	481.718.240-72	Gerdau S.A.	33.611.500/0001-19	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa Relacionada					
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	Conselheiro de Administração	481.718.320-91	Seiva S.A. Florestas e Indústrias	87.043.832/0001-73	
Observação					
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e Richard Chagas Gerdau Johannpeter são irmãos.					

C) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e Controladores diretos ou indiretos do emissor;

Não se verifica tal relação.

D) Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Administrador do emissor ou controlada					
Richard Chagas Gerdau Johannpeter	Conselheiro de Administração	481.718.240-72	Gerdau S.A.	33.611.500/0001-19	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa Relacionada					
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter	Conselheiro de Administração e Diretor Vice-Presidente	481.718.320-91	Metalúrgica Gerdau S.A.	92.690.783/0001-09	
Observação					
Guilherme Chagas Gerdau Johannpeter e Richard Chagas Gerdau Johannpeter são irmãos.					

12.10. INFORMAR SOBRE RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OU CONTROLE MANTIDAS, NOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS, ENTRE ADMINISTRADORES DO EMISSOR E:

Exercício 2015

A. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

Não se verifica tal relação.

B. Controlador direto ou indireto do emissor:

Não se verifica tal relação.

C. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não se verifica tal relação.

Exercícios 2014 e 2013

A. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor:

Identificação	Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor				
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do Conselho de Administração	000.924.790-49	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada				
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Presidente do Conselho de Administração	87.043.832/0001-73		
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Germano Hugo Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.924.010-15	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada				
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Membro do Conselho de Administração	87.043.832/0001-73		
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Klaus Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.924.520-00	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada				
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Membro do Conselho de Administração	87.043.832/0001-73		
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.915.530-91	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada				
Seiva S.A. - Florestas e Indústrias	Membro do Conselho de Administração	87.043.832/0001-73		
Observação				

B. Controlador direto ou indireto do emissor:

Identificação	Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor				
Jorge Gerdau Johannpeter	Presidente do Conselho de Administração	000.924.790-49	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada				
Metalúrgica Gerdau S.A	Presidente do Conselho de Administração	92.690.783/0001-09		
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Germano Hugo Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.924.010-15	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada				
Metalúrgica Gerdau S.A	Vice-Presidente do Conselho de Administração	92.690.783/0001-09		
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Klaus Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.924.520-00	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada				
Metalúrgica Gerdau S.A	Vice-Presidente do Conselho de Administração	92.690.783/0001-09		
Observação				

Administrador do emissor ou controlada				
Frederico Carlos Gerdau Johannpeter	Vice-Presidente do Conselho de Administração	000.915.530-91	Controle	Controlador Indireto
Pessoa Relacionada				
Metalúrgica Gerdau S.A	Vice-Presidente do Conselho de Administração	92.690.783/0001-09		
Observação				

C. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não se verifica tal relação.

13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Proposta de remuneração dos administradores:

O custo da remuneração média individual do conjunto de administradores que percebem remuneração da Companhia não poderá ultrapassar, no período entre a Assembleia Geral Ordinária de 2016 e a Assembleia Geral Ordinária de 2017, o montante mensal de R$ 65.000,00, representando honorários mensais (componente fixo), bônus anuais (componente variável de curto prazo), Programa de Incentivo de Longo Prazo outorgado pela Companhia, encargos, benefícios e contribuições para seguridade social. O pagamento dos membros da Diretoria estatutária será feito em 12 parcelas mensais, mais uma 13ª parcela acrescida de 1/3 de seu valor. O pagamento dos membros do Conselho de Administração, por sua vez, será realizado em 12 parcelas mensais. Vale notar que o item 13.2 abaixo possui tabela com informações de natureza distinta, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média dos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que é realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado.

13.1. DESCREVER A POLÍTICA OU PRÁTICA DE REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E NÃO ESTATUTÁRIA, DO CONSELHO FISCAL, DOS COMITÊS ESTATUTÁRIOS E DOS COMITÊS DE AUDITORIA, DE RISCO, FINANCEIRO E DE REMUNERAÇÃO, ABORDANDO OS SEGUINTES ASPECTOS:

A. Objetivos da política ou prática de remuneração:

Os objetivos da política de remuneração dos executivos da Gerdau são: atrair e reter executivos de alto nível mediante práticas competitivas de remuneração; estimular a cultura de realização e superação de metas desafiadoras; alavancar resultados de curto e longo prazos de maneira consistente e sustentável. A Companhia acredita que executivos de alto nível trazem um diferencial competitivo que impacta positivamente o retorno dos negócios e consequentemente para os acionistas. A Companhia acredita, também, que a filosofia de remuneração relacionada com os resultados de curto e longo prazos mantém o alinhamento entre os interesses dos executivos e acionistas.

Os executivos que participam de Comitês, estatutários ou não, não recebem remuneração adicional por esta participação.

Com relação ao Conselho Fiscal, vale notar que sua remuneração é inteiramente composta por elemento fixo, correspondente a honorários mensais. Na fixação desses honorários, são obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os executivos que participam de Comitês, tais como, Remuneração e Sucessão, Governança Corporativa e de Risco, estatutários ou não, não recebem remuneração adicional por esta participação.

Com relação ao Conselho Consultivo, vale notar que sua remuneração é inteiramente composta por elemento fixo, correspondente a honorários mensais. Na fixação desses honorários, são obedecidas a política de remuneração, e obedecida a prática de mercado conforme item 13.1 B iii. Esclarece-se, os honorários fixos dos conselheiros consultivos fazem parte da composição da remuneração média individual do conjunto de administradores, porém não fazem parte da composição média de números de membros para compor a remuneração média individual.

B. Composição da remuneração, indicando:

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A remuneração dos membros da Diretoria está dividida em três componentes principais: uma parte fixa, que corresponde aos honorários mensais; e outras duas partes na forma de remuneração variável, correspondentes respectivamente aos incentivos de curto (pagos sob a forma de bônus) e de longo prazos (estruturado por meio das outorgas de opções de compra de ações e/ou ações restritas e/ou ações condicionadas a resultados e/ou ações diferidas e/ou uma combinação destas). Os Membros do Conselho de Administração recebem uma parte fixa, que corresponde aos honorários mensais e outra parte variável, correspondente ao incentivo de longo prazo.

Remuneração Fixa: A remuneração fixa está posicionada na mediana de mercado e o total em dinheiro (remuneração fixa mais incentivo de curto prazo - bônus) no 3º quartil de mercado.

Membros do Conselho de Administração, Diretores Estatutários recebem Honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado, e os membros do Conselho Fiscal recebem atendendo os limites do art. 162, §3º da lei 6.404.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus):

O incentivo de curto prazo da Diretoria é calculado com base nos resultados financeiros da Gerdau e da avaliação de desempenho individual. Conselheiros não são elegíveis a esta parcela.

Incentivo de Longo Prazo (opções de compra de ações e/ou ações restritas e/ou ações condicionadas a resultados e/ou ações diferidas e/ou uma combinação destas), todos os conselheiros e diretores recebem incentivo de longo prazo, baseado em ações da companhia, como forma de reforçar o alinhamento dos interesses deste grupo aos interesses dos acionistas. As características do incentivo de longo prazo estão detalhadas no item 13.4 deste Formulário de Referência.

Benefícios Diretos e Indiretos: Benefícios diretos e indiretos são compostos por automóvel de representação, seguro de vida e acidentes pessoais e plano de saúde, sendo este último custeado por utilização.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia patrocina um plano de contribuição definida para aposentadoria, com o objetivo de prover compensação pelos serviços prestados pelos executivos após o término de suas funções na Companhia. Atualmente, os membros da Diretoria, estatutária e não estatutária, são participantes de tal plano, cujas principais características estão descritas no item 13.10 deste Formulário de Referência.

Com relação ao Conselho Fiscal, vale notar que sua remuneração é inteiramente composta por elemento fixo, correspondente a honorários mensais. Na fixação desses honorários, são obedecidas as diretrizes da lei, que determina que a remuneração dos membros do Conselho Fiscal não pode ser inferior a 10% da remuneração média dos diretores, sem computar benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os executivos que participam de Comitês, estatutários ou não, não recebem remuneração adicional por esta participação.

ii. Qual a proporção de cada elemento na remuneração total

13.1 B ii - Proporção de cada elemento na remuneração total prevista para o exercício social corrente 2016

A - Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
	Conselheiros Acionistas	Conselheiros Independentes	CEO	Demais Diretores	
B - Nº de membros	6,00		6,00		5,00
C - Nº de membros remunerados	4,00		6,00		5,00
D - Remuneração					
D i - Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	83,33%	64,10%	15,76%	24,07%	83,33%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	1,18%	1,81%	0,00%
Participações em comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	16,67%	12,82%	4,41%	6,74%	16,67%
D ii - Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	28,38%	30,34%	0,00%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	3,85%	16,56%	13,75%	0,00%
D iii - Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	2,96%	4,51%	0,00%
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
D v - Remuneração baseada em ações	0,00%	19,23%	30,75%	18,78%	0,00%
E - Valor, por orgão, da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
F - Total Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota 1: A proporção de cada elemento da remuneração não corresponde, necessariamente, aos valores reconhecidos em 2015 que a Gerdau SA praticou isoladamente. Estes valores percentuais representa a política de remuneração do Grupo Gerdau como um todo, abrangendo controladas e controladora.

Nota 2: Os valores percentuais representados pela remuneração baseada em ações são uma estimativa, uma vez que não se pode determinar com precisão o valor futuro da ação. Os valores percentuais representam a política de Incentivo de Longo Prazo do Grupo Gerdau como um todo, abrangendo controladas e contraladora.

Nota 3: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, é considerada apenas em Diretoria Estatutária, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

13.1 B ii - Proporção de cada elemento na remuneração total em 2015

A - Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
	Conselheiros Acionistas	Conselheiros Independentes	CEO	Demais Diretores	
B - Nº de membros	6,67		6,83		4,33
C - Nº de membros remunerados	4,67		6,83		4,33
D - Remuneração					
D i - Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	83,33%	64,10%	15,76%	24,07%	83,33%
Benefícios diretos e indiretos	0,00%	0,00%	1,18%	1,81%	0,00%
Participações em comitês	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	16,67%	12,82%	4,41%	6,74%	16,67%
D ii - Remuneração Variável					
Bônus	0,00%	0,00%	28,38%	30,34%	0,00%
Participação de resultados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Participação em reuniões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Comissões	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Outros	0,00%	3,85%	16,56%	13,75%	0,00%
D iii - Benefícios pós-emprego	0,00%	0,00%	2,96%	4,51%	0,00%
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
D v - Remuneração baseada em ações	0,00%	19,23%	30,75%	18,78%	0,00%
E - Valor, por orgão, da remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
F - Total Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota 1: A proporção de cada elemento da remuneração não corresponde, necessariamente, aos valores reconhecidos em 2015 que a Gerdau SA praticou isoladamente. Estes valores percentuais representa a política de remuneração do Grupo Gerdau como um todo, abrangendo controladas e controladora.

Nota 2: Os valores percentuais representados pela remuneração baseada em ações são uma estimativa, uma vez que não se pode determinar com precisão o valor futuro da ação. Os valores percentuais representam a política de Incentivo de Longo Prazo do Grupo Gerdau como um todo, abrangendo controladas e contraladora.

Nota 3: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, é considerada apenas em Diretoria Estatutária, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 5: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 7: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 9: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

13.1 B ii - Proporção de cada elemento na remuneração total - 2014

A - Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
	Conselheiros Acionistas	Conselheiros Independentes	CEO e COO	Demais Diretores	
B - Nº de membros	9,00		7,67		3,00
C - Nº de membros remunerados	7,00		7,67		3,00
D - Remuneração					
D i - Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	30,00%	50,00%	25,00%	40,00%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	NA	NA	NA	NA	NA
Participações em comitês	NA	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA	NA	NA
D ii - Remuneração Variável					
Bônus	40,00%	NA	45,00%	45,00%	NA
Participação de resultados	NA	NA	NA	NA	NA
Participação em reuniões	NA	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA	NA	NA
D iii - Benefícios pós-emprego	NA	NA	NA	NA	NA
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	NA	NA	NA	NA	NA
D v - Remuneração baseada em ações	30,00%	50,00%	30,00%	15,00%	NA
E - Valor, por orgão, da remuneração					
F - Total Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota 1: A proporção de cada elemento da remuneração não corresponde, necessariamente, aos valores que a Gerdau S.A. praticou isoladamente, uma vez que representa a política de remuneração do Grupo Gerdau como um todo, incluindo empresas controladas.

Nota 2: Os valores percentuais representados pelos benefícios diretos e indiretos, bem como pelos benefícios pós emprego, são pouco relevantes perante o valor da remuneração total dos administradores, não chegando a 1% de sua remuneração, razão pela qual não estão expressos na tabela. (Campo preenchido como NA).

13.1 B ii - Proporção de cada elemento na remuneração total - 2013

A - Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
	Conselheiros Acionistas	Conselheiros Independentes	CEO e COO	Demais Diretores	
B - Nº de membros	9,00		6,42		3,00
C - Nº de membros remunerados	7,00		6,42		3,00
D - Remuneração					
D i - Remuneração Fixa Anual					
Salário ou pró-labore	28,00%	45,00%	25,00%	40,00%	100,00%
Benefícios diretos e indiretos	NA	NA	NA	NA	NA
Participações em comitês	NA	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA	NA	NA
D ii - Remuneração Variável					
Bônus	38,00%	NA	45,00%	45,00%	NA
Participação de resultados	NA	NA	NA	NA	NA
Participação em reuniões	NA	NA	NA	NA	NA
Comissões	NA	NA	NA	NA	NA
Outros	NA	NA	NA	NA	NA
D iii - Benefícios pós-emprego	NA	NA	NA	NA	NA
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	NA	NA	NA	NA	NA
D v - Remuneração baseada em ações	34,00%	55,00%	30,00%	15,00%	NA
E - Valor, por orgão, da remuneração					
F - Total Remuneração	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Nota 1: A proporção de cada elemento da remuneração não corresponde, necessariamente, aos valores que a Gerdau S.A. praticou isoladamente, uma vez que representa a política de remuneração do Grupo Gerdau como um todo, incluindo empresas controladas.

Nota 2: Os valores percentuais representados pelos benefícios diretos e indiretos, bem como pelos benefícios pós emprego, são pouco relevantes perante o valor da remuneração total dos administradores, não chegando a 1% de sua remuneração, razão pela qual não estão expressos na tabela. (Campo preenchido como NA).

A política de remuneração dos Administradores da Gerdau S.A. está inserida na política de remuneração da Gerdau como um todo, abrangendo sociedades controladas e coligadas. O efetivo pagamento das parcelas de remuneração é estabelecido a partir dos limites aprovados em Assembleia Geral da Companhia e de acordo com as condições de pagamento construídas durante o exercício. As proporções de remuneração acima indicadas, portanto, fazem sentido apenas quando se considera o

total de remuneração dos administradores da Companhia, pago em conjunto pela Gerdau, isto é, pela Companhia, suas coligadas e controladas.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa representada pelos honorários mensais é determinada pela prática de mercado na mediana. O critério de reajuste da remuneração fixa dos integrantes do Conselho e da Diretoria é determinado por esta prática de mercado e/ou índices conjunturais (INPC).

A política de remuneração da Gerdau tem como alvo, com relação à remuneração total em dinheiro (honorários fixos mais bônus), praticar valores semelhantes aos que o mercado pratica como Terceiro Quartil.

A distribuição percentual do total em dinheiro entre remuneração fixa e remuneração variável por bônus também é determinada pela prática de mercado.

A parcela de remuneração ligada ao desempenho das ações da Companhia está ligada ao valor das ações da Companhia no mercado, além do desempenho dos negócios e dos administradores, individualmente.

Todos os elementos da remuneração de Conselheiros e Diretores, bem como as políticas que os determinam, são propostos e gerenciados pela área de Recursos Humanos da Companhia e são submetidos à aprovação do Conselho de Administração através do Comitê de Remuneração e Sucessão. A área de Recursos Humanos apoia-se em consultoria de remuneração especializada e de atuação global, tanto para definir o valor relativo das posições (avaliação do cargo) quanto para buscar valores de referência de mercado. O mercado que define os valores de referência é composto de companhias brasileiras de porte semelhante à da Gerdau, com atuação nacional ou global e por companhias de outros países, também com porte semelhante ao da Gerdau, atuantes na atividade siderúrgica e correlatas, ou ainda, concorrentes potenciais pelos mesmos profissionais.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Esta composição equilibra o foco no curto, médio e longo prazos. Ao mesmo tempo que a remuneração fixa busca seguir as práticas de mercado, o peso relativo dos incentivos de curto e longo prazo visa estimular a geração de resultados sustentáveis. Boa parte dos ganhos está vinculada à entrega de resultados e à valorização da Companhia, alinhando os interesses dos administradores aos dos acionistas. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado também visa atrair e reter os profissionais desejados pela organização.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária. Qualquer outra situação, fora essa, não existe membros não remunerados.

C. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido por sistema de avaliação de cargos amplamente reconhecido e os referenciais de mercado.

O incentivo de curto prazo (bônus) é determinado pela geração de caixa (EBITDA), Lucro Líquido e pelo resultado da avaliação de desempenho individual, que leva em consideração as metas individualmente traçadas de acordo com as responsabilidades e atribuições de cada executivo bem como a forma como são alcançadas.

Até o exercício social de 2009, o incentivo de longo prazo esteve estritamente vinculado à valorização das ações (opções de compra de ações). A partir do exercício de 2010, conforme as alterações no Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2010, parte das Opções de Ações passaram a estar vinculadas também, além da valorização das ações, ao Retorno sobre o Capital Empregado e ao desempenho individual. Em 19 de setembro de 2013, foram aprovadas novas alterações no Plano que tiveram por principal objetivo introduzir a possibilidade de outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados" e "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações". Maiores detalhes sobre o Plano atual constam no item 13.4 deste relatório.

D. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

No ciclo anual do planejamento estratégico são definidas as metas e desafios para os anos subsequentes que, por sua vez, são desdobrados por toda a organização sob forma de metas financeiras das operações de negócios, das unidades e individuais. As metas são desafiadoras e estimulam a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A remuneração está estruturada de tal forma que parte significativa é composta de parcela variável, cujo pagamento está vinculado a geração de EBITDA e Lucro Líquido e à realização das metas e dos desafios.

E. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

Conforme descrito nos subitens acima, a remuneração é composta de forma a equilibrar os incentivos de curto, médio e longo prazos. No curto prazo, a remuneração fixa em linha com as melhores práticas do mercado deve ser suficiente para propiciar a retenção de talentos no curto prazo. No que se refere à atuação para a geração de valor no curto e no médio prazo, o bônus é estruturado de maneira a refletir os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos executivos (EBITDA, Lucro Líquido, mercado competidor), assim buscando alinhar a atuação dos administradores com os objetivos e metas globais da Companhia. No longo prazo, busca-se o alinhamento por meio da estruturação de outorgas de opções de compra de ações e/ou ações restritas e/ou ações condicionadas a resultados e/ou ações diferidas e/ou uma combinação destas, que podem se refletir em ganhos de longo prazo, conforme as ações se valorizem no mercado, destacando-se, também, que parte das outorgas tem seu exercício condicionado ao atendimento de metas de performance estabelecidas pelo Comitê Executivo, atualmente atreladas ao ROCE e/ou ao desempenho individual.

F. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Conforme esclarecido no item 13.1.b.ii acima, os administradores da Companhia, de forma geral, atuam como administradores de outras sociedades da Gerdau, buscando obter as sinergias de sua atuação em prol do resultado da Companhia como um todo. Assim, sua remuneração é paga de forma distribuída entre as sociedades que compõem Companhia. Desta forma, parte da remuneração dos administradores é suportada por sociedades controladoras e controladas pela Companhia, conforme descrito e discriminado em maiores detalhes no item 13.15 deste Formulário de Referência.

G. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário. Vale notar, no entanto, que caso haja mudança no controle acionário da Companhia, as opções de compra de ações ou ações outorgadas aos executivos há mais de 12 meses tornar-se-ão automaticamente exercíveis, ainda que seus correspondentes prazos de carência não tenham transcorrido por completo, observados as proporcionalidades decorrentes dos resultados alcançados

quando determinada outorga estiver atrelada a desempenho. Para maiores informações, vide item 13.4 deste Formulário de Referência.

13.2. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Remuneração total prevista para o exercício social corrente 2016 - Valores Anuais Controladora

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	6,00	6,00	5,00	17,00
C - Nº de membros remunerados	4,00	6,00	5,00	15,00
D - Remuneração				
D i - Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.615.104,00	192.991,11	684.684,00	2.492.779,11
Benefícios diretos e indiretos	-	8.000,00	-	8.000,00
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	323.020,80	54.037,51	136.936,80	513.995,11
D ii - Remuneração Variável				
Bônus	-	217.612,00	-	217.612,00
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	90.681,31	60.931,36	-	151.612,67
D iii - Benefícios pós-emprego	26.003,46	-	-	26.003,46
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
D v - Remuneração baseada em ações	540.783,67	1.140.915,93	-	1.681.699,60
E - Valor, por orgão, da remuneração	2.595.593,24	1.674.487,91	821.620,80	5.091.701,95
F - Total Remuneração	2.595.593,24	1.674.487,91	821.620,80	5.091.701,95

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; e (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado.

Nota 4: Os honorários fixos, variáveis e demais elementos são pagos de forma distribuida entre as sociedades que compõem a Companhia. Desta forma parte do honorário e ou custo de honorários é suportada por sociedades controladoras e parte controladas pela Companhia. Os honorários apresentados neste quadro, refletem a remuneração paga pela Gerdau S.A.

Nota 5: Conforme determinado no Ofício nº 146/2015/CVM/SEP/GEA-2, incluímos neste quadro no item "Outros" os valores percentuais relativos aos encargos sociais, que embora não sejam remuneração, compõe o custo total.

Remuneração total reconhecida no exercício Social corrente em 31/12/2015 - Valores Anuais Controladora

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	6,67	6,83	4,33	17,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	6,83	4,33	15,83
D - Remuneração				
D i - Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.159.800,50	390.310,00	595.440,00	2.145.550,50
Benefícios diretos e indiretos	-	20.160,69	-	20.160,69
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	231.960,10	109.286,80	119.088,00	460.334,90
D ii - Remuneração Variável				
Bônus	1.961.117,50	-	-	1.961.117,50
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	677.273,03	-	-	677.273,03
D iii - Benefícios pós-emprego	25.071,65	1.232,26	-	26.303,91
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
D v - Remuneração baseada em ações	914.058,14	1.573.382,80	-	2.487.440,93
E - Valor, por orgão, da remuneração	4.969.280,92	2.094.372,55	714.528,00	7.778.181,46
F - Total Remuneração	4.969.280,92	2.094.372,55	714.528,00	7.778.181,46

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; e (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado.

Nota 4: Os honorários fixos, variáveis e demais elementos são pagos de forma distribuida entre as sociedades que compõem a Companhia. Desta forma parte do honorário e ou custo de honorários é suportada por sociedades controladoras e parte controladas pela Companhia. Os honorários apresentados neste quadro, refletem a remuneração paga pela Gerdau S.A.

Nota 5: Conforme determinado no Ofício nº 146/2015/CVM/SEP/GEA-2, incluímos neste quadro no item "Outros" os valores percentuais relativos aos encargos sociais, que embora não sejam remuneração, compõe o custo total.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 7: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 8: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 9: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 10: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Remuneração total reconhecida no exercício Social corrente em 31/12/2014 - Valores Anuais Controladora

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	7,67	3,00	19,67
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,67	3,00	17,67
D - Remuneração				
D i - Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.753.310,00	342.155,00	424.000,00	2.519.465,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
D ii - Remuneração Variável				
Bônus	2.846.380,37	-	-	2.846.380,37
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
D iii - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
D v - Remuneração baseada em ações	4.602.361,88	4.985.892,03	-	9.588.253,91
E - Valor, por orgão, da remuneração	9.202.052,25	5.328.047,03	424.000,00	14.954.099,28
F - Total Remuneração	9.202.052,25	5.328.047,03	424.000,00	14.954.099,29

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; e (ii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Incentivo de Longo Prazo descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Nota 4: Os honorários fixos e variáveis são pagos de forma distribuida entre as sociedades que compõem a Compnhia. Desta forma parte dos honorários é suportada por sociedades controladoras e controladas pela Companhia.

Remuneração total reconhecida no exercício Social corrente em 31/12/2013 - Valores Anuais Controladora

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	6,42	3,00	18,42
C - Nº de membros remunerados	7,00	6,42	3,00	16,42
D - Remuneração				
D i - Remuneração Fixa Anual				
Salário ou pró-labore	1.646.550,00	260.606,00	400.000,00	2.307.156,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-
Participações em comitês	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
D ii - Remuneração Variável				
Bônus	2.000.218,90	-	-	2.000.218,90
Participação de resultados	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
D iii - Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	-	-	-	-
D v - Remuneração baseada em ações	7.700.517,04	1.802.906,00	-	9.503.423,04
E - Valor, por orgão, da remuneração	11.347.285,94	2.063.512,00	400.000,00	13.810.797,94
F - Total Remuneração	11.347.285,94	2.063.512,00	400.000,00	13.810.797,94

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Os valores demonstrados neste quadro se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1 acima, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média aos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; e (ii) o limite estabelecido em Assembleia Geral Ordinária inclui apenas os honorários mensais (componente fixo) e bônus (componente variável de curto prazo), enquanto que os valores demonstrados no quadro 13.2, por outro lado, considera ainda a remuneração baseada em ações, decorrente do Plano de Opção de Compra de Ações descrito no item 13.4 e também aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral.

Nota 4: Os honorários fixos e variáveis apresentados neste quadro, refletem a remuneração paga pela Gerdau S. A.

13.3. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DO CONSELHO FISCAL, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2016.

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	6,00	6,00	5,00	17,00
C - Nº de membros remunerados	0,00	6,00	0,00	6,00
D - Bônus				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	217.612,00	0,00	217.612,00
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	217.612,00	0,00	217.612,00
D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	217.612,00	0,00	217.612,00
E - Participação nos resultados				
E i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
E iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Remuneração variável reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2015.

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	1,67	4,00	4,33	10,00
C - Nº de membros remunerados	1,67	0,00	0,00	1,67
D - Bônus				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	1.961.117,50	0,00	0,00	1.961.117,50
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.961.117,50	0,00	0,00	1.961.117,50
*D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado**	1.961.117,50	0,00	0,00	1.961.117,50
E - Participação nos resultados				
E i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
E iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 4: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 5: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 6: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 7: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Remuneração variável reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2014.

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	7,67	3,00	5,00
C - Nº de membros remunerados	5,00	0,00	0,00	5,00
D - Bônus				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.846.380,37	0,00	0,00	2.846.380,37
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.846.380,37	0,00	0,00	2.846.380,37
*D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado**	2.846.380,37	0,00	0,00	2.846.380,37
E - Participação nos resultados				
E i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
E iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: Os integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros especificado neste quadro representa o número de executivos elegíveis à remuneração variável por bônus e não o número de membros que constituem o órgão. O número de membros que constituem o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, previsto para 2014, é de 9, 7 e 3, respectivamente, especificado conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010.

Nota 3: O bônus dos Conselheiros e Diretores da Companhia é pago em sua maior parte ou totalidade por suas controladas, conforme demonstrado no item 13.15 deste formulário de referência.

Remuneração variável reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2013.

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	6,42	3,00	7,00
C - Nº de membros remunerados	5,00	0,00	0,00	5,00
D - Bônus				
D i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
D ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.000.218,90	0,00	0,00	2.000.218,90
D iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.000.218,90	0,00	0,00	2.000.218,90
*D iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado**	2.000.218,90	0,00	0,00	2.000.218,90
E - Participação nos resultados				
E i - Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E ii - Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
E iii - Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
E iv - Valor efetivamente reconhecido no resultado	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 1: Os integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros especificado neste quadro representa o número de executivos elegíveis à remuneração variável por bônus e não o número de membros que constituem o órgão. O número de membros que constituem o Conselho de Administração, a Diretoria Estatutária e o Conselho Fiscal, previsto para 2013, é de 9, 6,42 e 3, respectivamente, especificado conforme Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010.

Nota 3: O bônus dos Conselheiros e Diretores da Companhia é pago em sua maior parte ou totalidade por suas controladas, conforme demonstrado no item 13.15 deste formulário de referência.

13.4. EM RELAÇÃO AO PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADO EM AÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, EM VIGOR NO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL E PREVISTO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DESCREVER:

A. Termos e condições gerais:

A Companhia conta com um Plano de Incentivo de Longo Prazo, baseado em Ações Preferenciais da Companhia, pelo qual são elegíveis os administradores e empregados de alto nível da Companhia e de suas controladas (os Beneficiários). Atualmente, 419 pessoas detêm de ações restritas, ações condicionadas a resultados, e opções de compra de ações da Companhia, sendo 10 delas administradores.

O Plano de Opções foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, tendo sofrido alguns ajustes de redação e alterações em Assembleias Gerais posteriores. Atualmente, encontra-se em vigor a versão do Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2013, quando foram aprovadas alterações que tiveram por principal objetivo introduzir a possibilidade de outorgar “Ações Restritas”, “Ações Condicionadas a Resultados” e “Ações Diferidas”, além das “Opções de Ações”, preservando, porém, os princípios e objetivos do Plano. Nesta mesma ocasião, foi facultado aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de cálculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações e Ações Restritas. O cálculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018.

O Comitê de Remuneração e Sucessão é responsável por administrar o Plano, com amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano de Incentivo de Longo Prazo e as diretrizes do Conselho de Administração, tendo competência para indicar as pessoas que farão jus à outorga e para administrar as condições aplicáveis à estas.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê outorgas anuais, podendo ser sob a forma de “Ações Restritas”, Ações Condicionadas a Resultados”, Ações Diferidas”, “Opções de Ações” ou uma combinação entre estes. A combinação destes mecanismos permite balancear o Incentivo de Longo Prazo de tal forma que parte represente um mecanismo de retenção (“Ações Restritas e Diferidas”), parte represente um mecanismo alavancador de resultados e crescimento sustentável (“Ações Condicionadas a Resultados”), atualmente ROCE - retorno sobre o capital empregado e, ainda, as “Opções de Ações”.

No caso específico das Unidades da América do Norte, o Plano é lastreado em ADRs (American Depositary Receipts) de emissão da Companhia. Nos países onde não há ações da emissão da Companhia negociadas na bolsa de valores local, usam-se como referência as ações negociadas na Bolsa de valores de São Paulo. Os Diretores estatutários e Conselheiros da Companhia não recebem ILP nestes países.

O preço de exercício e/ou de referência para o cálculo da quantidade de ações outorgadas é determinado pelo valor médio observado no período compreendido pelos últimos 5 pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente.

As métricas de desempenho das “ Opções de Ações” e/ ou “Ações Condicionadas a Resultados” são medidas de acordo com o ano fiscal, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

B. Principais objetivos do plano:

Os principais objetivos do Plano são atrair, reter e motivar executivos estratégicos da Companhia e suas sociedades controladas e coligadas, direta ou indiretamente através de um sistema

de incentivo realizável em longo prazo baseado em ações da Companhia que estimule a sua permanência na empresa, que compartilhe crescimento e sucesso empresarial e alinhe os interesses da Companhia e de seus acionistas.

C. Forma como o plano contribui para esses objetivos:

Ao possibilitar que os executivos se tornem acionistas da Companhia, após o cumprimento de condições de longo prazo, alinhadas aos interesses dos acionistas e da Companhia, cria-se um ambiente favorável a um maior comprometimento com a geração de valor e a permanência de executivos nos quadros da Companhia.

Vale ressaltar, ainda, que o Plano permite a outorga de ações ou opções vinculadas a uma combinação de: cumprimento carência, da realização de ganhos na medida em que haja valorização das ações e da vinculação destas aos resultados futuros, constituindo, portanto, um forte mecanismo de retenção, de foco em crescimento, de foco na valorização da empresa e na realização consistente de resultados.

D. Como o plano se insere na política de remuneração do emissor:

Este Plano não se caracteriza em todas as suas componentes, como remuneração, dado que há a possibilidade de outorgar Opções de ações, portanto parecendo mais adequado como "INCENTIVO DE LONGO PRAZO" a estimular a geração de valor para a Companhia, de forma sustentável e, assim sendo, permitindo aos executivos elegíveis se tornarem acionistas da Companhia e, nesta condição, poderem auferir ganhos futuros importantes. Tal PLANO, aliado aos componentes de remuneração fixa e variável de curto prazo, equilibra as possibilidades de ganhos dos executivos, atrelados ao desempenho da Companhia de curto, médio e longo prazo, seja pelo ganho decorrente da valorização das ações, seja pela possibilidade de exercício das opções de forma condicionada ao atendimento de métricas financeiras e individuais que exercem impacto sobre o valor das ações. Desta forma, a Companhia estimula os executivos a desempenhar de forma a criar valor para os acionistas.

E. Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo:

O Plano vislumbra o alinhamento de interesses dos executivos, Companhia e Acionistas no horizonte de tempo que vai do médio ao longo prazo, especialmente ao condicionar as ações e/ou opções ao alcance de resultados futuros e/ou ao cumprimento de um prazo. Assim, os ganhos para as partes estão fortemente vinculados à entrega consistente de resultados e à valorização da Companhia ao longo do tempo. Adicionalmente, a possibilidade de se tornar acionista atrai e retém os executivos desejados pela Companhia, contribuindo positivamente para a perenidade dos negócios.

F. Número máximo de ações abrangidas:

O Plano não prevê um limite específico de ações ou opções a serem outorgadas. No entanto, a outorga de ações ou opções deve observar os limites estabelecidos no item "g" abaixo.

G. Número máximo de opções a serem outorgadas:

O Plano não prevê um limite específico de ações ou opções a serem outorgadas, mas estabelece parâmetros de observância para outorga de ações ou opções, que variam entre 10 e 200% do salário base anual do executivo, dependendo do nível hierárquico e localidade. Os parâmetros podem sofrer ajustes para manter a competitividade em relação ao mercado. Além disso, será reservado um adicional de 20% das ações outorgadas a cada ano, para que possam ser distribuídas pelo Comitê Executivo a executivos considerados estratégicos, de forma individual.

A remuneração baseada em ações não está contida na Resolução nº 179/2012 – AGO. Esta se refere apenas à remuneração fixa e variável de curto prazo ou bônus.

H. Condições de aquisição de ações:

As ações necessárias para fazer frente ao Plano são compradas no mercado e retidas em tesouraria pela Companhia. Alternativamente, a Companhia poderá decidir por emitir ações especificas para lastrear o Plano, prática que ainda não foi adotada desde sua implantação.

As “Opções de Ações” devem ser adquiridas pelos executivos pelo preço de exercício descrito no item “i” abaixo, sendo que cada opção dá direito à aquisição de uma ação preferencial. A principal condição, mas não limitada a, para aquisição do direito às opções de compra de ações é a observância do prazo de carência.

As “Ações Restritas” serão entregues aos executivos uma vez superadas as restrições estabelecidas. A principal condição, mas não limitada a, para aquisição do direito às ações restritas é a observância do prazo de carência.

As “Ações Condicionadas a Resultados” serão entregues aos executivos proporcionalmente ao alcance das referidas metas de desempenho. A principal condição, mas não limitada a, para aquisição do direito às ações condicionadas a resultados é o cumprimento de metas de desempenho de longo prazo pré-estabelecidas.

As “Ações Diferidas” serão entregues aos executivos uma vez superadas as restrições de diferimento estabelecidas. A principal condição, mas não limitada a, para aquisição do direito às ações diferidas é a observância do prazo de carência.

I. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício:

O preço de exercício das opções de compra de ações será determinado: (i) pelo preço médio da cotação das ações em 10 (dez) pregões consecutivos, considerando-se neste cálculo os últimos cinco pregões do ano anterior e os cinco primeiros pregões do ano da respectiva outorga; (ii) ou em data posterior à Reunião do Comitê de Remuneração e Sucessão caso seja um requisito legal da respectiva localidade. Este mesmo critério servirá de base para calcular as quantidades de ações restritas, diferidas ou condicionadas a resultados a serem outorgadas.

J. Critérios para fixação do prazo de exercício:

As “Opções de Ações” apenas poderão ser exercidas total ou parcialmente, depois de transcorrido o prazo de carência, atualmente em 5 (cinco) anos, e em até 10 (dez) anos da data da outorga.

As “Ações Restritas” poderão ser exercidas depois de transcorrido o prazo de carência atualmente gradual, à razão de 20% ao ano, a partir da data da outorga.

As “Ações Condicionadas a Resultados” apenas poderão ser exercidas depois de transcorrido o prazo de carência, atualmente em 5 (cinco) anos, desde que as metas tenham sido alcançadas nos limites estabelecidos.

As “Ações Diferidas” poderão ser exercidas depois de transcorrido o prazo de diferimento estabelecidas na data da outorga.

Os prazos aplicáveis serão alterados em caso de desligamento, aposentadoria, invalidez ou falecimento do Beneficiário, conforme detalhado no item “n" abaixo.

K. Forma de liquidação:

As opções de compra de ações poderão ser liquidadas mediante solicitação expressa do executivo. Como regra, o Plano de Opções prevê que a Companhia possa entregar ações mantidas

em tesouraria ou ainda emitir novas ações especificamente para fazer frente ao exercício de opções. Na prática, a Companhia tem optado, desde a adoção do Plano de Opções, em 2003, por utilizar ações em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções.

O Plano de Opções prevê que o preço de exercício das opções deve ser pago à vista pelo executivo, em moeda corrente nacional, salvo decisão em contrário do Comitê de Remuneração e Sucessão.

As ações restritas, as condicionadas a resultados e as diferidas serão entregues aos executivos, respectivamente, uma vez superadas as restrições, na proporção do alcance das metas e mediante a superação das condições de diferimento.

L. Restrições à transferência das ações:

A única restrição prevista à transferência das ações adquiridas em virtude do exercício das opções é o direito de preferência da Companhia para adquirir, ao preço de mercado na data da compra, as ações que o Beneficiário manifeste ter a intenção de vender.

M. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano:

O Plano foi aprovado por decisão da Assembléia Geral de Acionistas da Companhia que também tem a competência para extingui-lo ou alterá-lo. Além disso, o Conselho de Administração tem competência para extinguir o Plano de Opções ou alterá-lo, se necessário, para adequar política de remuneração da Companhia e dos objetivos nela previstos. No caso de término ou alteração do Plano, os executivos serão informados com 30 dias de antecedência, sendo certo que os direitos a eles já conferidos não serão afetados.

Além disto, caso haja mudança no controle acionário da Companhia, as outorgas não atreladas a metas de desempenho atribuídas aos executivos há mais de 12 meses da data da alteração estatutária, serão consideradas liberadas para o exercício, ainda que o executivo não tenha alcançado às condições necessárias para exercer as outorgas descritas no Plano. Aquelas que forem atreladas às metas de desempenho e atribuídas aos executivos há mais de 12 (doze) meses contados da data de assinatura da referida alteração estatutária, poderão ser exercidas pelo executivo, ainda que não tenham sido alcançadas as condições necessárias para exercer as referidas outorgas, porém proporcionalmente aos resultados alcançados até aquela data. Para os fins desse item, considerar-se-á para fins de mensuração das metas de desempenho o resultado médio obtido nos referidos períodos.

N. Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações:

No caso de demissão por iniciativa da Companhia ou de uma de suas sociedades controladas ou coligadas, sem justa causa, ou ainda, por iniciativa do executivo, o mesmo, a critério da Companhia ou por uma de suas sociedades controladas ou coligadas, terá o menor prazo entre 6 (seis) meses da data do término do contrato de trabalho ou da data de expiração das opções de ações para exercer aquelas sobre as quais já tenha adquirido o direito de exercício ou para receber em dinheiro o valor correspondente a valorização das respectivas opções de ações com base no valor justo de mercado. Todas as opções de ações, assim como quaisquer outras outorgas concedidas ao executivo, em quaisquer das modalidades previstas no Plano, que ainda não tiverem cumprido os requisitos para tornarem-se exercíveis ou superadas as respectivas restrições, expirarão e serão automaticamente e imediatamente canceladas.

No caso de demissão por iniciativa da Companhia, por justa causa, o executivo perderá o direito de receber todas as opções de ações, assim como quaisquer outras outorgas concedidas a ele, em quaisquer das modalidades previstas no Plano, independentemente de terem ou não cumprido os

requisitos para tornarem-se exercíveis ou superadas as respectivas restrições, e estas expirarão e serão automaticamente e imediatamente canceladas.

O Comitê poderá determinar que as outorgas até então concedidas ao executivo não sejam impactadas em decorrência da transferência de seu contrato de trabalho dentro ou entre a Companhia ou uma de suas sociedades controladas ou coligadas, mediante ou não a ocorrência de rescisão contratual na origem seguido de contratação no destino. As outorgas concedidas ao executivo nesta condição poderão ser mantidas na empresa onde originalmente as outorgas foram concedidas ou transferidas para a nova empresa contratante daquele executivo, podendo ser a própria Companhia ou uma de suas sociedades controladas ou coligadas.

No caso de rescisão do contrato de trabalho entre o executivo e a empresa empregadora, por qualquer razão, exceto no caso de demissão por justa causa, nas Localidades onde não houver ações da Companhia ou “American Depositary Receipts” (ADRs) negociadas na bolsa local, será pago, ao executivo, no ato da rescisão e em dinheiro, o valor correspondente a todas as opções de ações, assim como quaisquer outras outorgas concedidas ao executivo, em quaisquer das modalidades previstas no Plano que tiverem cumprido os requisitos para tornarem-se exercíveis ou cumprido as metas de desempenho ou superadas as respectivas restrições conforme previstos no Plano, utilizando-se como base o valor justo de mercado na data da rescisão.

Todas as opções de ações, assim como quaisquer outras outorgas concedidas ao executivo, em quaisquer das modalidades previstas no Plano, que ainda não tiverem cumprido os requisitos para tornarem-se exercíveis ou que não tiverem suas restrições, condições vinculadas ao resultado da Companhia ou suas sociedades controladas ou coligadas, ou condições de diferimento integralmente superadas, as respectivas outorgas expirarão e serão automaticamente e imediatamente canceladas.

Sujeito aos termos e condições da outorga, se um executivo se aposentar ou se tornar incapaz, ambas situações seguidas do término de seu contrato de trabalho, ou ainda, no caso de termino de mandato ou de falecimento (Nota 1):

O executivo obterá o direito ao exercício das opções de ações não atreladas a metas de desempenho a ele outorgada até aquela data, inclusive aquelas que já tenham sido outorgadas ao executivo, mas que ele ainda não tenha adquirido o direito de exercício; liquidando-se a posição do executivo no Plano. O executivo deverá, obrigatoriamente, no menor prazo entre 2 (dois) anos da data do término do contrato de trabalho ou da data de expiração das opções de ações, exercer as opções de ações e adquirir as ações ofertadas ou receber em dinheiro o valor correspondente a valorização das respectivas opções de ações com base no valor justo de mercado na data rescisão ou em uma data posterior que possa ser fixada pelo Comitê, a seu único critério, liquidando a posição do executivo no Plano.

O executivo obterá o direito ao exercício das ações restritas e/ou ações diferidas não atreladas a metas de desempenho a ele outorgadas até aquela data, inclusive aquelas que já tenham sido outorgadas ao executivo, mas que ele ainda não tenha adquirido o direito de exercício. O executivo deverá receber a totalidade das ações correspondentes a que tem direito ou o pagamento em dinheiro em valor equivalente ao número das referidas ações, multiplicado pelo valor justo de mercado na rescisão ou em uma data posterior que possa ser fixada pelo Comitê, a seu único critério, liquidando a posição do executivo no Plano.

O executivo obterá o direito ao exercício das ações condicionadas a resultados, mesmo daquelas que já tenham sido outorgadas ao executivo, ainda que não tiverem sido superados os requisitos para que as ações condicionadas a resultados tornem-se exercíveis.

O executivo poderá adquirir a quantidade de ações condicionadas a resultados proporcional ao número de meses de cada período entre a data da outorga das ações condicionadas a resultados o último dia útil do mês em que ocorrer a rescisão do contrato de trabalho, dividido pelo número total de

meses de vigência das ações condicionadas a resultados outorgadas. Para fins de mensuração das metas de desempenho, considerar-se-á o resultado médio obtido nos referidos períodos.

O executivo deverá receber a totalidade das ações correspondentes a que tem direito ou o pagamento em dinheiro em valor equivalente ao número das referidas ações, multiplicado pelo valor justo de mercado na rescisão ou em uma data posterior que possa ser fixada pelo Comitê, a seu único critério, liquidando a posição do executivo no Plano.

Nota 1: Na hipótese de falecimento do executivo, seus sucessores terão os mesmos direitos do executivo, segundo os critérios previstos supra.

13.5. EM RELAÇÃO À REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES RECONHECIDA NO RESULTADO DOS 3 ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS E À PREVISTA PARA O EXERCÍCIO SOCIAL CORRENTE, DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA, ELABORAR TABELA COM O SEGUINTE CONTEÚDO:

Conforme descrito no item 13.4 acima, no dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar “Ações Restritas”, “Ações Condicionadas a Resultados”, “Ações Diferidas”, além das próprias “Opções de Ações” e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de cálculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações e Ações Restritas. O cálculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018.

Vale ressaltar que não houve outorga de opções de ações em 2013, em 2014 e, em 2015, serão outorgadas apenas ações restritas e ações condicionadas a resultados em 2016, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Remuneração baseada em ações previstas no exercício social 2016

A - Órgão	**Conselho de Administração**										
B - Nº de membros	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
C - Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	574.378	499.259	237.050	1.071.298	789.508	548.835	1.025.110	823.237	399.124	657.600	533.748
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**										
B - Nº de membros	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
C - Nº de membros remunerados	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00	6,00
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	45.289	45.365	42.220	42.033	51.256	113.200	194.251	170.063	255.965	286.751	355.963
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovda alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Assembléia Geral Ordináia e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas "Opções de Ações" por "Ações Restrintas ", através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / SARs e Ações Restritas.
Nota 2: Não houve outorga de opções em 2013, 2014, 2015 e, não haverá em 2016.
Nota 3: Não há diluição em função de prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria. Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.
Nota4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2015.											
A - Órgão	**Conselho de Administração**										
B - Nº de membros	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67	6,67
C - Nº de membros remunerados	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67	4,67
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	574.378	499.259	237.050	1.071.298	789.508	548.835	1.025.110	823.237	399.124	657.600	533.748
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**										
B - Nº de membros	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83
C - Nº de membros remunerados	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83	6,83
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	45.289	45.365	42.220	42.033	51.256	113.200	194.251	170.063	255.965	286.751	355.963
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovda alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Assembléia Geral Ordináia e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas "Opções de Ações" por "Ações Restrintas ", através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / SARs e Ações Restritas.

Nota 2: Não houve outorga de opções em 2013, 2014 e, em 2015.

Nota 3: Não há diluição em função de prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria. Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 4: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 5: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 6: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 7: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2014.											
A - Órgão	**Conselho de Administração**										
B - Nº de membros	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	582.124	504.764	233.511	1.076.291	792.925	551.209	1.023.890	826.456	401.238	640.108	645.050
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**										
B - Nº de membros	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67
C - Nº de membros remunerados	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67	7,67
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	89.159	74.585	43.928	68.498	79.646	123.354	225.263	193.840	265.149	264.732	187.452
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não houve outorga de opções de ações em 2013 e, em 2014.

Nota 3: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).

Nota 5: Em dez/2004, houve a aprovação de 2 programas distintos, um deles com prazo de carência para exercício das opções em 5 anos, e um programa adicional com prazo de carência de 3 anos, por decisão do Comitê de Remuneração e Sucessão, no exercício de sua competência para alterar a regra geral de fixação do prazo de exercício das opções, prevista no item 6.1 do Plano de Opção de Compra de Ações.

Nota 6: O Plano de Opção de Compra de Ações prevê, como preço de exercício das opções, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das opções. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2013.

A - Órgão	Conselho de Administração										
B - Nº de membros	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00	9,00
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00	7,00
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	582.124	504.764	233.511	1.076.291	792.925	551.209	1.023.890	826.456	401.238	640.108	645.050
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**										
B - Nº de membros	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42
C - Nº de membros remunerados	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42	6,42
D - Outorga de opções de compras de ações											
D i - Data de outorga	dez/03	dez/04	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	dez/09	dez/10	dez/11	dez/12
D ii - Quantidade de opções outorgadas	89.159	74.585	43.928	68.498	79.646	123.354	225.263	193.840	265.149	264.732	187.452
D iii - Prazo para que as opções se tornem exercíveis	dez/08	dez/09	dez/07	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iv - Prazo máximo para exercício das opções	dez/13	dez/14	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D v - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D vi - Preço médio ponderado de exercício:											
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	6,78	10,58	10,58	12,86	17,50	26,19	14,91	29,12	22,61	14,42	18,58
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das opções na data da outorga	5,77	5,58	4,69	8,66	15,30	21,22	6,98	13,07	11,32	9,78	10,01
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.
Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).
Nota 3: A previsão do preço das opções a serem outorgadas em 2013, bem como o seu valor justo, para o exercício social corrente não é possível por que depende do valor de exercício da ação, no final de 2013.
Nota 4: Em dez/2004, houve a aprovação de 2 programas distintos, um deles com prazo de carência para exercício das opções em 5 anos, e um programa adicional com prazo de carência de 3 anos, por decisão do Comitê de Remuneração e Sucessão, no exercício de sua competência para alterar a regra geral de fixação do prazo de exercício das opções, prevista no item 6.1 do Plano de Opção de Compra de Ações.
Nota 5: O Plano de Opção de Compra de Ações prevê, como preço de exercício das opções, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das opções. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Remuneração baseada em Ações Restritas previstas no exercício social 2016				
A - Órgão	**Conselho de Administração**			
B - Nº de membros	6,00	6,00	6,00	6,00
C - Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	4,00
D - Outorga de ações restritas				
D i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15	jan/16
D ii - Quantidade de ações restritas outorgadas	2.445.704	12.464	25.023	84.773
D iii - Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis	20% ao ano a partir de dez/13	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16	20% ao ano a partir de mar/16
D iv - Prazo máximo para exercício das ações restritas	NA	NA	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações restritas	mar/18	mar/19	mar/20	mar/21
D vi - Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	16,50	18,36	9,65	4,29
(b) Das ações restritas perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(c) Das ações restritas exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(d) Das ações restritas expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das ações restritas na data da outorga	16,50	18,36	9,65	4,29
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações restritas outorgadas	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**			
B - Nº de membros	6,00	6,00	6,00	6,00
C - Nº de membros remunerados	6,00	6,00	6,00	6,00
C - Outorga de ações restritas				
C i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15	jan/16
C ii - Quantidade de ações restritas outorgadas	383.808	214.354	388.320	1.442.059
C iii - Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis	20% ao ano a partir de dez/13	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16	20% ao ano a partir de mar/16
C iv - Prazo máximo para exercício das ações restritas	NA	NA	NA	NA
C v - Prazo de restrição à transferência das ações restritas	mar/18	mar/19	mar/20	mar/21
C vi - Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	16,50	18,36	9,65	9,65
(b) Das ações restritas perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(c) Das ações restritas exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(d) Das ações restritas expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
D - Valor justo das ações restritas na data da outorga	16,50	18,36	9,65	9,65
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações restritas outorgadas	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.
O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.
Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Remuneração baseada em Ações Restritas reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2015.			
A - Órgão	**Conselho de Administração**		
B - Nº de membros	6,67	6,67	6,67
C - Nº de membros remunerados	4,67	4,67	4,67
D - Outorga de ações restritas	**Conversão**	**Plano Novo**	**Plano Novo**
D i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15
D ii - Quantidade de ações restritas outorgadas	2.445.704	12.464	25.023
D iii - Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis	20% ao ano a partir de dez/13	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
D iv - Prazo máximo para exercício das ações restritas	NA	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações restritas	mar/18	mar/19	mar/20
D vi - Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	16,50	18,36	9,65
(b) Das ações restritas perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(c) Das ações restritas exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(d) Das ações restritas expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA
E - Valor justo das ações restritas na data da outorga	16,50	18,36	9,65
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações restritas outorgadas	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**		
B - Nº de membros	6,83	6,83	6,83
C - Nº de membros remunerados	6,83	6,83	6,83
C - Outorga de ações restritas	**Conversão**	**Plano Novo**	**Plano Novo**
C i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15
C ii - Quantidade de ações restritas outorgadas	383.808	214.354	388.320
C iii - Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis	20% ao ano a partir de dez/13	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
C iv - Prazo máximo para exercício das ações restritas	NA	NA	NA
C v - Prazo de restrição à transferência das ações restritas	mar/18	mar/19	mar/20
C vi - Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	16,50	18,36	9,65
(b) Das ações restritas perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(c) Das ações restritas exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(d) Das ações restritas expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA
D - Valor justo das ações restritas na data da outorga	16,50	18,36	9,65
E - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações restritas outorgadas	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 5: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 7: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 8: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 9: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2014		
A - Órgão	**Conselho de Administração**	
B - Nº de membros	9,00	9,00
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,00
D - Outorga de ações restritas		
D i - Data de outorga	dez/13	dez/14
D ii - Quantidade de ações restritas outorgadas	0	NA
D iii - Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
D iv - Prazo máximo para exercício das ações restritas	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações restritas	mar/19	mar/20
D vi - Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	18,36	NA
(b) Das ações restritas perdidas durante o exercício social	NA	NA
(c) Das ações restritas exercidas durante o exercício social	NA	NA
(d) Das ações restritas expiradas durante o exercício social	NA	NA
E - Valor justo das ações restritas na data da outorga	18,36	NA
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações restritas outorgadas	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**	
B - Nº de membros	7,67	7,67
C - Nº de membros remunerados	7,67	7,67
D - Outorga de ações restritas		
D i - Data de outorga	dez/13	dez/14
D ii - Quantidade de ações restritas outorgadas	189.558	NA
D iii - Prazo para que as ações restritas se tornem exercíveis	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
D iv - Prazo máximo para exercício das ações restritas	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações restritas	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
D vi - Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações restritas em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	18,36	NA
(b) Das ações restritas perdidas durante o exercício social	NA	NA
(c) Das ações restritas exercidas durante o exercício social	NA	NA
(d) Das ações restritas expiradas durante o exercício social	NA	NA
E - Valor justo das ações restritas na data da outorga	18,36	NA
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações restritas outorgadas	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).

Nota 4: A previsão do preço das ações restritas a serem outorgadas em 2014, bem como o seu valor justo, para o exercício social corrente não é possível por que depende do valor da ação, no final de 2014.

Nota 5: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Remuneração baseada em ações previstas no exercício social 2016				
A - Órgão	**Conselho de Administração**			
B - Nº de membros	NA	6,00	6,00	6,00
C - Nº de membros remunerados	NA	4,00	4,00	0,00
D - Outorga de ações condicionadas a resultados				
D i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15	jan/16
D ii - Quantidade de ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	485.923	973.906	0
D iii - Prazo para que as ações condicionadas a resultados se tornem exercíveis	NA	mar/19	mar/20	mar/21
D iv - Prazo máximo para exercício das ações condicionadas a resultados	NA	NA	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações condicionadas a resultados	NA	mar/19	mar/20	mar/21
D vi - Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das ações condicionadas a resultados em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	NA	18,36	9,65	4,29
(b) Das ações condicionadas a resultados perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(c) Das ações condicionadas a resultados exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(d) Das ações condicionadas a resultados expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das ações condicionadas a resultados na data da outorga	NA	18,36	9,65	4,29
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**			
B - Nº de membros	NA	6,00	6,00	6,00
C - Nº de membros remunerados	NA	6,00	6,00	6,00
D - Outorga de ações condicionadas a resultados				
D i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15	jan/16
D ii - Quantidade de ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	321.529	582.469	2.163.088
D iii - Prazo para que as ações condicionadas a resultados se tornem exercíveis	NA	mar/19	mar/20	mar/21
D iv - Prazo máximo para exercício das ações condicionadas a resultados	NA	NA	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações condicionadas a resultados	NA	mar/19	mar/20	mar/21
D vi - Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das ações condicionadas a resultados em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	NA	18,36	9,65	4,29
(b) Das ações condicionadas a resultados perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(c) Das ações condicionadas a resultados exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
(d) Das ações condicionadas a resultados expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA	NA
E - Valor justo das ações condicionadas a resultados na data da outorga	NA	18,36	9,65	4,29
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alteracões no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2015.			
A - Órgão	**Conselho de Administração**		
B - Nº de membros	NA	6,67	6,67
C - Nº de membros remunerados	NA	4,67	4,67
D - Outorga de ações condicionadas a resultados			
D i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15
D ii - Quantidade de ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	485.923	973.906
D iii - Prazo para que as ações condicionadas a resultados se tornem exercíveis	NA	mar/19	mar/20
D iv - Prazo máximo para exercício das ações condicionadas a resultados	NA	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações condicionadas a resultados	NA	mar/19	mar/20
D vi - Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das ações condicionadas a resultados em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	NA	18,36	9,65
(b) Das ações condicionadas a resultados perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(c) Das ações condicionadas a resultados exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(d) Das ações condicionadas a resultados expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA
E - Valor justo das ações condicionadas a resultados na data da outorga	NA	18,36	9,65
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**		
B - Nº de membros	NA	6,83	6,83
C - Nº de membros remunerados	NA	6,83	6,83
D - Outorga de ações condicionadas a resultados			
D i - Data de outorga	set/13	jan/14	jan/15
D ii - Quantidade de ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	321.529	582.469
D iii - Prazo para que as ações condicionadas a resultados se tornem exercíveis	NA	mar/19	mar/20
D iv - Prazo máximo para exercício das ações condicionadas a resultados	NA	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações condicionadas a resultados	NA	mar/19	mar/20
D vi - Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das ações condicionadas a resultados em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	NA	18,36	9,65
(b) Das ações condicionadas a resultados perdidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(c) Das ações condicionadas a resultados exercidas durante o exercício social	NA	NA	NA
(d) Das ações condicionadas a resultados expiradas durante o exercício social	NA	NA	NA
E - Valor justo das ações condicionadas a resultados na data da outorga	NA	18,36	9,65
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 5: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 7: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 8: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 9: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Remuneração baseada em ações reconhecida no exercício social encerrado em 31/12/2014		
A - Órgão	**Conselho de Administração**	
B - Nº de membros	9,00	9,00
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,00
D - Outorga de ações condicionadas a resultados		
D i - Data de outorga	dez/13	dez/14
D ii - Quantidade de ações condicionadas a resultados outorgadas	483.549	NA
D iii - Prazo para que as ações condicionadas a resultados se tornem exercíveis	mar/19	mar/20
D iv - Prazo máximo para exercício das ações condicionadas a resultados	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações condicionadas a resultados	mar/19	mar/20
D vi - Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações condicionadas a resultados em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	18,36	NA
(b) Das ações condicionadas a resultados perdidas durante o exercício social	NA	NA
(c) Das ações condicionadas a resultados exercidas durante o exercício social	NA	NA
(d) Das ações condicionadas a resultados expiradas durante o exercício social	NA	NA
E - Valor justo das ações condicionadas a resultados na data da outorga	18,36	NA
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	NA
A - Órgão	**Diretoria Estatutária**	
B - Nº de membros	7,67	7,67
C - Nº de membros remunerados	7,67	7,67
D - Outorga de ações condicionadas a resultados		
D i - Data de outorga	dez/13	dez/14
D ii - Quantidade de ações condicionadas a resultados outorgadas	284.336	NA
D iii - Prazo para que as ações condicionadas a resultados se tornem exercíveis	mar/19	mar/20
D iv - Prazo máximo para exercício das ações condicionadas a resultados	NA	NA
D v - Prazo de restrição à transferência das ações condicionadas a resultados	mar/19	mar/20
D vi - Preço médio ponderado de exercício:		
(a) Das ações condicionadas a resultados em aberto no início do exercício social (base para cálculo da quantidade outorgada)	18,36	NA
(b) Das ações condicionadas a resultados perdidas durante o exercício social	NA	NA
(c) Das ações condicionadas a resultados exercidas durante o exercício social	NA	NA
(d) Das ações condicionadas a resultados expiradas durante o exercício social	NA	NA
E - Valor justo das ações condicionadas a resultados na data da outorga	18,36	NA
F - Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações condicionadas a resultados outorgadas	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (Número de membros elegíveis ao recebimento das opções de compra de ações).

Nota 4: A previsão do preço das das ações condicionadas a resultados a serem outorgadas em 2014, bem como o seu valor justo, para o exercício social corrente não é possível por que depende do valor da ação, no final de 2014.

Nota 5: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações condicionadas a resultados, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Apesar de constar do Plano de Outorga de Ações a possibilidade de emissão de ações por parte da Companhia, para suportar o programa de remuneração por ações a empresa as adquire no mercado e as mantêm em tesouraria.

13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme descrito no item 13.4 acima, no dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar “Ações Restritas”, “Ações Condicionadas a Resultados”, “Ações Diferidas”, além das próprias “Opções de Ações” e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de cálculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações e Ações Restritas. O cálculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015

A - Órgão	**Conselho de Administração**				**Diretoria Estatutária**			
B - Nº de membros	6,67	6,67	6,67	6,67	6,83	6,83	6,83	6,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	4,67	4,67	4,67	6,83	6,83	6,83	6,83
D - Opções ainda não exercíveis								
D i - Quantidade	0	0	23.604	24.636	0	0	179.903	203.169
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17
D iii - Prazo máximo para exercício das opções	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22
D iv - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D v - Preço médio ponderado de exercício	29,12	22,61	14,42	18,58	29,12	22,61	14,42	18,58
D vi - Valor justo das opções no último dia do exercício social	13,07	11,32	9,78	10,01	13,07	11,32	9,79	10,01
E - Opções exercíveis								
E i - Quantidade	274.412	14.337	0	0	57.355	101.021	0	0
E ii - Prazo máximo para exercício das opções	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
E iii - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E iv - Preço médio ponderado de exercício	29,12	22,61	14,42	18,58	29,12	22,61	14,42	18,58
E v - Valor justo das opções no último dia do exercício social	5,77	5,2	8,66	15,3	5,77	5,2	8,66	15,3
E vi - Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	1.583.357	74.552	0	0	330.938	525.309	0	0

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovda alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo em Assembléia Geral Ordináia e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas "Opções de Ações" por "Ações Restrintas ", através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / SARs e Ações Restritas.

Nota 2: Não houve outorga de opções de ações em 2013, em 2014 e, em 2015.

Nota 3: Não há diluição em função de prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria. Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 4: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 5: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 6: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 7: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Nos quadros abaixo poderão ser observadas as ações restritas decorrentes da conversão voluntária das opções de ações em ações restritas, conforme descrito no item 13,4 acima, bem como as outorgas de ações restritas e ações restritas condicionadas a resultados em aberto.

Ações Restritas em aberto ao final do exercício social em 31/12/2015

A - Órgão	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
B - Nº de membros	6,67	6,67	6,67	6,83	6,83	6,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	4,67	4,67	6,83	6,83	6,83
D - Açoes Restritas ainda não exercíveis	Convertidas Voluntariamente	Outorga 2014	Outorga 2015	Convertidas Voluntariamente	Outorga 2014	Outorga 2015
D i - Quantidade	46.405	9.971	25.023	206.125	152.044	336.517
D ii - Data em que se tornarão exercíveis	20% ao ano a partir de mar/14	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16	20% ao ano a partir de mar/14	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
D iii - Prazo máximo para exercício das opções	NA	NA	NA	NA	NA	NA
D iv - Prazo de restrição à transferência das ações	20% ao ano a partir de mar/14	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16	20% ao ano a partir de mar/14	20% ao ano a partir de mar/15	20% ao ano a partir de mar/16
D v - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	16,50	18,36	9,65	16,50	18,36	9,65
D vi - Valor justo das opções no último dia do exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E - Ações Restritas exercíveis						
E i - Quantidade	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E ii - Prazo máximo para exercício das opções	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E iii - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E iv - Preço médio ponderado de exercício	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E v - Valor justo das opções no último dia do exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA
E vi - Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: As ações restritas intituladas no quadro acima como "convertidas voluntariamente", refere-se as Opções de Ações convertidas voluntariamente pelos participantes, decorrentes da alteração no Plano conforme descrito na nota 1, acima.

Nota 3: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 4: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituído de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 5: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 6: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 7: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 8: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Ações Condicionadas a Resultados em aberto ao final do exercício social em 31/12/2015

A - Órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
B - Nº de membros	6,67	6,67	6,83	6,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	4,67	6,83	6,83
C - Açoes Condicionadas a Resultados ainda não exercíveis	Outorga 2014	Outorga 2015	Outorga 2014	Outorga 2015
C i - Quantidade	34.380	69.245	285.081	504.765
C ii - Data em que se tornarão exercíveis	mar/18	mar/19	mar/18	mar/19
C iii - Prazo máximo para exercício das opções	NA	NA	NA	NA
C iv - Prazo de restrição à transferência das ações	mar/18	mar/19	mar/18	mar/19
C v - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	18,36	9,65	18,36	9,65
C vi - Valor justo das opções no último dia do exercício social	NA	NA	NA	NA
D - Ações Condicionadas a Resultados exercíveis				
D i - Quantidade	NA	NA	NA	NA
D ii - Prazo máximo para exercício das opções	NA	NA	NA	NA
D iii - Prazo de restrição à transferência das ações	NA	NA	NA	NA
D iv - Preço médio ponderado de exercício	NA	NA	NA	NA
D v - Valor justo das opções no último dia do exercício social	NA	NA	NA	NA
D vi - Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	NA	NA	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 5: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 7: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 8: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 9: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

O plano não permite a transferência das opções de ações ou ações dentro do prazo de carência para terceiros. Quando as opções de ações estiverem liberadas para exercício e o executivo decidir exercê-las, a Gerdau terá preferência de compra, do contrário um agente financeiro intermediará a operação.

13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Conforme descrito no item 13.4 acima, no dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de cálculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações.e Ações Restritas. O cálculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018.

Opções exercidas e entregues no exercício social encerrado em 31/12/2015

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	6,67	6,83
C - Nº de membros remunerados	0,00	0,00
D - Opções exercidas		
D i - Número de ações	0	0
D ii - Preço médio ponderado de exercício	0,00	0,00
D iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00
E - Ações entregues		
E i - Número de ações entregues	0	0
E ii - Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
E iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00

Nota 1: Não houve exercício de Opções de Ações em 2014 e, em 2015.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2014

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	9,00	7,67
C - Nº de membros remunerados	0,00	0,00
D - Opções exercidas		
D i - Número de ações	0	0
D ii - Preço médio ponderado de exercício	0,00	0,00
D iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00
E - Ações entregues		
E i - Número de ações entregues	0	0
E ii - Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
E iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00

Não houve exercício de Opções de Ações em 2014

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2013

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	9,00	7,67
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,67
D - Opções exercidas		
D i - Número de ações	1.296.291	23.366
D ii - Preço médio ponderado de exercício	8,91	13,41
D iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	12.255.394,37	115.759,84
E - Ações entregues		
E i - Número de ações entregues	1.296.291	23.366
E ii - Preço médio ponderado de aquisição	17,09	17,09
E iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	1.645.900,68	29.667,81

Nota: Para este fim consideramos como ações entregues as ações exercidas.

Ações Restritas exercidas e entregues no exercício social encerrado em 31/12/2015

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	6,67	6,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	6,83
D - Ações Restritias exercidas		
D i - Número de ações	1.431.164	119.199
D ii - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	0,00	0,00
D iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às ações exercidas	0,00	0,00
E - Ações entregues		
E i - Número de ações entregues	1.431.164	119.199
E ii - Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
E iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 5: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 7: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 8: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 9: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Nota 10: As ações restritas descritas neste quadro referem-se a segunda das cinco parcelas decorentes da conversão voluntária das opções de ações em ações restritas descrito na nota 1, acima, mais a primeira das cinco parcelas decorrentes da outorga de 2014.

Ações Restritas exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2014

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	9,00	7,67
C - Nº de membros remunerados	0,00	0,00
D - Ações Restritias exercidas		
D i - Número de ações	0	0
D ii - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	0,00	0,00
D iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às ações exercidas	0,00	0,00
E - Ações entregues		
E i - Número de ações entregues	0	0
E ii - Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
E iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00

Não houve exercício de Ações Restritas a Resultados em 2014

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitaram aos participantes converter voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Ações Restritas exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2013

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	9,00	6,42
C - Nº de membros remunerados	7,00	6,42
D - Ações Restritias exercidas		
D i - Número de ações	491.089	71.873
D ii - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	16,50	16,50
D iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às ações exercidas	NA	NA
E - Ações entregues		
E i - Número de ações entregues	491.089	71.873
E ii - Preço médio ponderado de aquisição	NA	NA
E iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	NA

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitaram aos participantes converter voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

O calculo do valor justo foi determinado por especialistas externos que utilizaram o modelo de avaliação trinomial. As Ações Restritas originadas com a conversão serão exercidas em cinco parcelas iguais nas seguintes datas: 09/12/2013, 20/03/2015, 20/03/2016, 20/03/2017 e 20/03/2018. Vide item 13.4 deste relatório para conhecer os detalhes sobre as alterações no Plano.

Nota 2: As ações restritas descritas neste quadro referem-se a primeira das cinco parcelas decorentes da conversão voluntária das opções de ações em ações restritas descrito na nota 1, acima.

Ações Restritas exercidas e entregues no exercício social encerrado em 31/12/2015

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	6,67	6,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	6,83
C - Ações Condicionadas a Resultado exercidas		
C i - Número de ações	952.538	0
C ii - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	NA	0,00
C iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	NA	0,00
D - Ações entregues		
D i - Número de ações entregues	952.538	0
D ii - Preço médio ponderado de aquisição	NA	0,00
D iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	NA	0,00

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitou aos participantes converterem voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

Nota 2: Não há diluição em função da prática de a Gerdau adquirir as ações que suportam o programa no mercado e mantê-las em tesouraria . Não há expectativa de que esta prática venha a ser alterada.

Nota 3: O Plano de Incentivo de Longo Prazo prevê, como preço para cálculo da quantidade de ações restritas, o valor médio da ação preferencial de emissão da Companhia, no período compreendido pelos 5 últimos pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente, sem a incidência de qualquer ajuste ou correção monetária, assim mantendo-se tal preço inalterado até a data do exercício das ações restritas e das ações condicionadas a resultados. Portanto, todos os valores relativos a preços, reproduzidos na tabela, repetirão exatamente os valores observados no ano anterior.

Nota 4: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 5: O Diretor Vice Presidente Ricardo Giuzeppe Mascheroni foi destituido de suas funções em 30 de junho de 2015.

Nota 6: O Diretor Vice Presidente André Pires de Oliveira Dias renunciou de suas funções em 15 de julho de 2015.

Nota 7: O Diretor Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Estatutário a partir de 15 de julho de 2015. A partir de 03 de setembro de 2015 Harley Lorentz Scardoelli foi eleito Diretor Vice Presidente acumulando as funções de Diretor de Relações com Investidores, e cumulativamente, integra o Comitê Executivo da Sociedade, com mandato até 30 de abril de 2016.

Nota 8: Na Assembléia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o orgão Conselho Consultivo que inicia-se as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 composto de até 4 membros.

Nota 9: Na data de 24 de setembro de 2015 o Conselheiro Oscar De Paula Bernardes Neto renunciou a função de Conselheiro Independente da Gerdau S. A..

Ações Restritas exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2014

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	9,00	7,67
C - Nº de membros remunerados	0,00	0,00
C - Ações Condicionadas a Resultado exercidas		
C i - Número de ações	0	0
C ii - Preço médio ponderado de exercício (base para cálculo da quantidade outorgada)	0,00	0,00
C iii - Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	0,00	0,00
D - Ações entregues		
D i - Número de ações entregues	0	0
D ii - Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00
D iii - Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00

Não houve exercício de Ações Condicionadas a Resultados em 2014.

Nota 1: No dia 19 de setembro de 2013 foi aprovada alteração do Plano de Incentivo de Longo Prazo, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, possibilitando outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados", "Ações Diferidas", além das próprias "Opções de Ações" e possibilitaram aos participantes converter voluntariamente até o dia 17/11/2013, suas Opções de Ações por Ações Restritas, através de uma metodologia de calculo que assegurou a equivalência do valor justo entre as Opções de Ações / (SARs) e Ações Restritas.

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

O Plano de Opções foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2003, tendo sofrido alguns ajustes de redação e alterações em Assembleias Gerais posteriores. Atualmente, encontra-se em vigor a versão do Plano de Incentivo de Longo Prazo aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2013, quando foram aprovadas alterações que tiveram por principal objetivo introduzir a possibilidade de outorgar "Ações Restritas", "Ações Condicionadas a Resultados" e "Ações Diferidas", além das "Opções de Ações", preservado, porém, os princípios e objetivos do Plano.

A. Modelo de precificação:

O preço de exercício é determinado pelo valor médio observado no período compreendido pelos últimos 5 pregões do ano e pelos 5 primeiros pregões do ano subsequente.

B. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

Data de cálculo

As outorgas são baseadas nas referências do primeiro dia útil de cada ano.

Preço médio ponderado das ações

O preço das ações de emissão da Companhia considerado para o cálculo do valor das respectivas outorgas é o determinado: (i) pelo preço médio da cotação das ações em 10 (dez) pregões consecutivos, considerando-se neste cálculo os últimos cinco pregões do ano anterior e os cinco primeiros pregões do ano da respectiva outorga; (ii) ou em data posterior à Reunião do Comitê caso seja um requisito legal da respectiva localidade. Este mesmo critério servirá de base para calcular as quantidades de ações restritas, diferidas ou condicionadas a resultados a serem outorgadas.

Preço de exercício

É composto pelo preço do dia 20 de março de cada ano, desde que o dia 20 seja útil, se não, considera o dia útil anterior ao dia 20.

Volatilidade esperada

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 5 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo.

Prazo de vida da opção ou ações

O prazo de vida esperado pela Companhia foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções ao final do período para seu exercício, o que não necessariamente se verifica na realidade. Assim, foi considerado que as opções têm prazo de vida de 5 anos, iniciado com o término do prazo de carência das opções.

Dividendos esperados (taxa de distribuição de dividendos)

A taxa de distribuição de dividendos representa a razão entre o dividendo por ação pago em determinado período e o preço da ação no mercado. Com base no histórico de pagamento de dividendos pela Companhia, foi estimada uma taxa de dividendos esperados em 34% sobre o valor de mercado da ação.

Taxa de juros livre de risco

Para estimativa da taxa de juros livre de risco, foram utilizados os contratos de juros futuros negociados para o prazo máximo de exercício de cada opção, isto é, para o prazo de 10 anos contados de sua outorga.

C. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Desvio padrão das cotações multiplicado pela raiz quadrada dos dias úteis do ano.

D. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Para cálculo da volatilidade esperada, foram utilizados no modelo os preços médios ponderados das ações em períodos históricos equivalentes aos períodos para exercício de 5 anos, fixados nos termos das outorgas realizadas no âmbito do Plano de Opções.

E. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não houve incorporação de outra característica das opções na mensuração de seu valor justo.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B - Nº de membros	NA	6,83
C - Nº de membros remunerados	NA	6,83
D - Nome do plano	NA	Plano de Contribuição Definida Gerdau
E - Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	NA	1
F - Condições para se aposentar antecipadamente	NA	Desligamento, 55 anos de Idade e 10 anos de vínculo ao Plano
G - Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	NA	R$ 56.940.240,00
H - Valor total das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	NA	R$ 1.408.202,93
I - Possibilidade de resgate antecipado e condições	NA	A parcela correspondente às contribuições da patrocinadora são resgatáveis a partir de 03 anos de empresa, podendo alcançar até 100% após 15 anos quando do desligamento.

Nota 1: O plano de previdência é suportado por empresa controladas.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A. Órgão:

B. Número de membros:

C. Valor da maior remuneração individual:

D. Valor da menor remuneração individual:

E. Valor médio de remuneração individual:

Em atenção à medida liminar deferida em Medida Cautelar nº 17.350-RJ (2010/0168534-8), para acautelar o julgamento do Recurso Especial interposto, em que foram restabelecidos os efeitos da decisão proferida pelo Juízo de 1º Grau (processo nº 2010.5101002888-5), em ação que tramita perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças - IBEF Rio de Janeiro, ao qual a Companhia é associada, deixamos de apresentar as informações referidas neste item.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

A Companhia não adota política específica no que se refere a remuneração e/ou indenizações para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, exceto, neste último caso, pelos benefícios relacionados aos planos de previdência em vigor, descritos no item 13.10 deste Formulário de Referência. Vale notar que a apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Diretores e Administradores (D&O - *Directors & Officers*), com abrangência à Companhia e todas as suas controladas (i) não se estende e não tem qualquer relação com as hipóteses de destituição ou aposentadoria; e (ii) não implica impacto financeiro para o emissor, uma vez que o pagamento do prêmio, no valor de USD 396.120, é suportado pela controladora direta da Companhia (Metalúrgica Gerdau S.A.).

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

	2015	2014	2013
Conselho de Administração	87%	87%	86%
Diretoria Estatutária	37%	40%	31%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não houve remuneração de membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou do conselho fiscal como comissões, serviços de consultoria ou assessoria, por razões que não sejam as funções que ocupam na Companhia.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Conforme informado no subitem 13.1.f do Formulário de Referência, a remuneração dos administradores da Companhia é suportada pela Gerdau como um todo, razão pela qual grande parte da remuneração é paga diretamente por sociedades controladas pela Companhia, conforme expresso na tabela abaixo, que também inclui outros valores recebidos pelos administradores da Companhia que tenham sido reconhecidos no resultado de controladores e controladas da Companhia. Ressalta-se que não há remuneração reconhecida no resultado de sociedades sob controle comum.

Remuneração total reconhecida no exercício Social corrente em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Controladora				Controladas			
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	6,67	6,83	4,33	17,83	2,00	6,83	-	8,83
C - Nº de membros remunerados	4,67	6,83	4,33	15,83	1,33	6,83	-	8,17
D i - Remuneração fixa anual								
Salário ou pró-labore	1.159.800,50	390.310,00	595.440,00	2.145.550,50	1.529.232,50	13.894.072,78	-	15.423.305,28
Benefícios diretos e indiretos	-	20.160,69	-	20.160,69	2.985,12	251.605,04	-	254.590,16
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	231.960,10	109.286,80	119.088,00	460.334,90	305.846,50	3.890.340,38	-	4.196.186,88
D ii - Remuneração Variável								
Bônus	1.961.117,50	-	-	1.961.117,50	4.756.048,34	742.451,40	-	5.498.499,74
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	677.273,03	-	-	677.273,03	2.443.164,44	9.349.368,25	-	11.792.532,69
D iii - Benefícios Pós-emprego	25.071,65	1.232,26	-	26.303,91	-	1.381.792,43	-	1.381.792,43
D iv - Benefícios por Cessação no Carg	-	-	-	-	-	11.797.864,46	-	11.797.864,46
D v - Remuneração Baseada em Ações	914.058,14	1.573.382,80	-	2.487.440,93	835.352,85	3.986.386,76	-	4.821.739,61
E - Valor, por orgão, da remuneração	4.969.280,92	2.094.372,55	714.528,00	7.778.181,46	9.872.629,75	45.293.881,50	-	55.166.511,25
F - Total Remuneração	4.969.280,92	2.094.372,55	714.528,00	7.778.181,46	9.872.629,75	45.293.881,50	-	55.166.511,25

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, são considerados apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.
Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).
Nota 3: Benefícios diretos e indiretos são compostos por seguro de vida e acidente pessoais, plano de saúde, e este último custeado por utilização e co-participação.
Nota 4: Benefícios Pós-Emprego constitui-se do aporte que a companhia realiza aos elegíveis em referência ao plano de aposentadoria.

Remuneração total reconhecida no exercício Social corrente em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Controladora				Controladas			
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	7,67	3,00	19,75	6,00	7,67	-	13,67
C - Nº de membros remunerados	7,00	7,67	3,00	17,67	4,00	7,67	-	11,67
D i - Remuneração fixa anual								
Salário ou pró-labore	1753.310,00	342.155,00	424.000,00	2.519.465,00	7.159.050,00	13.885.782,00	-	21044.832,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	410.400,00	718.200,00	-	1.128.600,00
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
D ii - Remuneração Variável								
Bônus	2.846.380,37	-	-	2.846.380,37	6.771.107,61	12.693.674,15	-	19.464.781,76
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
D iii - Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-	-	1314.408,57	-	1314.408,57
D iv - Benefícios por Cessação no Carg	-	-	-	-	-	-	-	-
D v - Remuneração Baseada em Ações	4.602.361,88	4.985.892,03	-	9.588.253,91	3.098.276,96	3.356.466,70	-	6.454.743,66
E - Valor, por orgão, da remuneração								
F - Total Remuneração	9.202.052,25	5.328.047,03	424.000,00	14.954.099,28	17.438.834,57	31968.531,42	-	49.407.365,99

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, é considerada apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Benefícios diretos e indiretos são compostos por automóvel de representação, seguro de vida e acidentes pessoais e plano de saúde, sendo este último custeado por utilização. Benefício pós-emprego constitui-se do aporte que a companhia faz aos planos de aposentadoria dos executivos referidos.

Remuneração total reconhecida no exercício Social corrente em 31/12/2013 - Valores Anuais

	Controladora				Controladas			
A - Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
B - Nº de membros	9,00	6,42	3,00	18,42	6,00	6,42	-	12,42
C - Nº de membros remunerados	7,58	6,42	3,00	17,00	4,58	6,42	-	11,00
D i - Remuneração fixa anual								
Salário ou pró-labore	1646.550,00	260.606,00	400.000,00	2.307.156,00	7.471025,00	10.979.275,00	-	18.450.300,00
Benefícios diretos e indiretos	-	-	-	-	410.400,00	718.200,00	-	1.128.600,00
Participações em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
D ii - Remuneração Variável								
Bônus	2.000.218,90	-	-	2.000.218,90	2.628.054,10	4.622.729,02	-	7.250.783,12
Participação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação em reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
D iii - Benefícios Pós-emprego	-	-	-	-	-	1.188.628,21	-	1.188.628,21
D iv - Benefícios por Cessação no Carg	-	-	-	-	-	-	-	-
D v - Remuneração Baseada em Ações	7.700.517,04	1802.906,00	-	9.503.423,04	-	-	-	-
E - Valor, por orgão, da remuneração								
F - Total Remuneração	11.347.285,94	2.063.512,00	400.000,00	13.810.797,94	10.509.479,10	17.508.832,23	-	28.018.311,33

Nota 1: A remuneração dos integrantes comuns do Conselho e da Diretoria, é considerada apenas em Diretoria, tendo em vista que sua remuneração é definida pelo exercício do cargo pertencente à Diretoria Estatutária.

Nota 2: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 005/2010. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Nota 3: Benefícios diretos e indiretos são compostos por automóvel de representação, seguro de vida e acidentes pessoais e plano de saúde, sendo este último custeado por utilização. Benefício pós-emprego constitui-se do aporte que a companhia faz aos planos de aposentadoria dos executivos referidos.

Nota 4: Embora Osvaldo Burgos Schirmer não conste mais como membro da diretoria estatutária em virtude de sua aposentadoria, os valores relativos a seu bônus, assim como o de seu sucessor, André Pires de Oliveira Dias, constam no montante apresentado nas empresas controladas.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Os valores demonstrados no quadro 13.2 se referem a informações de natureza distinta do limite de remuneração aprovado em Assembleia Geral Ordinária, conforme descrito no item 13.1, tendo em vista que: (i) o limite de remuneração média dos administradores, estabelecido em Assembleia Geral Ordinária refere-se ao período entre a data da Assembleia Geral Ordinária do ano em que é realizada e a data da Assembleia Geral Ordinária do ano subsequente, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração do período correspondente ao exercício fiscal; e (ii) os valores estabelecidos em Assembleia Geral Ordinária são aqueles efetivamente pagos no período, enquanto que o quadro 13.2 se refere à remuneração reconhecida no resultado.

Na Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2015 face as alterações no Estatuto Social da Companhia, foi aprovado, instalado e eleito pelo Conselho de Administração o órgão Conselho Consultivo que inicia as suas funções a partir de 01 de maio de 2015 e é composto de até 4 membros.

Remuneração Total prevista no exercício social 2016 - Valores Anuais	
A - Órgão	Conselho Consultivo
B - Nº de membros	4,00
C - Nº de membros remunerados	4,00
D - Remuneração	
D i - Remuneração Fixa Anual	
Salário ou pró-labore	1.632.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-
Participações em comitês	-
Outros	326.400,00
D ii - Remuneração Variável	
Bônus	-
Participação de resultados	-
Participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
D iii - Benefícios pós-emprego	-
D iv - Benefícios por cessação no Cargo	-
D v - Remuneração baseada em ações	-
E - Valor, por orgão, da remuneração	
F - Total Remuneração	1.958.400,00

Nota 2: Conforme determinado no Ofício nº 146/2015/CVM/SEP/GEA-2, incluímos neste quadro no item "Outros" os valores percentuais relativos aos encargos sociais, que embora não sejam remuneração, compõe o custo total.

Remuneração total reconhecida no Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais	
A - Órgão	Conselho Consultivo
B - Nº de membros	2,67
C - Nº de membros remunerados	2,67
D i - Remuneração fixa anual	
Salário ou pró-labore	940.960,00
Benefícios diretos e indiretos	-
Participações em comitês	-
Outros	188.192,00
D ii - Remuneração Variável	
Bônus	-
Participação de resultados	-
Participação em reuniões	-
Comissões	-
Outros	-
D iii - Benefícios Pós-emprego	-
D iv - Benefícios por Cessação no Cargo	-
D v - Remuneração Baseada em Ações	-
E - Valor, por orgão, da remuneração	1.129.152,00
F - Total Remuneração	1.129.152,00

Nota 1: O número de membros está especificado conforme método preconizado pelo Ofício Circular/CVM/SEP/Nº 002/2015. (média anual de membros com base em sua composição verificada a cada mês do ano).

Em atendimento ao disposto no artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II da Instrução CVM nº. 481, apresentamos a seguir a proposta de destinação do lucro líquido do exercício (anexo nº. 9-1-II da referida Instrução) da Gerdau S.A.

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

O prejuízo líquido da Companhia no exercício foi de R$ 4.551.438 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

No exercício de 2015, a Gerdau S.A. destinou R$ 252.976 mil para pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 185.518 mil e dividendos, no montante de R$ 67.458 mil, distribuídos por conta de lucros obtidos no primeiro semestre de 2015 e por reserva de lucros pré-existentes. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro.

A parcela relativa aos juros sobre o capital próprio de R$ 185.518 mil foi dividida em R$ 101.200 mil (R$ 0,06 por ação em circulação), propostos em 30/04/2015 e pagos em 02/06/2015, com base na posição acionária de 21/05/2015, e R$ 84.318 mil (R$ 0,05 por ação em circulação), propostos em 07/08/2015 e pagos em 04/09/2015, com base na posição acionária de 24/08/2015.

A parcela relativa a dividendos, no valor total de R$ 67.458 mil (R$ 0,04 por ação por ação em circulação), propostos em 26/10/2015 e pagos em 19/11/2015, com base na posição acionária de 09/11/2015.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

No exercício de 2015, a Gerdau S.A. destinou R$ 252.976 mil para pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos no primeiro semestre de 2015 e por reserva de lucros pré-existentes. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores
Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já

declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
Nenhuma distribuição adicional de dividendos ou de juros sobre o capital próprio está sendo proposta além do que já foi pago ou declarado na forma do item 2.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
Vide item 2 acima.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
Não haverá incidência de atualização monetária e juros sobre os dividendos e juros já declarados e ainda não pagos.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento
Vide item 2 acima.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
Vide item 2 acima.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos
Vide item 2 acima.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Valores em R$	Exercício 2015	Exercício 2014	Exercício 2013
Lucro (Prejuízo) líquido por ação	(2,69)	0,82	0,93

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Valores em R$	Exercício 2015	Exercício 2014	Exercício 2013
Juros sobre Capital próprio	0,11	0,12	0,19
Dividendos	0,04	0,13	0,09
Total	**0,15**	**0,25**	**0,28**

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Valores em R$ mil	Exercício 2015	Exercício 2014	Exercício 2013
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(4.551.438)	1.402.873	1.583.731
Constituição de Reserva legal (5%)	-	(70.144)	(79.187)

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal
É destinado para a reserva legal 5% do lucro líquido do exercício, sendo que o saldo desta não pode exceder a 20% do capital social integralizado.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: (a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos; (b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos; (c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa; (d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais; e (e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto
Os Acionistas terão direito a receber em cada exercício, a título de dividendo, um percentual do lucro líquido, obedecido ao mínimo obrigatório de 30% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes reajustes:
(i) o acréscimo das seguintes importâncias:
- resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- resultantes da realização, no exercício, de lucros que tenham sido transferidos anteriormente para a reserva de lucros a realizar;
- resultantes da realização, no exercício, do aumento do valor de elementos do ativo em virtude de novas avaliações, registrado como reserva de reavaliação.
(ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal, de reservas para contingências, da reserva de lucros a realizar e da reserva para incentivos fiscais.

Integram o dividendo obrigatório o dividendo preferencial e o pago à conta de reservas de lucros preexistentes ou com base em balanços semestrais ou intermediários, a menos que doutra forma estabelecido pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente
O dividendo obrigatório previsto no estatuto social está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido
Não há dividendo retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção
Não se aplica.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Não se aplica.

c. Justificar a retenção dos dividendos
Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva
Não se aplica.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa
Não se aplica.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável
Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva
Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar
Não se aplica.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva
Não se aplica.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembléia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, uma parcela de ao menos cinco por cento para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que obedecerá aos seguintes princípios:
a) sua constituição não prejudicará o direito dos Acionistas preferenciais de receber o dividendo mínimo a que fizerem jus, nem prejudicará o pagamento do dividendo obrigatório;
b) seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar observará limite máximo igual ao valor do capital social da Companhia, sob pena de capitalização ou distribuição em dinheiro do excesso;
c) a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente, ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:
(i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
(ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
(iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
(iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

b. Identificar o montante destinado à reserva
Foi absorvido pela Reserva de Investimentos e Capital de Giro o montante de R$ 4.551.438 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado
O montante destinado (absorvido) à Reserva de Investimentos e Capital de Giro foi calculado como segue:

Valores em R$ mil	Exercício 2015	Exercício 2014	Exercício 2013
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	**(4.551.438)**	**1.402.873**	**1.583.731**
Constituição de reserva legal (5%)	-	(70.144)	(79.187)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	(51.126)	(69.514)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	-	(425.163)	(476.678)
Valor (absorvido) destinado à Reserva para Investimento e Capital de Giro	**(4.551.438)**	**856.440**	**958.352**

No exercício de 2015, a Gerdau S.A. destinou R$ 252.976 mil para pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos, distribuídos por conta de lucros obtidos no primeiro semestre de 2015 e por reserva de lucros pré-existentes. Em decorrência do prejuízo líquido apurado no exercício, a Administração proporá na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que o valor seja considerado como distribuído utilizando saldo da Reserva de Investimentos e Capital de Giro.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção
Não se aplica.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital
Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva
A Companhia não destinou valores para a reserva de incentivos fiscais em 2015.

b. Explicar a natureza da destinação
A Companhia não constituiu, no exercício, reserva de incentivos fiscais.